



INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS SALGUEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

MARIVÂNIA DA SILVA FEITOSA

EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO

SALGUEIRO

2020

MARIVÂNIA DA SILVA FEITOSA

**EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo *Campus* Salgueiro do Instituto Federal do Sertão Pernambucano como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cristiane Ayala de Oliveira

SALGUEIRO

2020

F311e Feitosa, Marivânia da Silva
Evasão escolar na educação profissional, científica e tecnológica: reflexões e possibilidades de enfrentamento.
XVI, 170f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão PE) / Campus Salgueiro, Salgueiro, PE, 2020.

Orientador (a): Prof^a Dr^a Cristiane Ayala de Oliveira.

É parte integrante desta dissertação o produto educacional intitulado “A evasão na educação profissional: do entendimento da problemática a propostas de enfrentamento” disponível no Repositório EduCAPES em:

<<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/573828>>

1. Educação profissional 2. Evasão escolar - Educação Profissional e Tecnológica 3. Ensino médio integrado - Educação Profissional e Tecnológica 4. Permanência estudantil I. Título II. Oliveira, Cristiane Ayala de.

CDD 378.013

MARIVÂNIA DA SILVA FEITOSA

**EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Salgueiro do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 05 de agosto de 2020

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr^a Cristiane Ayala de Oliveira.
ProfEPT - IF Sertão – PE - Orientadora

Prof. Dr. Francisco Kelsen de Oliveira
ProfEPT - IF Sertão – PE - Membro Interno

Profa. Dra. Valdênia Leão de Carvalho
Programa de Pós-Graduação em Educação/UPE- Membro Externo

SALGUEIRO

2020

MARIVÂNIA DA SILVA FEITOSA

**A EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DO ENTENDIMENTO DA
PROBLEMÁTICA A PROPOSTAS DE ENFRENTAMENTO**

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 05 de agosto de 2020

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr^a Cristiane Ayala de Oliveira.
ProfEPT - IF Sertão – PE - Orientadora

Prof. Dr. Francisco Kelsen de Oliveira
ProfEPT - IF Sertão – PE - Membro Interno

Profa. Dra. Valdênia Leão de Carvalho
Programa de Pós-Graduação em Educação/UPE- Membro Externo

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria Valdira, por ter me ensinado, desde muito cedo, a importância que a educação tem para a vida.

AGRADECIMENTOS

Não seria possível cumprir esta etapa importante da minha vida acadêmica, sem a grande colaboração que me foi ofertada, primeiramente, pelo soberano Jeová Deus, que me fez suportar tantos desafios e me fortaleceu, principalmente, nestes últimos meses que antecederam a conclusão deste trabalho.

Um agradecimento, mais que especial, aos meus amigos da UFAL, Rute e Benício, pois sem o apoio de vocês, esta trajetória seria mais difícil de ocorrer.

Aos meus familiares, em especial, a meu esposo José Marques que sempre me acompanhou nas viagens a Salgueiro e colaborou, em tudo, para que este percurso fosse mais suave.

A minha irmã Marta, Neide e minha sogra Alaíde que preencheram o espaço da minha ausência em casa, cuidando dos meus filhos e me transmitindo segurança onde eu estivesse. Vou lembrar sempre quando ligava e vocês me diziam: não se preocupe, está tudo bem. A vocês minha eterna gratidão.

A meu sobrinho, Victor Feitosa, por também colaborar para que este trabalho tivesse uma amplitude ainda maior.

Aos amigos que formei ao longo desses dois anos de estudo, os quais compartilhei e vivenciei muitos momentos de aprendizado e companheirismo. Assim, obrigada também a Silvia, Roberta, Suemys, Elidiane, Antônio, Lana e João Paulo, por tudo que contribuíram. Um agradecimento, também especial, a minha amiga Nethy Amorim, pela grande colaboração no decorrer desse trabalho.

Aos professores do ProfEPT, principalmente, a professora Cristiane Ayala, minha orientadora e ao coordenador do programa no *Campus* Salgueiro, professor Kelsen, pelo apoio e contribuições valiosas para esta dissertação.

Agradeço, ainda, aos profissionais do IFBA, *Campus* Paulo Afonso e aos ex-alunos que participaram dessa pesquisa, contribuindo, assim, para que este projeto se tornasse real.

RESUMO

O estudo acerca da evasão na educação profissional necessita de maiores debates e reflexões, pois a literatura aponta que há poucos estudos nessa área. Diante desse panorama, o presente estudo buscou analisar as causas da evasão nos cursos técnicos modalidade integrada do IFBA - *Campus* Paulo Afonso – BA, com vistas ao desenvolvimento de um material textual que proporcionasse uma melhor compreensão da evasão na educação profissional, científica e tecnológica e favorecesse o direcionamento de ações para possibilitar uma maior permanência estudantil. A metodologia utilizada foi ancorada na abordagem dos métodos mistos, realizando-se um estudo de caso de natureza quanti-qualitativa, pesquisa bibliográfica e documental. No intuito de identificar os motivos geradores da evasão, foi aplicado questionário, com perguntas semiabertas, sendo este encaminhado, via *e-mail*, para os alunos evadidos dos cursos integrados do referido *Campus*, nos anos de 2015 a 2018. Além deste, aplicamos uma entrevista, encaminhada eletronicamente, também, para o diretor da instituição, equipe multidisciplinar e professores da modalidade integrada, com o intuito de compreender, mais amplamente, o fenômeno da evasão no ambiente investigado. No que diz respeito ao tratamento dos dados do questionário para os alunos evadidos, utilizamos os recursos da estatística descritiva para a primeira etapa da análise (caracterização do perfil) e, para a segunda etapa (fatores influenciadores da evasão), os dados coletados foram tabulados no Excel 2016, destacando a frequência absoluta/percentuais/mediana e a moda de cada contexto analisado, a saber: fatores individuais, internos e externos à instituição. Os dados descritivos da amostra foram obtidos por meio do programa estatístico SPSS, *Statistical Package for the Social Science*, versão IBM *Statistics 22*. Para análise das respostas da entrevista enviada ao diretor, professores e equipe multidisciplinar, organizamos os dados coletados por categorias e analisamos os discursos destes concernente à evasão no instituto. Os resultados apontaram que a evasão está mais atrelada ao contexto institucional, em seguida, aparece o individual e, por último, o contexto externo. A pesquisa revelou, também, que a desmotivação no decorrer do curso foi o fator mais citado pelos ex-alunos. Também foi constatado que a instituição necessita fazer um melhor acompanhamento da evasão e permanência estudantil. A partir desse estudo, foi gestado um produto educacional (*e-book*) que, dentre outras discussões, apresenta propostas colaborativas para contribuir com uma melhor permanência dos estudantes. Assim, o referido estudo se insere na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: Educação Profissional. Evasão Escolar. Ensino Médio Integrado. Permanência Estudantil.

ABSTRACT

The study on evasion in professional education needs further debates and reflections, since the literature indicates that there are few studies in this area. In view of this panorama, the present study sought to analyze the causes of evasion in technical courses integrated in the IFBA - *Campus* Paulo Afonso - BA, with a view to developing a textual material that would provide a better understanding of evasion in professional, scientific and technological education and favored the direction of actions to enable a greater student permanence. The methodology used was anchored in the approach of mixed methods, performing a case study of a quantitative-qualitative nature, bibliographical and documentary research. In order to identify the reasons for evasion, a questionnaire was applied, with semi-open questions, which was sent, via e-mail, to students who had left the integrated courses of the said *Campus*, in the years 2015 to 2018. In addition, we applied another questionnaire, sent electronically, also, to the director of the institution, multidisciplinary team and teachers of the integrated modality, in order to understand, more broadly, the phenomenon of evasion in the investigated environment. With regard to the processing of questionnaire data for evaded students, we used the resources of descriptive statistics for the first stage of the analysis (profile characterization) and, for the second stage (factors influencing evasion), the collected data were tabulated in Excel 2016, highlighting the absolute frequency/percentages/ median and the mode of each analyzed context, namely: individual factors, internal and external to the institution. The descriptive data of the sample were obtained through the statistical program SPSS, Statistical Package for the Social Science, version IBM Statistics 22. To analyze the responses of the questionnaire sent to the director, professors and multidisciplinary team, we organized the data collected by categories and analyzed the discourses of these concerning the evasion in the institute. The results showed that evasion is more linked to the institutional context, then the individual appears and, finally, the external context. The research also revealed that demotivation during the course was the factor most cited by former students. It was also found that the institution needs to better monitor student dropout and permanence. From this study, an educational product (e-book) was created that, among other discussions, presents collaborative proposals to contribute to a better permanence of students. Thus, this study is part of the research line Educational Practices in Professional and Technological Education.

Keywords: Professional Education. School Evasion. Integrated High School. Student Permanence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: IFBA – Campus Paulo Afonso	34
Figura 2: Componentes do currículo integrado	43
Figura 3: Taxa ajustada de frequência líquida ao ensino médio	48
Figura 4: Esquema Conceitual do Processo de Evasão na Universidade – Tinto (1975).....	53
Figura 5 : Modelo de salas de aula,aprendizagem e permanência – (Tinto (1997)...	55
Figura 6: Problemas causados pela desistência	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de Unidades/Campi	33
Gráfico 2: Percentual das taxas de evasão dos Institutos Federais do Nordeste	60
Gráfico 3: Evasão nos Cursos Técnicos Integrados de Informática, Eletromecânica e Biocombustível	91
Gráfico 4: Faixa etária	94
Gráfico 5: Gênero	95
Gráfico 6: Cor/Raça.....	95
Gráfico 7: Estado civil.....	96
Gráfico 8: Filhos	96
Gráfico 9: Realização do ensino fundamental	97
Gráfico 10: Desempenho no ensino fundamental	98
Gráfico 11: Lacuna entre o fim do ensino médio fundamental II e ingresso no médio integrado	99
Gráfico 12: Turno que cursou o ensino médio	99
Gráfico 13: Meio de transporte	100
Gráfico 14: Cidade	101
Gráfico 15: Percepção da evasão no Campus.....	101
Gráfico 16: Trabalho.....	103
Gráfico 17: Realização do ensino fundamental	103
Gráfico 18: Relação com o curso	103
Gráfico 19: Motivo para trabalhar	104
Gráfico 20: Composição da renda familiar	105
Gráfico 21: Moradia.....	106
Gráfico 22: Computador na residência	106
Gráfico 23: Acesso à internet	106
Gráfico 24: Grau de escolaridade do pai ou padrasto	107
Gráfico 25: Grau de escolaridade da mãe ou madrasta	108
Gráfico 26: Perfil do respondente.....	136
Gráfico 27 Layout do e-book:	136
Gráfico 28: Conteúdo do e-book	137
Gráfico 29: Relevância dos capítulos	137
Gráfico 30: Avaliação das propostas de prevenção/enfrentamento da evasão	138
Gráfico 31: Avaliação da seção “vamos saber mais”	138

Gráfico 32: Problemas com a leitura do e-book	139
Gráfico 33: Avaliação geral do e-book	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resumo dos fatos marcantes na Educação Profissional no Brasil	36
Quadro 2: Síntese dos conceitos de evasão	51
Quadro 3: A evasão nos cursos técnicos integrados dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	64
Quadro 4: Procedimentos com os métodos mistos	73
Quadro 5 : Autores visitados para a construção do referencial teórico	76
Quadro 6: Lista com os documentos examinados	77
Quadro 7: Vantagens e desvantagens do uso do questionário	81
Quadro 8: A evasão segundo os professores, equipe multidisciplinar e gestor	121
Quadro 9: Percepção da evasão segundo os professores, equipe multidisciplinar e gestor	126
Quadro 10: Resumo de ações para o lócus da pesquisa	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Eficiência Acadêmica dos Institutos Federais	62
Tabela 2: Alcance da Pesquisa com os alunos evadidos do IFBA	89
Tabela 3: Alcance da Pesquisa com os professores, técnicos e gestor do IFBA	90
Tabela 4: Evasão no IFBA de acordo com o motivo de desligamento	92
Tabela 5: A evasão segundo os fatores individuais	110
Tabela 6: A evasão segundo os fatores institucionais	114
Tabela 7: A evasão segundo os fatores externos	118
Tabela 8: Fatores que mais contribuíram para a saída do aluno	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET - Centros Federais de Educação Tecnológica

CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

EAA - Escolas de Aprendizes Artífices

EIT - Escolas Industriais e Técnicas

EMI - Ensino Médio Integrado

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFBA - Instituto Federal da Bahia

IFECT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IF SERTÃO - Instituto Federal do Sertão Pernambucano

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

MP - Medida Provisória

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNP - Plataforma Nilo Peçanha

PROFEPT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

RIMEPES - Rede Ibero-Americana de Estudos sobre Educação Profissional e Evasão Escolar

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SENAC - Serviço Nacional do Comércio

SENAI - Serviço Nacional da Indústria –

SPSS - Statistical Package for the Social Science

TCU - Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
1.1 Tema e contextualização dentro da EPT	20
1.2 Problema investigado	21
1.2.1 Hipóteses	22
1.3 Objetivos	22
1.3.1 Objetivo geral	22
1.3.2 Objetivo específico	22
1.4 Justificativa	23
2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	24
2.1 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma proposta para articular trabalho, ciência, cultura e tecnologia	32
3. ENSINO MÉDIO INTEGRADO: EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO MAIS HUMANIZADA	38
3.1 Pressupostos para a formação integrada	44
4 EVASÃO ESCOLAR: CONSIDERAÇÕES INICIAIS E CONCEITOS	47
4.1 Evasão escolar no âmbito internacional	51
4.2 Evasão escolar na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	57
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	72
5.1 Abordagem da pesquisa	72
5.2 Fins da pesquisa	74
5.3 Procedimentos	75
5.4 Caracterização do campo da pesquisa	78
5.5 Participantes	79
5.6 Instrumento para a coleta de dados	79
5.7 Análise dos dados	82
5.8 Processo de construção e validação do produto educacional	84
6. O PROCESSO DA PESQUISA: DESDE A EXPERIÊNCIA AOS RESULTADOS DOS DADOS COLETADOS	86
6.1 Experiência com a pesquisa: da motivação para pesquisar ao início da coleta de dados	86
6.2 Aplicação do questionário com as alunas e alunos evadidos	88
6.3 Aplicação da entrevista on-line com os professores, equipe multidisciplinar e gestor	89

6.4 Retrato da evasão no IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Paulo Afonso	90
6.5 Caracterização do perfil do aluno evadido	93
6.5.1 Idade	93
6.5.2 Gênero	93
6.5.3 Cor/raça	95
6.5.4 Estado civil	96
6.5.5 Filhos	96
6.6 Percurso escolar do estudante	97
6.6.1 Tipo de instituição que cursou o ensino fundamental	97
6.6.2 Desempenho no ensino fundamental	98
6.6.3 Lacuna entre o fim do ensino fundamental II e ingresso no técnico integrado	98
6.6.4 Turno que cursou o médio integrado	99
6.6.5 Meio de transporte utilizado e despesas originárias deste	100
6.6.6 Cidade	100
6.6.7 Percepção da evasão no Campus	101
6.7 Trabalho e curso técnico	102
6.8 Contexto familiar do estudante	104
6.8.1 Moradia, computador e acesso à internet	105
6.8.2 Grau de escolaridade dos pais	107
6.9 Análise dos fatores influenciadores da evasão no contexto do Campus Paulo Afonso	108
6.9.1 Análise dos fatores individuais	110
6.9.2 Análise dos fatores institucionais	114
6.9.3 Análise dos fatores externos	118
6.10 Percepção dos professores , equipe multidisciplinar e gestão no tocante à evasão escolar no Campus	121
6.11 Panorama geral da evasão no Campus Paulo Afonso: uma interpretação a partir dos dados quantitativos e qualitativos	127
7. PRODUTO EDUCACIONAL: DA APRESENTAÇÃO DO E-BOOK AO PROCESSO DE AVALIAÇÃO	134
7.1 Apresentação do produto educacional	134
7.2 Avaliação do produto educacional	135
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	145
APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL	154

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	155
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS EVADIDOS	159
APÊNDICE D - ROTEIRO DA ENREVISTA PARA O DIRETOR DO CAMPUS ...	165
APÊNDICE E - ROTEIRO DA ENREVISTA PARA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	166
APÊNDICE F - ROTEIRO DA ENREVISTA PARA OS DOCENTES	167
APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	168

1 INTRODUÇÃO

Com a criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ampliaram-se as oportunidades para o acesso a uma formação profissional de qualidade. O ingresso dos estudantes, no IFECT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, é permeado de alegria e comemoração para os familiares, pois são instituições que ofertam cursos gratuitos e apresentam avaliações positivas no cenário educacional. Exemplos disso são os resultados do PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes e do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio. No PISA, os alunos da rede federal de ensino tiveram um desempenho acima da média da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que foi de 503 pontos para leitura e 491 pontos para Ciências. Já em matemática, o desempenho foi menor (469) pontos, mas, mesmo assim, são números próximos da média da OCDE, que foi de 489 pontos. (INEP, 2019). Quanto ao ENEM, os resultados também são favoráveis. Segundo os dados publicados pelo jornal Folha de São Paulo, a partir dos dados brutos divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), as instituições federais “dominaram a classificação dentre os 30 primeiros lugares, com destaque para o *Campus* Vitória do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), que conquistou o quarto lugar na lista”. (CONIF, 2019).

No entanto, mesmo com esses dados positivos em avaliações, a rede federal de ensino enfrenta um grave problema educacional: a evasão escolar. O Acórdão nº 506/2013, do Tribunal de Contas da União – TCU – aponta que a evasão nos IFECTs, alcança as várias modalidades de ensino, em menor ou maior grau, a saber: “Quando se analisam as taxas de conclusão em nível nacional se situam em 46,8% para o médio integrado, 37,5% para o Proeja, 25,4% para a Licenciatura, 27,5% para o Bacharelado e 42,8% para os cursos de tecnólogo” (BRASIL, 2013, p. 11). Como se percebe, o percentual de alunos que consegue concluir os estudos ainda é baixo. Os dados revelam, ainda, não está de acordo com a meta, que é de “90% para a taxa de conclusão prevista no Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação 2011-2020, ou mesmo da taxa de 80% para todas as modalidades de cursos ofertados pelos institutos prevista no Termo de Acordo de Metas” (BRASIL, 2013, p. 11). Dessa forma, a evasão se revela como um verdadeiro entrave para

atingir essas metas educacionais, revelando assim, a necessidade de maiores reflexões e ações para que seja contida ou amenizada.

Diante deste cenário, procuramos mergulhar neste universo da evasão escolar com o intuito de provocar reflexão-ação acerca deste entrave que, conforme apontou a literatura estudada e também esta pesquisa, é de causas múltiplas e influenciada por fatores individuais, internos e externos à instituição.

Assim, no que concerne à estrutura deste estudo, o mesmo está dividido em seis capítulos, além desta introdução e considerações finais, a saber: no primeiro capítulo, revelamos um breve histórico da educação profissional, refletindo acerca de aspectos relevantes que ocorreram antes da independência do Brasil até os dias atuais. Compreendemos, assim, que foram muitas as transformações e reconfigurações que a educação profissional passou no decorrer dos anos e que esta trajetória, foi fortemente marcada pela dualidade, ou seja, de um lado tínhamos a oferta da educação profissional incumbida aos menos favorecidos, do outro, uma educação de cunho acadêmico, esta, por sua, vez, destinada à elite. Ainda, neste capítulo, discutimos acerca do surgimento dos IFECTs e como estes representam uma nova era para esta modalidade de ensino, com propósitos que visam romper esta dualidade tão fortemente notada na história da educação profissional.

No segundo capítulo, apresentamos as discussões acerca do Ensino Médio Integrado, destacando a importância deste para uma formação mais ampla do indivíduo, em que os pressupostos da politecnicidade podem ser vislumbrados. Assim, fizemos uma breve discussão sobre os componentes que formam o currículo integrado e, também, expusemos alguns pressupostos que embasam esse tipo de formação.

Continuando, no terceiro capítulo, debruçamos nas reflexões sobre evasão, procurando, inicialmente, conceituá-la. Na sequência, apresentamos as colaborações dos estudiosos Tinto (1975; 1993) e Rumberger (2011), em que compreendemos que a evasão está associada a uma gama de fatores e estes podem ser oriundos do plano individual, do institucional ou do contexto externo. Inferimos, também, que a melhor forma de combatê-la é a prevenção, a antecipação ao fenômeno. Ainda, neste capítulo, revelamos o panorama da evasão na educação profissional, científica e tecnológica, através da análise dos dados contidos na

Plataforma Nilo Peçanha (PNP) e também da pesquisa oriunda do catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Já no quarto capítulo, revelamos os procedimentos metodológicos adotados para esta pesquisa, destacando o tipo de abordagem, os fins da pesquisa, os procedimentos, a caracterização do campo onde o estudo ocorreu, os participantes, os instrumentos para a coleta de dados e a forma que analisamos o questionário e entrevistas aplicados.

No quinto capítulo, analisamos os dados oriundos do questionário e entrevista aplicados com os alunos evadidos, os docentes, equipe multidisciplinar e diretor do *Campus*. Mas, antes da revelação destes dados, fizemos um breve relato da experiência com a pesquisa. Mostramos, ainda, o real alcance do estudo e exibimos um panorama inicial da evasão no IFBA, realizado a partir dos dados coletados na CORES. Também, neste capítulo, traçamos o perfil do aluno respondente e apresentamos os resultados dos fatores que influenciaram a saída deste. Para a conclusão do capítulo, realizamos um panorama geral da evasão, a partir dos dados quantitativos e qualitativos analisados.

No sexto capítulo, a ênfase foi para o produto educacional, o *e-book*. Neste, apresentamos as partes que compõem o livro e também como ocorreu o processo de avaliação do mesmo.

Após as construções dos capítulos mencionados acima, trazemos as considerações finais ao leitor. Refletimos, então, acerca dos objetivos delineados para esta pesquisa e o alcance dos mesmos, apresentamos à resposta para a questão do problema investigado e a averiguação das hipóteses. Além disso, frisamos, mais uma vez e conclamamos para a reflexão, todos que estão envolvidos com a educação, para que ajam, coletivamente, com o objetivo de enfrentar este fenômeno de múltiplas causas que é a evasão escolar.

1.1 Tema e contextualização dentro da EPT

A presente pesquisa propôs um estudo sobre os fatores causadores da evasão escolar nos cursos técnicos do ensino médio integrado. A investigação deu-se por meio de um estudo de caso junto a um IFECT do interior baiano.

1.2 Problema investigado

O ano letivo se inicia e a sala de aula está lotada. Contudo, passados alguns meses, esta realidade se modifica: alunos começam a se ausentar das aulas e as carteiras já não estão mais todas preenchidas. Este é um retrato comum em muitas salas de aulas brasileiras e que atinge as várias modalidades de ensino, portanto, merece mais atenção: a evasão escolar. Isso porque, a carteira que ficou vazia não representa apenas um espaço obsoleto, mas sim, uma demonstração de que naquela instituição, um sujeito deixou de progredir em seus estudos, especializar-se numa determinada profissão e, conseqüentemente, deixou lacunas nos variados conhecimentos que a escola poderia lhe proporcionar. Sendo assim, é necessário que haja maiores reflexões sobre essa problemática educacional, com o intuito de provocar mudanças para que seja combatida ou amenizada, pois ela atinge as mais diversas instituições e modalidades de ensino.

De acordo com os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), o acesso à escola tem alcançado índices melhores, no entanto, é destacado também que problemas como atraso escolar e evasão, ainda são presentes e, estes, são “mais característicos do ensino médio (15 a 17 anos), onde foi registrada, em 2018,¹ taxa de frequência líquida de 69,3%, ou seja, 30,7% dos alunos estavam atrasados ou tinham deixado a escola”. (IBGE, 2019). Estes números revelam o quão é urgente fomentar políticas públicas para que este cenário seja modificado, visando à redução destes índices

Nesta pesquisa, a nossa reflexão foi direcionada para a evasão em um IFECT. Sendo assim, as perguntas que nortearam esta pesquisa foram as seguintes: quais foram os motivos que levaram os estudantes a evadirem dos cursos técnicos da modalidade integrada do IFBA, *Campus* Paulo Afonso? Por que este aluno evadiu, mesmo estando em uma instituição pública e com ensino de qualidade? Foi partindo destes questionamentos, que esta pesquisa foi delineada.

¹ Taxa ajustada de frequência escolar líquida = Estudantes com idade prevista para estar cursando uma determinada etapa de ensino + estudantes da mesma idade que já concluíram essa etapa, dividido pela população total na mesma faixa etária.

1.2.1 Hipóteses

- A evasão está atrelada à infraestrutura inadequada para as salas de aula, laboratórios e bibliotecas;
- Os educandos evadem porque há uma baixa inserção no mercado de trabalho por parte daqueles que já concluíram o curso;
- Os alunos evadem porque descobrem, no decorrer do fluxo, uma não identificação com o curso escolhido.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Analisar as causas da evasão nos cursos técnicos do IFBA – modalidade integrada – *Campus* Paulo Afonso – BA, com vistas ao desenvolvimento de um material textual, cuja proposta ofereça uma melhor compreensão da evasão na educação profissional, científica e tecnológica e favoreça no direcionamento de ações para uma maior permanência estudantil.

1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar os motivos que levaram à evasão por meio do questionário aplicado com os ex-alunos e entrevista com o gestor, professores e equipe multidisciplinar do *Campus*;
- Traçar o perfil socioeconômico dos estudantes evadidos nos cursos técnicos integrados do *Campus* investigado;
- Desenvolver o produto educacional – E-book – com o objetivo de ser uma fonte de pesquisa para estudantes de graduação, pós-graduação, professores da EPT e demais leitores interessados em conhecer sobre a história da Educação Profissional, ensino médio integrado e, principalmente, sobre a evasão e formas colaborativas para preveni-la;
- Avaliar o produto educacional por meio de questionário eletrônico a ser enviado aos professores, equipe multidisciplinar e gestor do *Campus*

investigado e, também, para estudantes de pós-graduação e outros profissionais envolvidos com a educação profissional.

1.4 Justificativa

O referido estudo propôs uma pesquisa sobre os fatores motivadores da evasão escolar nos cursos técnicos do ensino médio integrado. Foi primordial conhecer as causas que resultaram neste entrave educacional, para que, a partir desse diagnóstico, pudéssemos refletir e apontar medidas preventivas a fim de que estes índices, em um futuro breve, possam ser amenizados.

As pesquisas que versam sobre a evasão na rede federal de educação profissional, revelam que estas ainda são incipientes, como observamos em Dore, Araújo e Mendes. (2014, p.18). “Carecemos desse debate, pois há poucas pesquisas na educação profissional que problematizam temas, como evasão, dificuldades de aprendizagem, formação docente, entre outros”.

O Acórdão de nº 506/2013, do TCU também aponta que a evasão nos IFECTs, alcança as várias modalidades de ensino, em menor ou maior grau, a saber: “Quando se analisam as taxas de conclusão em nível nacional se situam em 46,8% para o médio integrado, 37,5% para o Proeja, 25,4% para a Licenciatura, 27,5% para o Bacharelado e 42,8% para os cursos de tecnólogo” (BRASIL, 2013, p. 11).

Ainda podemos notar em (TINTO, 1987 apud LIMA JR., 2013, p. 10) a necessidade de as instituições estabelecerem o compromisso com uma educação para todos, conforme citação a seguir: “[...] As instituições devem estar comprometidas em primeiro lugar com a educação de todos e não somente de alguns; [...] capazes de dar suporte aos alunos e nas quais todos possam ser integrados como membros integrais”.

Dessa forma, este estudo tornou-se importante, pois contribuiu para expansão das pesquisas sobre a temática da evasão escolar na rede federal de ensino, apontando possíveis caminhos a serem trilhados para superação. Também vislumbrou uma melhor compreensão da realidade do *Campus* Paulo Afonso, no que tange à evasão escolar, bem como, procurou colaborar para que houvesse maiores reflexões e sugestões de medidas preventivas para este fenômeno multifacetado que é a evasão.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ao revisitarmos a história da educação profissional no Brasil, percebemos a prevalência explícita da dualidade educacional: havia uma educação de cunho assistencialista, destinada às classes menos favorecidas: órfãos, escravos e índios e, para os mais afortunados, uma educação propedêutica, de cunho acadêmico, preparatória para o prosseguimento dos estudos. Infere-se, assim, que a escola não foi institucionalizada para atender a todas as classes sociais, pois como declaram Moura, Lima Filho e Silva (2015, p.1059): “Dessa forma, não foi essencial, inicialmente, mas um luxo, porque foi concebida para atender aos interesses de uma determinada classe, a dos dirigentes”. Portanto, percebe-se que foi sob a égide da dualidade, que a educação brasileira delineou seu percurso, conforme atestam também Lima, F. Silva e L. Silva (2015, p. 120): “[...] a Educação Profissional foi historicamente voltada para as classes populares enquanto o Ensino Superior era destinado à elite. Essa realidade persistiu e chegou na 1ª década do século XXI, apesar de atualmente ser menos perceptível”.

Com intuito de compreender melhor o percurso delineado pela educação, destacaremos, a seguir, uma breve contextualização histórica, refletindo acerca de aspectos relevantes que ocorreram antes da independência do Brasil até os dias atuais, no que tange à educação profissional. Foram muitas as transformações e reconfigurações que a educação profissional passou no decorrer dos anos no Brasil, conforme veremos.

Nas pesquisas que discorrem acerca da educação no processo de colonização do Brasil, observa-se que, na pedagogia preconizada pelos padres jesuítas, havia a propagação da ideia de que o trabalho desenvolvido por um determinado indivíduo deveria estar atrelado a sua classe social. Assim afirma Rocha (2005, p.6): “[...] a cada pessoa se deveria atribuir um tipo de trabalho, conforme o lugar por ela socialmente ocupado”. Sendo assim, quando os jesuítas possibilitaram aos escravos e a outros grupos vulneráveis socialmente, a aprendizagem de ofícios, como artesãos, mestre de obras e outros, de imediato, estas profissões começaram a sofrer preconceitos e, aqueles que as praticavam, começaram a abandoná-las. (ROCHA, 2005). Pois este era o entendimento preconizado na época, como se pode perceber na seguinte citação: “Juro que não

farei nenhum trabalho manual enquanto conseguir um escravo que trabalhe por mim, com a graça de Deus e do Rei de Portugal” (NASH, 1939, p. 132 apud ROCHA 2005, p.6). Portanto, nota-se que a desvalorização que se tem até hoje no que concerne ao trabalho manual, se origina bem antes de o Brasil ser um país independente de Portugal.

No Brasil Império, a educação profissional ainda era pouco visível. Nas palavras de Peres (2005, p.12), “o ensino técnico – agrícola, comercial e industrial – ainda não passava de meras tentativas e ensaios”. O desprestígio concernente ao trabalho manual e técnico também continuava. Assim, os cursos técnicos apresentavam um “número reduzido de alunos – um pouco mais de uma centena em 1864 –, esparsos por pequenas escolas comerciais e agrícolas”. (PERES,2005, p.13).

Continuando com as reflexões, voltamos nosso olhar para a Primeira República (1889-1930). De acordo com Palma Filho (2005), nesse período, houve por parte do governo federal, várias reformas no que tange ao Ensino Médio e Ensino Superior. No entanto, a escola continuava segregadora, pois não atingia toda população em idade escolar. De acordo com Fernandes (1966, p.47 apud PALMA FILHO, 2005, p.13), “embora entre 1900 e 1920 tenha havido um crescimento significativo da população que sabe ler e escrever [...] o percentual dos que não sabiam ler e escrever permaneceu o mesmo, ou seja, 65%”. Como podemos perceber, o quadro de pessoas analfabetas ainda era alarmante e a escola continuava a excluir aqueles das classes menos favorecidas, preocupando-se apenas em manter o *status quo* da classe dominante.

Relevante também destacar que, no período agora estudado, ocorreram variadas transformações socioeconômicas, incumbidas pela reestruturação da força de trabalho (agora não mais escrava) e pelo desenvolvimento das atividades da indústria. Para qualificar os indivíduos para o mercado de trabalho e também para preparar os desvalidos da sorte para um trabalho técnico, afastando da ociosidade, era necessário um maior “investimento” na educação profissional, conforme podemos perceber na redação do Decreto nº 7.566, que instituiu a criação das Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs), criadas no governo de Nilo Peçanha, em 1909, a seguir:

Considerando: Que o augmento constante da população das cidades exige que se facilite ás classes proletarias os meios de vencer as

difficultades sempre crescentes da lucta pela existencia; Que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo tecnico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime; Que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis á Nação [...] (BRASIL, 1909, p. 6975).

Sendo assim, a partir deste decreto são criadas 19 (dezenove) escolas em várias unidades federativas do país, sob a justificativa e os objetivos agora explicitados. Em conformidade com o documento Brasil (2011), a assinatura do decreto 7.566/1909 “é considerado o marco inicial do ensino profissional, científico e tecnológico de abrangência federal no Brasil”. Ainda no que tange a estas escolas, de acordo com os estudos de Canali (2009), a evasão era muito alta nas EAAs, pois chegava a índices de mais de 50%. A autora também explicita que estas escolas tinham variados problemas, como: prédios com estrutura deficitária, profissionais desqualificados, oficinas com funcionamento deficitário etc.

O direcionamento, agora, será para o período conhecido como era Vargas (1930-1945). No ano de 1937, o então presidente Getúlio Vargas, outorgou a Carta Constitucional que, no seu artigo 129, deixava claro que a educação profissional continuava a ser destinada às classes mais baixas, o que continuou a perpetuar a dualidade educacional. De acordo com Palma Filho (2005, p.13) para à elite a oferta era do ginásio e colégios secundários e, para a grande massa, a oferta se reduzia ao ensino técnico-profissionalizante. Ainda, neste ano, as Escolas de Aprendizes e Artífices são transformadas em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus (BRASIL, 2011). Já no ano de 1942, tivemos a reforma empenhada por Gustavo Capanema, que, nos dizeres de Canali (2009, p. 9):

No bojo da Reforma Capanema de 1942, foram incluídos uma série de cursos profissionalizantes para atender diversos ramos profissionais demandados pelo desenvolvimento crescente dos setores secundário e terciário, por isso, escolas e cursos começam a se multiplicar com essa finalidade sem que a conclusão desses cursos habilitassem para o ingresso no ensino superior.

Como se nota, pela citação acima, o objetivo era formar mão de obra para atender à demanda do mercado de trabalho, mas o ingresso para o ensino superior continuava a ser um empecilho para a classe trabalhadora. Como expressa Anísio Teixeira: “de um lado a escola para os nossos filhos, de outro, a escola para os filhos dos outros” (PALMA FILHO, 2005, p. 13).

Por meio do Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, os Liceus Industriais passaram a ser denominados de Escolas Industriais e Técnicas (EITs) e estas, de acordo com o documento abaixo tinham o intuito de:

[..] oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. A partir desse ano, inicia-se, formalmente, o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação. (BRASIL,2009, p,4)

A referida citação deixa evidente que os alunos oriundos dos cursos profissionalizantes só poderiam investir em um curso superior equivalente à sua formação técnica, ou seja, não poderia haver outras escolhas. Com isso, certamente, o acesso era limitado.

Nos anos seguintes, ainda no referido governo, foram criados o Serviço Nacional da Indústria - SENAI (1942) e, alguns anos após (1946) o SENAC - Serviço Nacional do Comércio. Segundo reflete Manfredi (2017) a educação promovida pelo sistema S é bastante criticada, pois objetiva somente atender a necessidade do mercado, bem nos moldes da formação tecnicista.

Findando a era Vargas, destacaremos pontos relevantes ocorridos nos governos de Juscelino Kubitschek até Fernando Henrique Cardoso. No governo JK, em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias e passaram a ser chamadas de Escolas Técnicas Federais. Estas foram contempladas com autonomia didática e de gestão. Toda essa efervescência foi motivada pelo grande processo de industrialização que o país passava. (BRASIL, 2009).

Em 1961, tivemos a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a de nº 4024/1961. Nesta, houve um avanço, pelo menos nos moldes da lei, pois determinou “plena equivalência entre todos os cursos do mesmo nível sem a necessidade de exames e provas de conhecimento visando à equiparação” (MOURA, 2007, p. 11). Ainda de acordo com referido autor, no entanto, na prática, os currículos continuavam a perpetuar a dualidade, pois nos currículos dos cursos profissionalizantes, os conteúdos eram elaborados para atender as especificidades do mercado trabalho, já para os cursos que visavam a continuidade dos estudos, ou seja, o acesso ao nível superior, eram privilegiados os conteúdos para este fim.

No ano seguinte, 1962, Paulo Freire propõe um sistema para alfabetizar adultos que, segundo relatos dos alunos, após trinta horas de aprendizado, este já

conseguia ler trechos difíceis. Palma Filho (2005, p. 6). Neste contexto de trabalho com a alfabetização, Freire (1978, p.70) argumenta que:

Não basta saber ler mecanicamente que 'Eva viu a uva'. É necessário compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir uvas e quem lucra com esse trabalho. Os defensores da neutralidade da alfabetização não mentem quando dizem que a clarificação da realidade simultaneamente com a educação é um ato político. Falseiam, porém, quando negam o mesmo caráter político à ocultação que fazem da realidade.

É sabido que Paulo Freire ofertou e ainda contribui para uma pedagogia de cunho crítico e emancipatório na educação. Para este autor, o educando não é um mero receptáculo, em que o professor deva apenas depositar conteúdo, mas sim, um agente construtor e participativo no processo de aprendizagem. Essa visão é de grande relevância para a educação profissional e tecnológica, pois não se deve apenas preocupar-se com a formação técnica, a pedagogia das competências, mas sim, uma formação integral, em que os sujeitos envolvidos possam, de fato, serem atuantes no meio societário.

No ano de 1971, sob o governo militar, foi promulgada a Lei nº 5.692/71, com a pretensão de instituir o ensino do 2º grau como sendo profissionalizante para todas as classes. (CANALI, 2009). Segundo Palma Filho (2005), esta plenitude de profissionalização tinha como meta conter a demanda que crescia pelo ensino superior. Ainda de acordo com Palma Filho (2005, p. 18) “ os formuladores da política educacional temem que, se esta expansão não for contida, ela criará um exército de desempregados de nível superior”. Portanto, o que realmente esta reforma propôs foi conter o acesso dos sujeitos ao nível superior e procurar atender logo a demanda do mercado do trabalho. Isso porque, segundo Manfredi (2017), nesse período o país estava buscando participar da economia internacional e, assim, necessitava de um contingente de trabalhadores preparados para atuarem no mercado de trabalho. Entretanto, a proposta de profissionalizar todo o ensino do 2º grau, não logrou êxito por variadas causas, dentre as quais Palma Filho (2005, p. 18) elenca:

- 1 - resistência das camadas médias da população que sempre aspiraram e continuaram aspirando para seus filhos o ingresso na Universidade, de preferência a pública;
- 2 - Falta de recursos materiais e financeiros para transformar as escolas regulares em escolas técnicas;
- 3 - Falta de professores especializados nas matérias técnicas.

Como se pode notar pelas explicitações acima, os problemas eram demasiados e, assim, quem foi mais atingido por esta proposta educacional, foi o estudante da escola pública, pois não eram ofertados cursos de qualidade. Portanto, como assinala a referida autora, neste universo, os jovens acabavam nem sendo preparados para o mercado de trabalho e nem para ter acesso ao nível superior.

É valioso destacar, como argumenta (CANALI, 2009), que na contramão desse processo, as escolas técnicas federais formavam sujeitos competentes para atuarem no mercado de trabalho. Estes indivíduos eram quase em sua totalidade absorvidos por grandes empresas privadas ou estatais. Tudo isso, segundo a autora, fez com que as matrículas nas escolas técnicas federais aumentassem bastante, chegando ao percentual de mais de 1000% no número de alunos matriculados. Ainda neste contexto, em 1978, surgiram os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET' s), com o objetivo de formar profissionais na área de engenharia de operação e tecnólogos. (BRASIL, 2011).

Após o estabelecimento da democracia (1985), tivemos a promulgação da Constituição Cidadã, como é conhecida a constituição de 1988. Esta propôs grandes avanços, como: o direito à educação é vislumbrado como pertencente a qualquer cidadão, sendo assim, independentemente da classe social, o estado deveria ofertar o ensino público e, não necessariamente, só para aqueles que comprovassem escassez dos recursos (art. 208, 1º e 2º); estado, município e união tem suas funções, quanto ao custeio da educação, expressos claramente; as comunidades indígenas passaram a ter sua língua materna valorizada, pois foi assegurada o seu uso e processos próprios de aprendizagem (art. 210, §2º), dentre outros destaques.(PALMA FILHO, 2005).

Já em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, após sucessivos debates, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de nº 9.394. Na visão de Moura (2007, p. 15), "O texto é minimalista e ambíguo em geral e, em particular, no que se refere a essa relação – ensino médio e educação profissional". O autor, ainda pontua, que o ensino médio é vislumbrado no texto da LDB como sendo parte da educação básica e, a educação profissional, é colocada em um capítulo à parte, explicitada por três pequenos artigos. Nessa concepção, Moura (2007) conclui que a dualidade educacional vislumbrada desde os primórdios da educação no Brasil é também notadamente expressa na lei em discussão, como

bem enfatiza o autor: “Como a educação brasileira é estruturada na nova LDB em dois níveis – educação básica e educação superior, e a educação profissional não está em nenhum dos dois, consolida-se a dualidade de forma bastante explícita”. (MOURA, 2007, p.16).

Um ano depois da aprovação da LDB, a educação profissional foi reformulada e regulamentada pelo decreto nº 2.208 de 17 de abril 1997. Este regulamentou o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. De acordo com o decreto mencionado, a educação profissional tinha por objetivos:

Art. 1º. A educação profissional tem por objetivos: IV – qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho. Art. 2º . A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho. (BRASIL, 1997).

Dessa forma, conforme os objetivos acima expressos, a educação profissional era vislumbrada para atender somente uma formação para o mercado de trabalho, o que vem a reforçar a predominância da pedagogia das competências, em detrimento do ensino politécnico, que é proposição que visa uma formação plena do educando. Para uma melhor compreensão de politecnicidade, trazemos para o debate Ramos (2014, p.38), que reflete o que a politecnicidade almeja:

[...] romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade; em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Por essa perspectiva, o objetivo profissionalizante não teria fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, culminada com uma formação ampla e integral.

Sendo assim, conforme é exposto na citação, a politecnicidade vislumbra uma formação mais ampla e integral do educando. Salientamos que um diálogo mais aprofundado acerca da politecnicidade será realizada no próximo capítulo deste trabalho.

Continuando as discussões, no ano 2003, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, novos diálogos são lançados e é revogado o Decreto nº 2.208, de 1997. Surge, então, o Decreto 5.154/2004, que regulamentou o § 2º do artigo 36 e os

artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Com este novo decreto, é mantida a possibilidade de oferta dos cursos técnicos tanto na forma concomitante, quanto subsequente. No entanto, o diferencial está para a oferta do ensino médio integrado à educação profissional, que, segundo Moura (2007, p. 20) significa:

Trazer de volta a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, agora, numa perspectiva que não se confunde totalmente com a educação tecnológica ou politécnica, mas que aponta em sua direção porque contém os princípios de sua construção.

Três anos depois do decreto acima mencionado, é proposto o decreto nº 6.302, de 2007, que estabelece o Programa Brasil Profissionalizado. Este, segundo consta no documento Brasil (2007), visa “estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais”. A proposta, a priori, parece ser plausível, no entanto como destacam (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015, p. 1073-1074):

Esse programa foi estruturado de modo que a União financie a infraestrutura enquanto os estados assegurem algumas contrapartidas, entre elas a criação ou adequação do quadro docente. Em razão de distorções decorrentes do nosso pacto federativo, a maioria dos estados, apesar de terem apresentado projeto e recebido, não tem nem está constituindo quadro de professores efetivos, especialmente no que se refere às disciplinas específicas da educação profissional, e o curso técnico de nível médio continua sem avançar na maioria dos estados.

Assim, os autores acima nos trazem essa alerta de não constituição de um quadro docente efetivo, maximizando, assim, contratações que, a nosso ver, não constitui uma forma potencializadora da formação integrada.

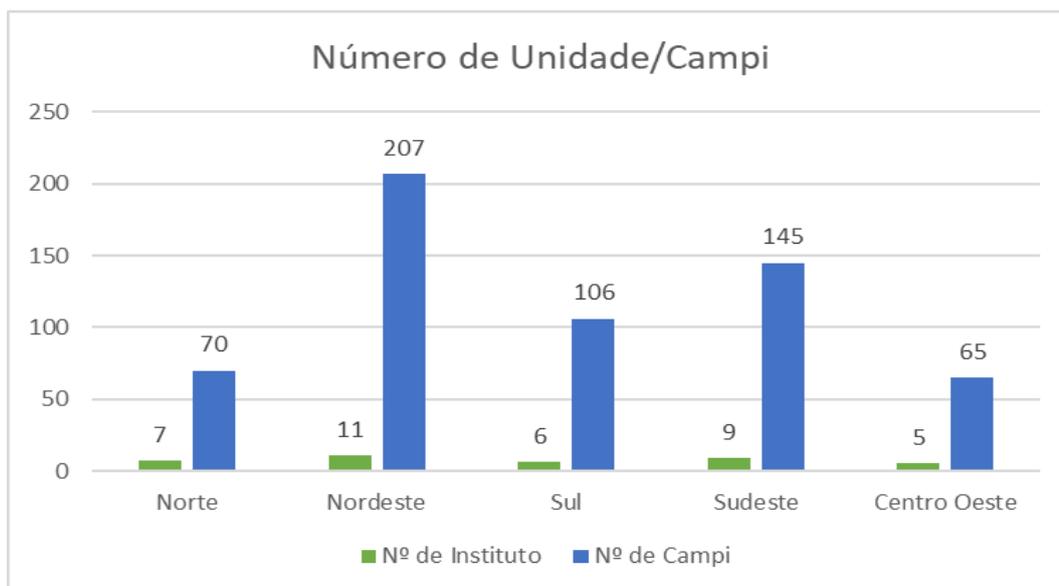
A nossa Carta Magna estabelece a educação como um direito de todos, mas Kuenzer (2007, p.1170) alerta que “há uma aparente disponibilização das oportunidades educacionais, por meio de múltiplas modalidades e diferentes naturezas, que se caracterizam por seu caráter desigual e, na maioria das vezes, meramente certificador [..]”. Sendo assim, a educação pode até está sendo ofertada com mais amplitude, mas, não igual para todos os membros, porque, como revela a autora acima, muitos só adquirem o certificado através de cursos que são realizados sem eficiência acadêmica, o que torna uma pseudo inclusão educacional.

Uma perspectiva diferenciada desta que Kuenzer (2007) apresenta é vislumbrada com a criação dos IFECTs. A subseção que segue tratará dessa temática.

2.1 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma proposta para articular cultura, trabalho, ciência e tecnologia

No ano de 2008, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia representando um marco na história da educação profissional. Os IFECTs proporcionam, aos seus educandos, o acesso a uma educação pública e de qualidade, conforme já explicitamos na Introdução deste trabalho. Através dessas instituições, os sujeitos podem fazer cursos de qualificação profissional, estudar o ensino médio integrado, ingressar em cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e também podem prosseguir nos estudos fazendo cursos de pós-graduação, em programas *lato e stricto sensu*. Atualmente, contabilizam-se: 38 institutos federais, 02 CEFETs, 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica. (BRASIL, 2016). O número de IFECT e *campi* por região, pode ser melhor visualizado pelo gráfico¹ expresso a seguir:

Gráfico 1: Número de Unidades/Campi



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha
Elaborada pela autora, 2020

É notório que houve uma grande expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica nos últimos anos. No que tange à educação profissional na Bahia, de acordo com a Plataforma Nilo Peçanha (2019), o território baiano conta com os seguintes institutos: IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, com 21 (vinte e um) *Campi* e o IF Baiano - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, com 15 (quinze) *Campi*. Silva (2014) revela que expansão dos Institutos Federais de Educação Tecnológica tem o intuito de democratizar o acesso a educação profissional, e, principalmente, contribuir para o fomento dos locais que estes se encontram.

A expansão dos IFECTs beneficiou também a cidade de Paulo Afonso - BA. O IFBA, *Campus Paulo Afonso*, foi inaugurado no ano de 2010 e teve autorização para funcionamento através da Portaria nº 105, de 29 de janeiro de 2010, publicada no DOU de 01/02/2010. (IFBA, 2020). É no IFECT da referida cidade que a pesquisa sobre evasão escolar foi desenvolvida.

Figura 1: IFBA – *Campus Paulo Afonso*

Fonte: IFBA, 2020

Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/paulo-afonso/inicio-1>

De acordo com Pacheco (2010), a formação proporcionada pelos IFECTs deve articular trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação dos sujeitos. O autor também reflete que a orientação pedagógica dessas instituições deve recusar o ensino meramente enciclopédico e visar uma formação mais integral em que o sujeito possa atuar criticamente na sociedade. Ainda segundo Pacheco (2010, p.16), os IFECTs pautam-se “na construção de uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade, identificam-se como verdadeiras incubadoras de políticas sociais”.

A perspectiva de formação proporcionada pelos IFECTs aponta para uma formação humana integral, conforme vislumbramos pelos diálogos acima, na qual os sujeitos são preparados para uma formação profissional e, também, têm potencial para avançar no ensino superior. Sendo assim, parece-nos ser uma proposta viável a expandir pelas escolas brasileiras. No entanto, atendendo mais a lógica imediatista do mercado e não preocupado com uma formação humana integral, o governo, sem dialogar com a sociedade, impõe-nos a Reforma do Ensino Médio, sancionada pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que surgiu a partir da Medida Provisória - MP 746, de 2016. No novo panorama que nos foi imposto, cabe-nos indagar: o que esta reforma vem implicar para o ensino profissional? Segundo aponta Lemos et al (2017, p.456), esta reforma “traz à tona as concepções políticas conservadoras/liberais do “novo governo” e aponta para um tratamento de descaso para com a Educação Profissional, especificamente no que se refere ao Ensino Médio Integrado

(EMI) ". Os autores, agora citados, ainda refletem que a velha história volta a se repetir: para uns, a possibilidade de avançar nos estudos, alcançar o ensino superior e, para aqueles que optarem pelo ensino profissional, a estagnação está declarada, pois com o currículo dessa oferta, aqueles que optarem por este tipo de formação, terão conteúdos tão fragmentados que dificilmente alcançarão o nível superior, pois o "itinerário formativo" não lhes serão favoráveis. Ainda nas palavras de Lemos et al (2017, p. 457), "isto significa que, para os alunos deste segmento social, o ensino profissionalizante assume um caráter de terminalidade não por escolha pessoal, mas por imposição do próprio sistema de ensino, econômico e social vigentes". Os mais afetados pela lei em discussão serão os educandos da rede estadual, assim alerta Ferreti e Silva (2017, p. 392):

Por coerência e opção epistemológica, essa MP propõe que desapareça da cena, no âmbito dos governos estaduais, a proposta de integração no ensino médio e deste com a educação profissional, ainda que se possa levantar a hipótese de sua continuidade nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por sua autonomia pedagógico-administrativa e por pertencerem à rede federal de ensino.

Sendo assim, podemos perceber que a figura do " Ornitorrinco" está cada vez mais viva na sociedade brasileira. O Ornitorrinco é o nome que Oliveira (2015) encontrou para representar o nosso país. Segundo ao autor, o Brasil é um "bicho" esquisito, não por sua natureza, pois esta tem belezas incontáveis, e sim, por suas estranhezas realizadas no âmbito da política (que objetiva interesses próprios em detrimento do coletivo), da economia (que prioriza uma eterna dependência do capital estrangeiro) e no meio social segregador (que resplandece cenários de ostentação para uns e de extrema pobreza para outros). Por todas essas contradições, Oliveira (2015), denominou o Brasil de Ornitorrinco, um ser estranho na escala da evolução. No entanto, como destaca Moura (2013, p. 719): "É preciso atuar em meio às contradições do modelo hegemônico vigente no sentido de produzir movimentos que contribuam para o rompimento da dualidade educacional, o que também contribuirá para a superação do sistema capital". Portanto, que concentremos nessa travessia rumo a uma educação menos dual e que, as hipóteses levantadas por Ferreti; Silva (2017), possam ser verídicas, no que tange ao ensino médio integrado, pelo menos de sua continuidade na rede federal de ensino.

Para resumirmos o que foi explanado acima, elaboramos o quadro 1, baseado nos estudos dos autores discutidos neste capítulo, o qual revela o histórico da EPT – Educação Profissional e Tecnológica, a seguir.

Quadro 1:Resumo dos fatos marcantes na Educação Profissional no Brasil

Ano	Resumo dos fatos marcantes na Educação Profissional no Brasil
Anterior a 1822	Jesuítas possibilitam aos “desafortunados da sorte” a aprendizagem de ofícios. Estas profissões, a partir dessa ação, começaram a ser desvalorizadas. (ROCHA,2005)
Brasil Império (1822 a 1889)	Educação profissional pouco visível; Trabalho manual continuava sendo desprestigiado.(PERES,2005)
1909	Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, instituiu a criação de 19 (dezenove) Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs), criadas no governo de Nilo Peçanha, objetivando habilitar os desvalidos da sorte para o mercado de trabalho e também para afastá-los da ociosidade. (BRASIL,1909)
1937	As Escolas de Aprendizes e Artífices são transformadas em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus. (BRASIL,2011)
1942	Por meio do Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, as Escolas de Aprendizes e Artífices são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas e houve a possibilidade de os alunos do ensino profissional ingressar no ensino superior, mas somente cursos da mesma designação.(BRASIL,2009)
1942-1946	Criação do Serviço Nacional da Indústria - SENAI (1942) e, alguns anos após (1946) o SENAC - Serviço Nacional do Comércio. Estes priorizavam cursos de formação rápida, visando atender a demanda do mercado de trabalho. (MANFREDI,2017)
1959	Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias e passaram a ser chamadas de Escolas Industriais e Técnicas. Estas foram contempladas com autonomia didática e de gestão. (BRASIL,2009)
1961	Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a de nº 4024/1961, que determinou a equivalência entre todos os cursos do mesmo nível, mas, na prática, os currículos dos cursos profissionalizantes não contemplavam conteúdos para dar acesso ao nível superior. (MOURA,2007)
1962	Método desenvolvido pelo educador Paulo Freire para alfabetizar os adultos. A proposta ofertava uma alfabetização para além da simples decodificação das palavras. (PALMA FILHO,2005)
1971	Promulgação da Lei nº 5.692/71, com a pretensão de instituir o ensino do 2º grau como sendo profissionalizante para todas as classes. (CANALI,2009)
1978	Surgimento dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), objetivando formar profissionais na área de engenharia de operação e tecnólogos.(BRASIL,2011)
1988	Promulgação da Constituição Cidadã, como é conhecida a constituição de 1988, à qual provocou valiosos avanços sociais, dentre esses, ampliou o direito à educação as todas as classes. (PALMA FILHO,2005)
1996	Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de nº 9.394, à qual foi regulamentada pelo Decreto 2.208/96. Nesta LDB, a educação brasileira foi estruturada em dois níveis – educação básica e educação superior e, a educação profissional, não está em nenhum dos dois níveis, o que reforçou a dualidade. MOURA,2007
2003	No governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva é revogado o Decreto nº 2.208, de 1997 e é publicado o Decreto 5.154/2004, que regulamentou o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Neste decreto, tem-se a possibilidade de trazer de volta a integração do ensino médio à educação profissional. (MOURA,2007)
2007	Estabelece o Decreto nº 6.302, de 2007, que instituiu o Programa Brasil

	Profissionalizado. (BRASIL,2007)
2008	Ainda no governo de Luís Inácio Lula da Silva, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, representando um marco na história da Educação Profissional.(BRASIL,2016)
2016	É lançada a Medida Provisória 746, de 2016 – reforma do ensino médio. Esta ameaça a integração do ensino médio ao ensino profissional, principalmente, no âmbito das escolas estaduais, ficando somente com a probabilidade de essa ocorrer nos Institutos Federais. (FERRETI e SILVA,2017).

Fonte: Dados da pesquisa
Elaborado pela autora,2020

Após delineararmos este percurso histórico acerca da educação profissional, nossa concentração, agora, seguirá para a compreensão do Ensino Médio Integrado. É o que examinaremos no próximo capítulo.

3 ENSINO MÉDIO INTEGRADO: EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO MAIS HUMANIZADA

No capítulo anterior, revelamos que a educação brasileira, desde a sua concepção, foi marcada pela dualidade. Esta discrepância percebia-se na oferta de educação propedêutica para uns e ensino profissionalizante para outros, valorização do trabalho intelectual e desvalorização do trabalho manual, supremacia da cultura elitista em detrimento da cultura popular, conforme já apresentamos nos parágrafos anteriores ao leitor. Foi assim que os dirigentes do gigante, chamado Brasil, delinearam a educação para o seu povo. Em suma: para aqueles que possuíam um melhor poder aquisitivo, a educação era voltada para ascensão ao nível superior, para formar sujeitos para o comando do país; para os indivíduos da base da pirâmide, a oferta era de uma educação que visasse atender a demanda do mercado de trabalho, os operários, os subalternos, com perspectiva educacional para educação superior reduzidas.

No entanto, vimos também, que esse quadro de discrepâncias teve uma possibilidade de mudança com a gênese do Decreto 5.154/2004, que regulamentou o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Neste decreto, como apontam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 44) “pretende reinstaurar um novo ponto de partida para essa travessia, de tal forma que o horizonte do ensino médio seja a consolidação da formação básica unitária e politécnica [...]”. Que travessia é essa que os autores mencionam? Os autores revelam que é uma travessia visando uma “nova realidade”. Realidade esta que seja manifestada em oferta de melhores condições educacionais também para os filhos da classe trabalhadora, para que estes possam ser formados não apenas para servir aos anseios do mercado de trabalho, mas que também tenham a oportunidade de avançar na carreira e cursar o ensino superior, se assim desejarem. Então, é sob essa perspectiva de mudança, de novas oportunidades educacionais, que nasce o ensino médio integrado ao ensino técnico.

Moura (2013) vem afirmar que como o capitalismo e a burguesia ainda são hegemônicos, os ideais da politécnica e da escola unitária, em sua plenitude, só podem ser vislumbrados numa perspectiva futura, quando a classe dos trabalhadores conquistar o poder político. Assim sendo, o autor conclui que o Ensino Médio Integrado – EMI, pode ser “considerado o germe da formação humana

integral, omnilateral ou politécnica” (MOURA, 2013, p.707). Que esse germe não seja lançado no vácuo, mas que se propague, se multiplique, mesmo com todas as forças antagônicas que estamos vivenciando. É o que esperamos.

Mencionamos acerca de politecnicidade e escola unitária no parágrafo anterior, mas quais são os ideais dessas concepções? De acordo com Ramos (2014, p. 38):

[...]o ideário da politecnicidade buscava romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade; em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas.

Portanto, como destaca a autora, a politecnicidade é vista como uma proposta de ruptura do sistema dual, visando, assim, formar o sujeito em sua totalidade, integrando, nesta, os princípios científicos, humanísticos, tecnológicos e culturais, como afirma a referida autora.

O ensino politécnico tem suas raízes nos estudos de Marx e Engels e, a escola unitária, tem como expoente Gramsci. Saviani (2007) aponta que a escola unitária é correspondente, no que tange ao Brasil, ao ensino fundamental e médio.

Segundo Gramsci (1982, p. 121 apud MOURA 2013, p.711) a escola unitária é entendida como:

A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, 'humanismo', em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa.

Pela citação acima, Gramsci aponta que a profissionalização dos jovens deveria ocorrer só após a formação na escola unitária. Marx e Engels também não defendem a profissionalização precoce (MOURA,2013). No entanto, como também nos revela Moura (2013, p.711), “Marx e Engels se referem à politecnicidade em seu sentido pleno como uma perspectiva educacional futura, Gramsci também considera a escola unitária dessa forma”. Sendo assim, enquanto não podemos desfrutar dessa plenitude, que ofertemos aos jovens que necessitam trabalhar e estudar, uma educação mais igualitária, que, como destaca Ciavatta (2012, p.84), “ a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho [...]”. O argumento de Ciavatta merece uma reflexão: se educação geral e a profissional devem ser pautadas pela integração,

quais são elementos básicos que devem compor o currículo direcionado para a formação integrada?

Antes de revelarmos os elementos constituintes do currículo integrado, vamos apresentar a definição de currículo, como este é relevante para o direcionamento do processo de ensino-aprendizagem que se pretende instaurar na instituição e também a importância de se ter professores mediadores deste processo.

Ramos (2014, p. 87), apresenta a seguinte definição:

O currículo integrado organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender.

A autora destaca a importância que o currículo tem de organizar e desenvolver os processos relacionados ao ensino e a aprendizagem dos indivíduos. Entende-se, ainda, que o currículo integrado deve-se buscar a emancipação dos educandos, valorizando os conhecimentos prévios destes, integração entre teoria e prática, desenvolvimento de projetos interdisciplinares, incentivo à pesquisa, resolução dos problemas, valorização da diversidade cultural, dentre outras nuances. Ainda, segundo destacam Araújo e Frigotto (2015, p.68), na perspectiva de formação integrada, o objetivo é “[...] formar o indivíduo em suas múltiplas capacidades: de trabalhar, de viver coletivamente e agir autonomamente sobre a realidade, contribuindo para a construção de uma sociabilidade de fraternidade e de justiça social”.

Para que essa integração ocorra realmente, é muito importante a atuação do professor como mediador desse processo, como destacam os autores abaixo, na pesquisa realizada com os docentes sobre suas práticas de integração curricular do IFMT - *Campus Cáceres*. De acordo com Rodrigues; De Araújo (2017, p. 3), nessa concepção de currículo integrado, o professor é “compreendido como mediador e articulador do processo de ensino e de aprendizagem, visando à construção do sujeito histórico, social e afetivo”. Então, a figura do professor como único detentor do saber e o educando como ser passivo, são completamente antagônicas para a concepção de currículo integrado. Portanto, que floresçam cada vez mais educadores mediadores e potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.

Entendido o que é currículo, passamos, agora, a concentrarmos nos componentes base do currículo integrado, a saber: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Essas categorias, Ramos (2014) afirma que são indissociáveis para a

formação humana, afirmando que o trabalho é visto como categoria central, em seus sentidos ontológico e histórico, os quais explicaremos melhor nos parágrafos seguintes.

No que tange ao trabalho, o conceito aqui defendido não é do trabalho apenas como um meio de provento, uma atividade que vise apenas uma relação de recompensa por algo, mas sim, em um significado mais amplo, em suas dimensões ontológica e histórica. Nas palavras de Lukács, 1978 (apud RAMOS 2014, p.91), estes termos são vistos da seguinte forma:

- a) ontológico, como práxis humana e, então, como a forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos;
- b) histórico, que no sistema capitalista se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo;

Sendo assim, a categoria ontológica do trabalho expressa a relação do homem com sua própria existência e também com a transformação social. Já o sentido histórico, diz respeito as mudanças nos modos de produção ocorridas no mundo do trabalho com o passar dos tempos, como por exemplo, o modo escravista e o assalariado.

Ainda concernente ao trabalho, Ramos (2014, p.90) vem enfatizar que “a concepção do trabalho como princípio educativo é a base para a organização e desenvolvimento curricular em seus objetivos conteúdos e métodos”. A referida autora ainda menciona que considerar o trabalho como princípio educativo, é o mesmo que reconhecer que o homem cria sua realidade, apropria-se dela e a transforma.

No que tange à ciência, outro componente base para o currículo integrado, Ramos (2014) vem esclarecer que esta diz respeito aos conhecimentos que foram produzidos e validados pela sociedade ao longo dos tempos. A autora ainda enfatiza que:

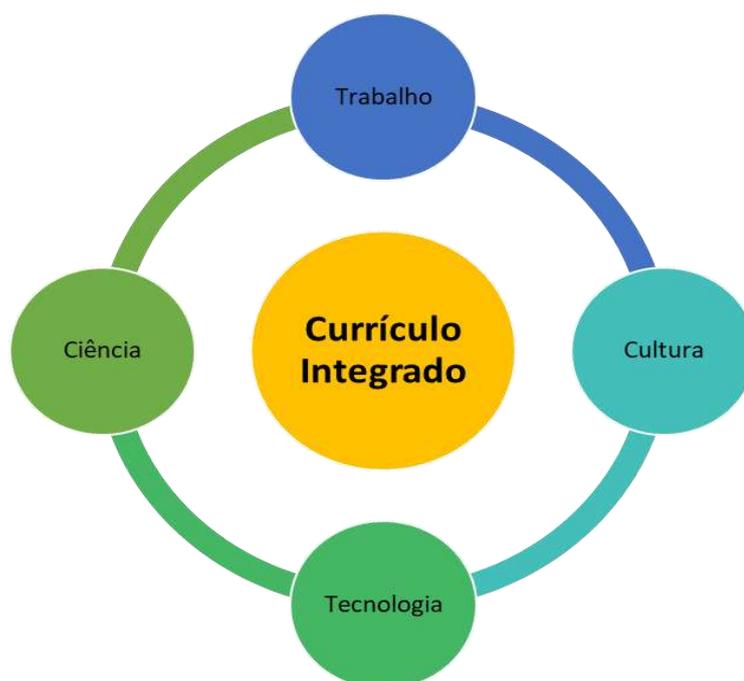
[..] na formação profissional o conhecimento científico adquire, para o trabalhador, o sentido de força produtiva, traduzindo-se em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos que o possibilitarão à atuação autônoma e consciente na dinâmica econômica da sociedade. (RAMOS 2014, p. 92)

No que diz respeito à tecnologia, ainda segundo Ramos (2014), esta atua modificando uma realidade, dando uma outra configuração tanto a base técnica, quanto as relações que envolvem os seres humanos. Constantemente, o ser humano promove novas invenções tecnológicas, aprimorando e ressignificando as técnicas utilizadas. Portanto, é fundamental que sejam intensificados nas escolas, colégios e IFECTs estudos que promovam o avanço ou geração de novas tecnologias para a sociedade, tanto em contextos locais quanto regionais, e que, estas ações, sejam divulgadas e compartilhadas para outros ambientes. Avanços positivos necessitam ser publicizados para que contribuam com a melhoria de outras pessoas.

Já a cultura, diz respeito aos saberes acumulados pelo homem no decorrer da história. Está relacionada a crenças, valores, atitudes e conhecimento dos seres humanos. Ramos (2014, p.87) declara que a cultura “corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade. Entendemos, também, que as crenças e valores de um grupo social ou povo, devem ser respeitadas e que, a escola, deve promover a conscientização desse respeito à cultura do outro, ofertando assim, aulas que contemplem a diversidade cultural que é inerente ao Brasil.

Como podemos notar pelas explicações referentes aos componentes da base curricular para um currículo integrado (trabalho, ciência, tecnologia e cultura), a formação que se pretende com essa concepção é realmente ampla, pois o objetivo é potencializar a criticidade dos educandos, a autonomia, o aprimoramento e/ou desenvolvimento de novas tecnologias que beneficiem a sociedade, levando também em consideração a cultura, o conhecimento acumulado com o tempo. Sendo assim, a pedagogia que se pratica é das práxis em detrimento da pedagogia das competências, que visa somente adestrar os sujeitos para o mercado de trabalho. A figura 2, expressa abaixo, representa os eixos, as bases que compõem o currículo do ensino médio integrado.

Figura 2: Componentes do currículo integrado



Fonte: Dados da pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

A partir das discussões tecidas até esse momento, corroboramos o conceito de ensino médio integrado compartilhado por Araújo e Frigotto (2015, p.62) que assim revelam:

O ensino médio integrado é uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos ao acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais.

Portanto, a proposta do ensino médio integrado é o de permitir uma formação ampla do indivíduo, conforme já mencionamos, visando formar cidadãos atuantes no meio social, capazes de construir uma sociedade mais justa e fraterna. Justiça essa que seja visualizada pelo respeito ao ser humano independentemente de *status* social, cultura, religião ou etnia. Que possamos olhar para o outro e enxergar simplesmente como semelhante.

Após essas discussões acerca da gênese do ensino médio integrado, vamos direcionar nossa reflexão para alguns pressupostos necessários para a formação integrada, conforme apresentaremos na subseção seguinte.

3.1 Pressupostos para a formação integrada

Os pressupostos que seguem são destacados por Ciavatta (2012), no artigo intitulado “A formação integrada: escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade”. A mencionada autora elenca 07 (sete) pressuposições que influenciam a materialização de uma formação integrada. Em resumo, os pressupostos são estes elencados abaixo.

O primeiro pressuposto citado para a formação integrada é a **existência de um projeto de sociedade**. Neste, a autora enfatiza a importância das instâncias ligadas à educação (governo federal, secretarias de educação direção escolar e professores), portanto, um projeto de vários segmentos sociais, manifestarem o desejo político de romper com a formação que se limita a preparar os jovens para o mercado de trabalho.

O segundo pressuposto diz respeito a **manter na lei, a articulação entre o ensino médio de formação geral e profissional** em todas as suas modalidades. Para que essa articulação aconteça de forma satisfatória, a autora enfatiza que deve haver empenho para superar o dualismo manifestado por meio de educação deficitária no sistema público, pela falta de materiais que impedem o cumprimento de duplas jornadas na escola e trabalho, pelas políticas de acesso ilusórias que não dão suporte para que o aluno realmente permaneça na escola etc.

No terceiro item, é dada ênfase para **a adesão de gestores e de professores** responsáveis pela formação geral e pela formação específica. Assim sendo, o destaque é para que haja realmente integração, que sejam elaborados, de forma coletiva, as estratégias acadêmico-científico da educação integrada, destacando a necessidade de articular o geral e específico e a teoria e prática dos conteúdos.

Neste quarto pressuposto, a autora apresenta que deve haver uma **articulação da instituição com os alunos e os familiares**, destacando que a realização de uma educação integrada não se faz somente na instituição, mas sim, com o diálogo e conscientização de alunos e seus familiares acerca das expectativas que estes têm e a possibilidade de realização destas.

No que tange ao quinto item, é posto em destaque que **o exercício da formação integrada é uma experiência de democracia participativa**, ou seja,

para sua realização é necessária a comunhão, o diálogo entre os sujeitos envolvidos e, jamais, sob o uso do autoritarismo. A integração requer, portanto, participação coletiva. Ainda, neste, a autora menciona a importância de se ter, neste processo, professores abertos à inovação, disciplina e conteúdos mais condizentes com a integração.

O outro item, o sexto, a autora discorre acerca do **resgate da escola como um lugar de memória**. Aqui é destacado a importância em lembrar os personagens que figuraram como importante na escola, momentos expressivos, fotos, livros, documentos que ajudam a compor a memória escolar. A autora ainda revela que isso pode colaborar para a perspectiva de uma escola e de uma formação integrada mais completa para a juventude.

No sétimo e último item, o destaque é para necessidade de **garantia de investimentos na educação**. Neste, a autora reflete a importância que a educação tem para transformação social, discutindo, também, que o nosso país apresenta déficit de investimento neste setor tão importante para a sociedade. Ainda, também destaca, que não se faz uma boa educação, sem que haja investimento que permita a oferta pública e gratuita de bons serviços sociais. Como nos lembra Paulo Freire, “ Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda”. A educação é vital, essencial para uma sociedade. Investir em educação é permitir a construção de uma sociedade mais justa e fraterna para todos.

Portanto, como vimos no presente capítulo, o ensino médio integrado é uma proposição que busca romper com a dualidade histórica presente há vários anos na educação brasileira. É vislumbrado como uma proposta pedagógica que busca formar o sujeito em sua plenitude, visando a transformação de si, de outros e da sociedade. Mas, para que haja essa materialização do ensino médio integrado, é preciso haver também “integração” entre as pessoas que fazem o ambiente escolar, professores, gestores, coordenadores, equipe técnica, alunos e família. O elo formado por esses agentes precisa estar forte e, caso, ele enfraqueça, é preciso buscar a força e equilíbrio novamente, propondo, assim, reflexões sobre o papel de cada um desses sujeitos para o fortalecimento dessa integração. A atenção para o currículo integrado, como já enfatizamos, também precisa ser levado em consideração para que essa proposta alcance êxito. Além disso, é preciso que os governantes promovam investimentos educacionais e se comprometam com uma educação pública e de qualidade para todos. Que os dirigentes do nosso país

compreendam que, reformas educacionais precisam ser dialogadas com a sociedade, o que está em total acordo com os princípios de uma sociedade democrática e, não imposta, como tivemos recentemente com a reforma do ensino médio.

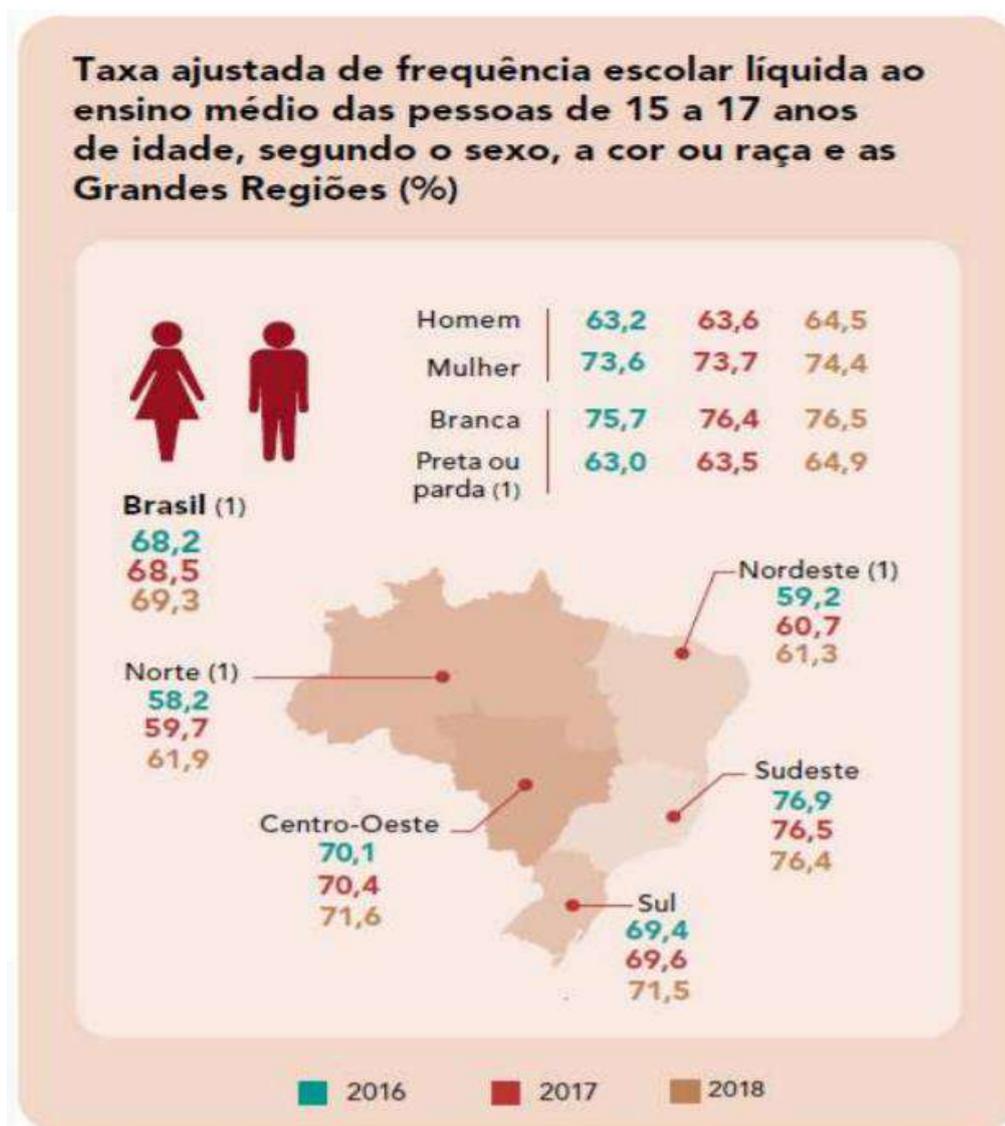
Após esta discussão acerca do ensino médio integrado, as reflexões agora serão direcionadas para a problemática da evasão escolar. Nesta, a priori, iremos discutir os conceitos relacionados a este termo, depois apresentaremos uma discussão da evasão no âmbito internacional, na sequência, é focado acerca da evasão escolar na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Vamos ao próximo capítulo.

4 EVASÃO ESCOLAR: CONSIDERAÇÕES INICIAIS E CONCEITOS

O ano letivo se inicia e a sala de aula está lotada. Contudo, passados alguns meses, esta realidade se modifica: alunos começam a se ausentar das aulas e as carteiras já não estão mais todas preenchidas. Este é um retrato comum em muitas salas de aulas brasileiras e que merece mais atenção: a evasão escolar. Isso porque, a carteira que ficou vazia não representa apenas um espaço obsoleto, mas sim, uma demonstração de que naquela instituição, um sujeito deixou de progredir em seus estudos, especializar-se numa determinada profissão e, conseqüentemente, deixou lacunas nos variados conhecimentos que a escola poderia lhe proporcionar.

A evasão escolar é um grave problema educacional que atinge milhares de jovens brasileiros. De acordo com os dados da PNAD, o acesso à escola tem alcançado índices melhores, no entanto, é destacado também que problemas como atraso escolar e evasão, ainda são presentes e, estes, são “mais característicos do ensino médio (15 a 17 anos), onde foi registrada, em 2018, taxa de frequência líquida de 69,3%, ou seja, 30,7% dos alunos estavam atrasados ou tinham deixado a escola”. (IBGE, 2019). Estes números revelam o quão é urgente fomentar políticas públicas para que este cenário seja modificado, visando à redução destes índices. Na figura 3, que segue, podemos visualizar os dados que apresentamos neste parágrafo.

Figura 3: Taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino médio



Fonte: IBGE, 2019

Pela imagem 3, percebe-se que a região Nordeste necessita mais ainda de fomentar políticas públicas e ações que visem melhorias nos índices apresentados, pois é a região com a menor taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino médio no ano de 2018 (61,3 %). A imagem, em destaque, revelou a problemática da evasão e do atraso escolar na faixa etária que corresponde ao ensino médio, destacamos, esta, porque a presente pesquisa visa identificar as causas da evasão justamente nesta etapa.

Compreendemos que a evasão escolar se configura como um problema educacional complexo, atingindo as variadas etapas de aprendizagem dos educandos, seja no nível da educação básica ou superior. A complexidade dessa

problemática perpassa também pelo seu conceito, conforme podemos visualizar nas definições que seguem.

No que tange ao conceito de evasão, a priori podemos defini-la como sendo a interrupção nos estudos em um dado momento escolar. No entanto, encontramos outros conceitos na literatura, que nem sempre se coadunam. Para o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – há uma diferenciação entre evasão e abandono, como nota-se: “O conceito técnico de abandono é diferente de evasão. Abandono quer dizer que o aluno deixa a escola num ano, mas retorna no ano seguinte. Evasão significa que o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema”. (INEP, 1998).

Já a Comissão Especial para Estudo da Evasão (1996), diz que a evasão é a saída definitiva do curso de origem sem conclusão. Os estudos realizados por esta comissão são vistos como “um dos primeiros trabalhos a sistematizar a problemática da evasão no Brasil” (BRASIL, 2014, p. 15). Essa comissão apresentou três tipos de classificação para a evasão: evasão de curso, evasão da instituição e evasão do sistema. A primeira engloba desligamento do ensino superior nas situações de não realização de matrícula, desistência, transferência ou reopção de curso e exclusão por norma institucional. Já evasão da instituição, é entendida nas situações em que o aluno se desliga da instituição na qual estuda e, por evasão do sistema, entende-se a situação que o educando abandona de forma definitiva ou temporária o nível superior. (BRASIL, 1996).

As classificações acima estão relacionadas ao nível superior, mas podem ser utilizadas no ensino médio, visto que muitas situações mencionadas (não realização de matrícula, desistência, transferência etc) são também vivenciadas neste contexto. Sendo assim, é passível este entendimento também.

Um conceito muito presente nas pesquisas sobre evasão no Brasil é o de Gaioso. Para Gaioso (2005, apud BAGGI e LOPES 2011), a evasão é um fenômeno social complexo, definido pela interrupção do ciclo de estudos. Segundo ainda apontam Baggi e Lopes (2011, p.356) a evasão escolar “é um problema que vem preocupando as instituições de ensino em geral, sejam públicas ou particulares, pois a saída de alunos provoca graves consequências sociais, acadêmicas e econômicas”.

Complementando as discussões, trazemos para o debate Digiácomo (2005, p.1) que assim conceitua: “a evasão escolar é um problema crônico em todo o

Brasil, sendo muitas vezes passivamente assimilada e tolerada por escolas e sistemas de ensino, que chegam ao cúmulo de admitirem a matrícula de um número mais elevado de alunos por turma do que o adequado já contando com a "desistência" de muitos ao longo do ano letivo.

Para as pesquisadoras Lüscher e Dore (2011, p. 150), a evasão está relacionada a variadas circunstâncias, conforme excerto abaixo:

A evasão escolar tem sido associada a situações muito diversas. Pode se referir à retenção e repetência do aluno na escola; a saída do aluno da instituição; a saída do aluno do sistema de ensino; a não conclusão de um determinado nível de ensino; ao abandono da escola e posterior retorno. Abrange indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, especialmente na educação compulsória, bem como o estudante que concluiu uma etapa de ensino, mas se comporta como um ²*dropout*.

Como se percebe pelas definições acima, a evasão realmente é um problema complexo, que traz prejuízos para instituição, para a sociedade e para o estudante. A interrupção nos estudos, as constantes repetências vão permitindo a abertura de lacunas que podem marcar profundamente a vida do indivíduo. Desmotivação, ociosidade e isolamento são algumas das características negativas presentes no percurso destes alunos que se deparam com a evasão em sua trajetória educacional. Nas seções seguintes deste trabalho, abordar-se-á mais detalhadamente as consequências advindas da evasão com base em outras pesquisas realizadas.

Nesta pesquisa, trabalharemos com o conceito de evasão revelado pela Comissão Especial para Estudo da Evasão (1996), à qual entende que evasão é a saída definitiva do curso de origem sem conclusão, por entender que converge com entendimento que reconhecemos sobre evasão. Ainda, adotamos as palavras desistência, abandono do curso e evasão como sendo sinônimas neste trabalho, assim também como fizeram Cordeiro e Zarpelan (2011, p. 71), quando enfatizaram: "Compreendendo a palavra evasão como sinônimo para fuga, desistência ou abandono de algo, podemos dizer que o abandono de um curso na sua trajetória pode ser classificado como evasão".

De forma resumida, os conceitos de evasão podem ser visualizados no quadro 2 a seguir:

² O termo *dropout* se refere ao indivíduo que larga ou abandona uma atividade.

Quadro 2: Síntese dos Conceitos de Evasão

Autor/Ano	Conceito
Comissão Especial para Estudo da Evasão (1996)	Classifica a evasão em três tipos: evasão do curso, evasão da instituição e evasão do sistema.
INEP (1998)	Diferencia evasão de abandono. Destaca que a evasão é a saída definitiva do aluno do sistema. Já abandono, entende que o aluno sai da escola num ano, mas volta no ano seguinte.
Gaioso (2005)	Trata a evasão como interrupção no ciclo de estudos.
Digiácomo (2005)	Aborda a evasão como um problema crônico, declarando que muitas escolas já admitem um número maior de alunos por turma, prevendo que muitos irão evadir.
Baggi e Lopes (2011)	Evasão é um problema que atinge variadas instituições de ensino, destacando que esta traz graves consequências sociais, acadêmicas e econômicas.
Lüscher e Dore (2011)	Apresenta diversas razões que podem ser vislumbradas como evasão, como: repetência, saída do aluno da instituição, alunos que abandonam a escola e depois regressam etc.

Fonte: Dados da pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

4.1 Evasão Escolar no Âmbito Internacional

Nesta seção, apresentaremos as discussões de Vincent Tinto (1975) e Rumberger (2011) para ampliarmos o leque de compreensão acerca da evasão escolar, bem como, aprimorar as sugestões e estratégias que colaborem para amenizar este entrave na educação.

Um dos teóricos mais citados internacionalmente quando a temática é evasão é o professor Vincent Tinto. O Modelo de Integração do Estudante (*Student Integration Model*), criado por Tinto sobre o abandono no ensino superior, continua sendo bastante referenciado e aceito “como principal modelo teórico para estudos de evasão chegando a ser considerada quase paradigmática”. (MASSI; VILLANI, 2015, p. 978). O Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal (MEC, 2014) também destaca os estudos de Tinto (1975) para compor o embasamento teórico da pesquisa.

Para explicar o abandono escolar, Tinto fez uma analogia com a teoria do suicídio desenvolvida pelo sociólogo francês Émile Durkheim (1961), à qual revela que o suicídio tem mais chances de ocorrer com os indivíduos que estão desintegrados do meio social ou que estão integrados de modo insuficiente. Assim,

Tinto (1975, p. 91, tradução nossa) compreende que “ pode-se razoavelmente esperar, então, que as condições que afetam o abandono do sistema social da faculdade assemelhar-se-ia àqueles que resultam no suicídio na sociedade [...]”. Tinto (1975) ressalta que o primeiro pesquisador a aplicar a teoria do suicídio ligado ao abandono, foi Spady (1970).

Para Tinto (1975, p.111, tradução nossa) o abandono “é o resultado de um processo multidimensional envolvendo a interação entre o indivíduo e a instituição [...]”. O autor argumenta que quanto maior o grau de integração entre o sistema acadêmico e social, a probabilidade de o estudante concluir o curso com êxito será alta, ou seja, o objetivo final será alcançado. A integração acadêmica diz respeito ao desempenho dos alunos na instituição, suas notas, frequência, assimilação dos conteúdos, progressão intelectual. Ou seja, relaciona-se mais com a percepção do aluno em relação aos estudos e a experiência que este delineou neste percurso. Já a integração social refere-se às atividades extracurriculares, grupo de amigos, nível de interação entre pessoas que compõem o corpo administrativo e docentes da instituição.

De forma simbólica, podemos fazer alusão da evasão com a confecção artesanal de uma rede. Sempre observava minha mãe no tear... assim, percebia que se as linhas não estivessem próximas, bem ajustadas, a rede se desgastaria facilmente, mas, se ela fosse feita com linhas, cujas amarras fossem firmes, estivessem ao todo harmônica, certamente, esta peça iria ter uma boa durabilidade, então, o resultado esperado teria sido alcançado. Assim também pode ocorrer com o processo de evasão. Se as linhas (as experiências escolares anteriores, a integração acadêmica e social) forem estabelecidas de modo firme, conectadas em harmonia, o aluno conseguirá fazer sua “rede”, ou seja, alcançará a conclusão do curso. Caso contrário, se as linhas estiverem, desgastadas, enfraquecidas, o processo que se dará é o de provável abandono de suas metas, a desistência ou fuga do objetivo final: o de formar-se.

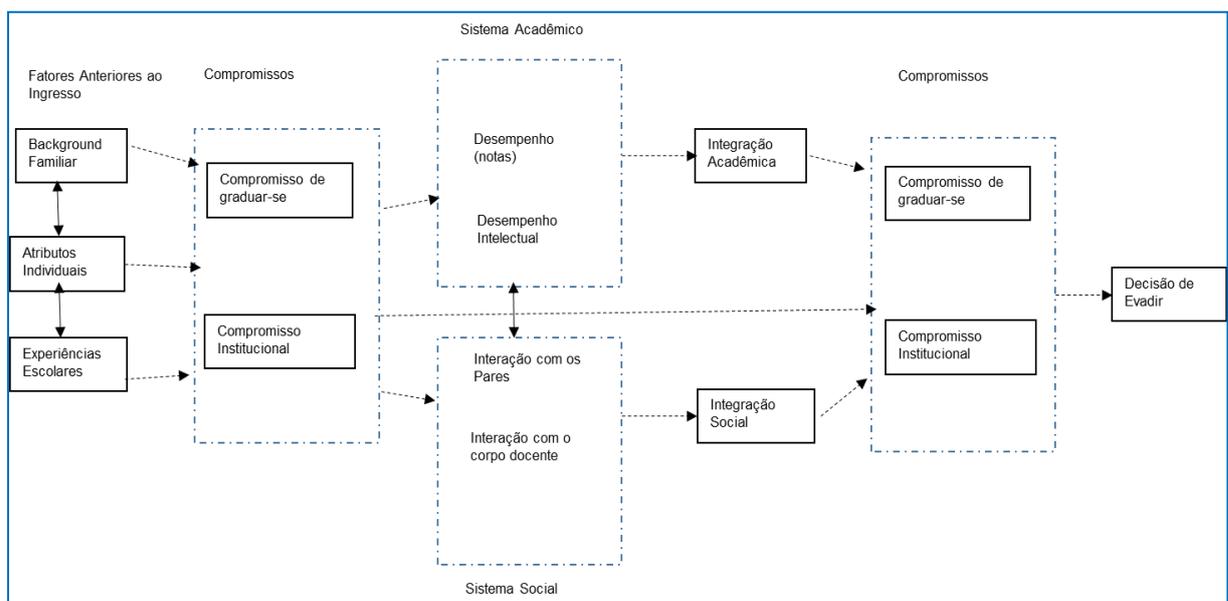
Tinto (1975) também esclarece dois tipos de abandono, os quais ele nomeia de saídas voluntárias e demissões acadêmicas. As primeiras referem-se aos sujeitos que não desenvolveram uma relação harmoniosa com meio, ou seja, as relações sociais na faculdade foram incongruentes, insuficientes, fazendo com que este indivíduo decidisse sair da instituição. Já a demissão acadêmica, está mais

relacionada ao desempenho não satisfatório no curso, o que pode ser provocado por constantes repetências, notas baixas, insucesso escolar.

A partir dos estudos de Tinto (1975) podemos compreender que evasão é de fato uma problemática complexa, que, para entendê-la de forma mais profunda, é preciso procurar conhecer a trajetória do aluno antes do ingresso na instituição, seja no âmbito da família, da escola, seja no revelar de suas próprias características, crenças e no compromisso que este tem, as suas metas educacionais. Além do diagnóstico inicial, é necessário atentar como está a integração no ambiente estudantil: como o aluno interage com o professor, com os colegas de sala, com os terceirizados, com o pessoal que compõe a equipe técnica da instituição, com as atividades extracurriculares, enfim, como está sendo construída a relação entre a escola e este indivíduo. Se analisar a integração social é relevante, a percepção desta no nível acadêmico também se faz necessário. Todos estes aspectos, juntamente com o compromisso em graduar-se e o compromisso institucional, a relevância que o aluno observa em fazer parte daquela instituição, são fundamentais e decisivos para opção de evadir ou permanecer no ambiente escolar.

Sendo assim, conforme é visualizado na Figura 4, o modelo de Tinto (1975) estabelece que o processo de evasão é visto como um processo longitudinal de interações entre o individual, o sistema acadêmico e social da instituição de ensino.

Figura 4: Esquema Conceitual do Processo de Evasão na Universidade Tinto (1975)



Fonte: Traduzido e adaptado de Tinto (1975)

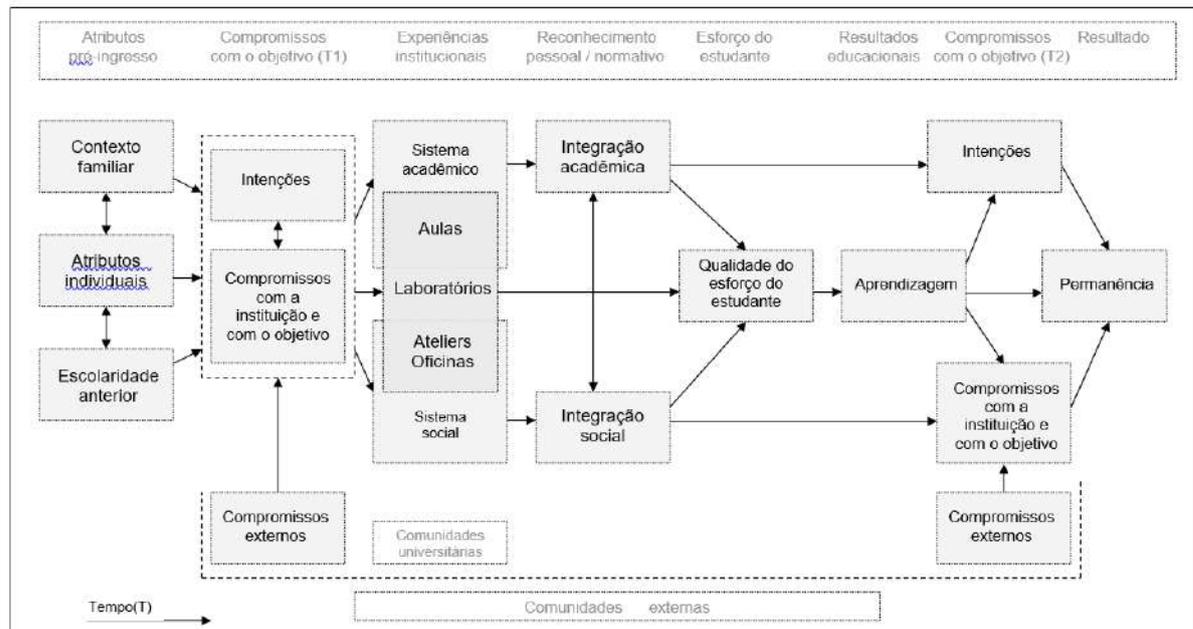
Portanto, Tinto esclarece, neste modelo, que os fatores anteriores ao ingresso na instituição (*background* familiar, atributos individuais e experiências escolares) influenciam os compromissos assumidos inicialmente em concluir o curso e o compromisso com a instituição. O nível de compromisso assumido na etapa anterior, por sua vez, irá influenciar o modo como o aluno desempenhará as suas funções no sistema acadêmico e social da instituição. Os dois processos agora citados irão gerar um determinado nível de integração acadêmica e social do educando. Isso vai depender das experiências predominantes nas ações anteriores. Assim sendo, há um outra reflexão e remodelamento dos compromissos assumidos anteriormente, que irão ser decisivos para continuar nos estudos e lograr êxito ou evadir e romper com o percurso.

Posteriormente, Tinto (1975) revisou seu modelo base duas vezes. A primeira revisão foi em 1993 e, a outra, em 1997. A nova revisão apresenta um novo alcance para a integração acadêmica e social, conforme aponta (CISLAGHI, 2008, p. 53):

[...] a integração social e acadêmica ganharam novo alcance e passaram a ser, juntamente com as técnicas pedagógicas e os meios tecnológicos disponíveis para estudantes e professores, componentes cruciais na aprendizagem. Como exemplo, as comunidades de estudo ou grupos de estudos colaborativos que transcendem os horários normais das aulas criam condições especiais para que os estudantes ultrapassem os limites normais existentes entre os relacionamentos acadêmicos e sociais. Este tipo de interação gera facilidades e reduz o esforço ou sacrifício necessários para que os estudantes aumentem seu nível de integração social e acadêmico, ao mesmo tempo.

Além desse novo alcance para a integração social e acadêmica, conforme explanado pelo autor acima, Tinto, no novo modelo, traz também maior ênfase aos compromissos externos que ao longo do tempo também influenciam o processo de evasão. Ainda, neste, permanecem o *background* familiar, atributos individuais e escolaridade anterior do aluno como fatores que influenciam na permanência ou evasão do estudante, conforme podemos observar na figura 5 expressa abaixo.

Figura 5: Modelo de salas de aula, aprendizagem e permanência - TINTO, 1997



Fonte: Tinto (1997); Cislighi (2008, p. 54)

Continuando as discussões, trazemos para os debates Rumberger (2011). O autor americano, no artigo intitulado “Por que os alunos abandonam a escola e o que pode ser feito? ”, analisa a problemática da evasão com base em duas estruturas conceituais, a saber: perspectiva individual e perspectiva institucional. Segundo ele, os fatores individuais são aqueles que englobam os valores, atitudes e comportamentos dos estudantes. Já o institucional, focaliza a família, escola, comunidade e amigos. A referida pesquisa foi desenvolvida nos Estados Unidos e, por meio desta, o autor também discute se os E.U.A “têm a capacidade e vontade de reduzir as taxas de evasão e eliminar as disparidades nas taxas de abandono escolar entre grupos raciais e étnicos”. (RUMBERGER, 2011, p.3, tradução nossa).

O autor afirma que os governadores e presidente dos E.U.A., nos anos de 1990, preocupados com o grande número de desistentes, adotaram seis metas educacionais para o ano de 2000. Em função desse plano, foi concedido mais de 1,5 bilhão aos estados e distritos para implementarem reformas que visassem a diminuição dos índices de evasão. Mas, por que essa preocupação com os desistentes? A explicação para isso, podemos visualizar na figura 6 que segue.

Figura 6: Problemas causados pela desistência



Fonte: Rumberger (2011)
Elaborado pela autora, 2019

Como se nota pela figura 6, os que desistem dos estudos, aqueles que evadem, trazem prejuízos diversos a sociedade e a eles próprios. Desse modo, infere-se o quão é relevante pensar em sugestões que amenizem e controlem estes dados negativos no sistema educacional. Antes de se pensar em sugestões, faz-se necessário, também, compreender os motivos que levam os alunos a abandonarem a escola. Rumberger (2011) afirma que identificar as causas é algo extremamente difícil, pois vários fatores individuais e institucionais podem afetar esta decisão. Conforme já revelamos a partir do quadro conceitual elaborado por Tinto (1975), realmente a evasão está atrelada a diversas variáveis.

Rumberger (2011), ao pesquisar outros estudiosos, destaca alguns fatores individuais que contribuem para o processo de evasão, como:

- Mobilidade residencial e escolar;
- Desempenho acadêmico fraco;
- Falta de envolvimento do aluno no ambiente escolar;
- Variáveis demográficas: raça, gênero, etnia, status de migração e antecedentes linguísticos;

Na perspectiva institucional, o autor cita os seguintes fatores como influenciadores da evasão:

- Fatores familiares (Conforme pesquisas realizadas pelo autor, a família exerce uma influência poderosa no desempenho escolar dos alunos);
- Fatores escolares (composição do aluno, recursos da escola, estrutura escolar, políticas e práticas escolares);
- Comunidades e pares

Como afirma o autor em discussão, a evasão é a soma de diversos fatores. Estes podem estar atrelados a aspectos individuais, como também institucionais, ou ainda, aos dois simultaneamente. Diante disso, o trabalho integrado entre gestores, professores, corpo técnico, família e comunidade local para dialogar e procurar compreender os motivos que causam o abandono é de fundamental relevância. Pois, não seria plausível apenas a escola trabalhar, por exemplo, com as “falhas acadêmicas”, problemas com notas, aprendizagem em geral, pois, como é proposto pelos estudiosos, as causas da evasão são múltiplas, assim também, as propostas têm que procurar atingir todos os segmentos ou pelos menos a maior parte destes. Rumberger (2011) afirma que a intervenção realizada de forma precoce pode ser a forma mais econômica e poderosa para prevenir o abandono escolar. Medidas colaborativas para prevenir e combater à evasão escolar foram apresentadas no produto educacional, fruto desta pesquisa. O *link* deste se encontra no (Apêndice A) deste trabalho.

Continuando às discussões acerca da evasão, vamos apresentar, na próxima seção, pesquisas de autores nacionais que investigaram a evasão escolar na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Prossigamos, então.

4.2 Evasão Escolar na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Estudos que versam acerca na evasão escolar na educação profissional, tanto no contexto nacional quanto internacional, estão disponibilizados pela Rede Ibero-Americana de Estudos sobre Educação Profissional e Evasão Escolar (RIMEPES). O principal objetivo da RIMEPES é o de fomentar estudos que

colaborem para a formulação de políticas públicas que visem à prevenção da evasão escolar na educação técnica profissional de nível médio, nos países ibero-americanos (DORE, ARAÚJO e MENDES,2014). A RIMEPES foi criada em 2009 e integra pesquisadores de vários países. Nas palavras Maduro Silva (2018, p. 21) são:

“33 pesquisadores e 27 instituições educacionais de 11 países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México, Peru e Uruguai) e da Europa (Itália, Portugal e Espanha), além da parceria em publicações com investigadores dos Estados Unidos e Japão”.

Com o intuito de consolidar os estudos provenientes da RIMEPES é lançado, em 2014, o livro “Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento”. O referido livro reúne 16 (dezesesseis) artigos que discutem políticas para a educação profissional e também versam estudos acerca da evasão escolar na educação profissional e tecnológica. Sendo assim, os trabalhos desenvolvidos pela RIMEPES tornam-se uma importante fonte de estudos para ampliarmos o conhecimento sobre a evasão estudantil na educação profissional, já que, como foi apontado na justificativa desta pesquisa, investigações sobre a evasão na EPT ainda são escassas, requerendo, assim, uma maior quantidade de pesquisas direcionadas para esta modalidade. Os estudos da pesquisadora Rosemary Dore, líder dos grupos de pesquisa da RIMEPES, contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa, principalmente, no que tange à crença de que a melhor forma para combater a evasão, é buscar meios para preveni-la. Através desta reflexão, surgiu a impulsão para desenvolver o produto educacional (e-book).

Como vimos nas discussões da seção anterior, em que apresentamos os estudos de Tinto (1975; 1993) e Rumberger (2011), a evasão está associada a uma gama de fatores, que podem ser oriundos do plano individual, do institucional ou do contexto externo. Tinto (1975) nos revelou que analisar os fatores de pré-entrada estudantil é de suma importância para detectar problemas com a evasão. O autor ainda alerta que o estudante que tem uma boa integração acadêmica e social na instituição terá maiores oportunidades de concluir o curso. Rumberger (2011), também reforça que analisar os fatores individuais e institucionais nos quais os estudantes estão inseridos é de suma importância para entender o porquê ocorre à evasão escolar, pois as consequências decorrentes deste problema são graves, conforme também reflete Silva Filho et al. (2007, p.642):

[...] as perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico.

Dessa forma, conforme explicitado pelos autores acima, há muitas perdas ocasionadas pela evasão que vão desde econômicas, sociais e também acadêmicas. Primordial também destacar que, além disso, o aluno que evade pode perder o interesse pelos estudos, visto que, dependendo do período que saia do ambiente escolar, pode não mais encontrar vagas para estudar em outra instituição e, assim, ficar sem estudar o restante do ano letivo. Este cenário pode ocasionar desmotivação ou falta de interesse para se matricular novamente.

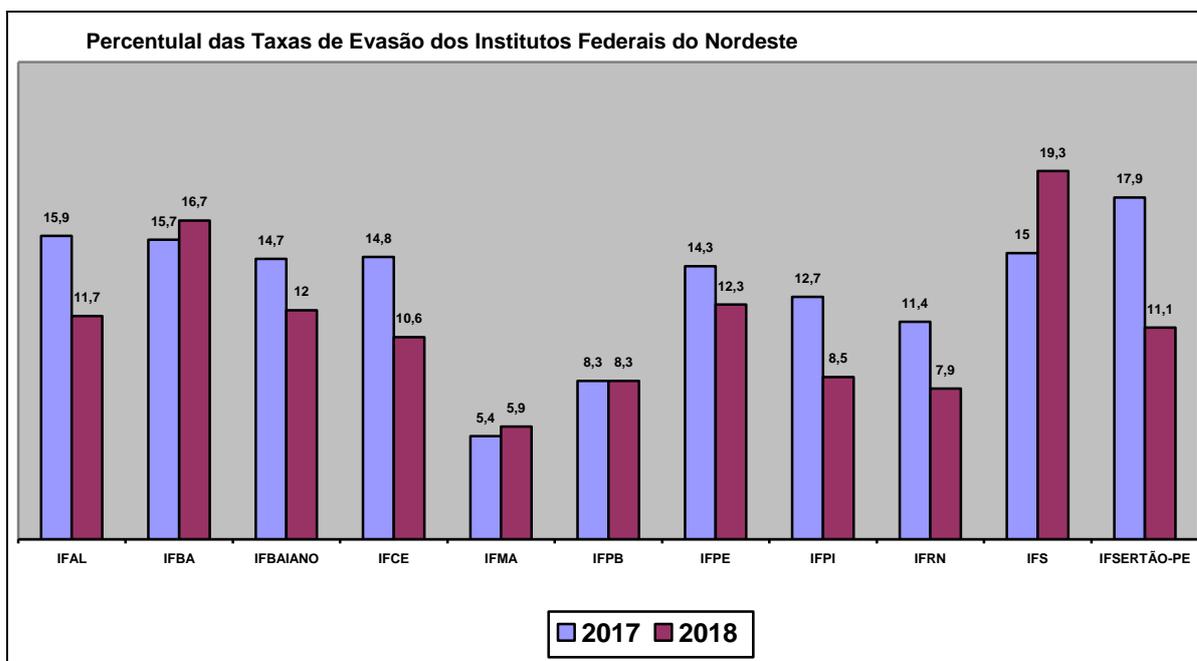
E por mencionar perdas, destacamos aqui a pesquisa realizada por Dourado, Mutim e Alecrim (2018), no IFBA - *Campus Irecê*, que nos revela um retrato de evasão alarmante, gerando estas perdas destacadas por Silva Filho et al (2007). Segundo os autores, nos anos de 2011 a 2014, o número de evadidos ultrapassou mais de 60% (sessenta) na maior parte das turmas investigadas. Os autores também demonstram que neste período (2011 a 2014) vários fatores aconteceram na instituição como: falta de profissionais, material didático básico e infraestrutura deficitária. Certamente, estes fatores contribuíram para o insucesso destes alunos e do campus como um todo. Entendemos que a problemática da evasão não é somente uma perda para os alunos, mas ela também reflete no histórico da instituição, na gestão, no corpo docente e no sistema educacional como um todo.

Para diminuir os índices de evasão escolar, Oliveira (2013), por meio de uma pesquisa no ensino médio técnico integrado, no Instituto Federal de Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) – *Campus Inhumas*, na disciplina de Física, apresenta algumas medidas assertivas para combater a evasão, como: revisão dos conteúdos básicos no início do curso, para diagnosticar possíveis “falhas” na aprendizagem anterior, estímulo a monitoria, atividades de iniciação científica, utilização de laboratórios, incentivo a criação de grupos de estudos, avaliação do trabalho docente, aulas práticas, dentre outras sugestões. As autoras Lüscher e Dore (2011) também destacam que a maioria dos estudos enfatiza que é

primordial haver uma prevenção da evasão, com dedicada atenção individual para aqueles identificados com risco de evadirem.

Com o objetivo de conhecer melhor o quadro da evasão na educação profissional, iremos analisar alguns dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha. A Plataforma Nilo Peçanha – PNP é um ambiente virtual criado no ano 2018 para coletar, validar e disseminar estatísticas de dados e indicadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. No gráfico a seguir, destacamos os índices de evasão nos IFECTs da região Nordeste, com ênfase para os cursos técnicos integrados, modalidade presencial, nos anos de 2017 e 2018, conforme gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2: Percentual das taxas de evasão dos Institutos Federais do Nordeste



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha
Elaborado pela autora, 2020

No gráfico 2 (dois), podemos visualizar as taxas de evasão dos IFECTs do Nordeste, nos anos de 2017 e 2018. Fazendo um comparativo destes anos, percebemos que dos 11 (onze) IFECTs da região Nordeste, 07 (sete) destes conseguiram diminuir as taxas de evasão de 2017 para 2018, dos cursos técnicos integrados, modalidade presencial são estes: IFAL, IFBAIANO, IFCE, IFPE, IFPI, IFRN e IFSERTÃO-PE; 01 (um) permaneceu estável (IFPB) e 03 (três) apresentaram um aumento nos índices de alunos evadidos: IFBA, IFMA e IFS, conforme podemos

visualizar nos dados acima. Esta última instituição apresenta a maior taxa de evasão dos IFECTs analisados.

Ainda de acordo com estes dados, podemos perceber que a instituição que apresenta a menor taxa de evasão é o IFMA e, a que conseguiu um percentual maior de redução dos índices de evasão foi o IF Sertão - PE. Este último, conseguiu reduzir a evasão em 6,8% de 2017 para 2018, nos cursos técnicos integrados.

É imperioso que as instituições continuem a trabalhar para que as taxas dos alunos evadidos declinem ainda mais, pois não basta apenas os jovens terem acesso a uma educação de qualidade, mas também, a instituição deve fomentar ações que contribuam para a permanência do estudante para este também concluir o curso com sucesso. Como nos exorta Paulo Freire (1996, p. 40), “não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade”. É o que de fato tentaremos buscar com esta pesquisa, não apenas uma constatação que a evasão existe, mas sim, trilhar caminhos que levem a melhorias e possibilidade de recuo dessas taxas, principalmente, no IFBA – *Campus* Paulo Afonso, que é a instituição onde a pesquisa foi desenvolvida.

Na PNP, também encontramos dados concernentes a eficiência acadêmica das instituições da educação profissional. De acordo com o Guia da PNP (2018, p. 21) para calcular a eficiência acadêmica deve-se:

Avaliar a capacidade da Rede Federal de atingir os resultados previstos em termos de “estudantes certificados” ou “com potencial de certificação” em relação à quantidade total de matrículas considerando um determinado ciclo de matrículas.

Ainda de acordo com o Guia da PNP (2018) é necessário considerar nessa avaliação acerca da eficiência acadêmica, dois grupos distintos, a saber: grupo 1: estudantes que finalizaram todas as etapas curriculares dentro do tempo previsto (+ 01 ano) e que por isto constam com a categoria Concluintes (Formados ou Integralizados em fase escolar) e, no grupo 2, são incorporados os discentes “que, embora figurem como retidos, também poderão concluir seus estudos com êxito, fazendo jus à certificação”. Os dados relativos à eficiência acadêmica IFECTs da região Nordeste podem ser visualizados na tabela 1 que segue. Para a composição destes dados, consideramos os cursos técnicos integrados, modalidade presencial, nos anos de 2017 e 2018.

Tabela 1: Eficiência Acadêmica dos Institutos Federais do Nordeste

INSTITUIÇÃO	Eficiência Acadêmica (%)		Conclusão do Ciclo(%)		Evasão do Ciclo(%)		Retenção do Ciclo(%)	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
	IFAL	49,7	45,8	45,73	43,49	46,32	51,39	7,95
IFBA	39,9	46,5	35,54	41,35	53,45	47,60	11,01	11,05
IFBAIANO	61,1	58,6	58,93	54,33	37,48	38,32	3,59	7,35
IFCE	47,7	49,8	46,60	46,62	51,03	47,04	2,37	6,33
IFMA	78,4	74,8	68,29	66,25	18,77	22,28	12,94	11,47
IFPB	52,2	53,5	46,32	51,14	42,48	44,53	11,20	4,33
IFPE	46,2	44,2	40,90	39,42	47,70	49,75	11,39	10,83
IFPI	61,1	55,0	60,11	54,19	38,31	44,32	1,58	1,49
IFRN	66,2	62,1	61,88	60,03	31,61	36,68	6,51	3,29
IFS	50,3	58,4	41,15	57,01	40,74	40,75	18,11	2,14
IFSERTÃO-PE	31,1	34,5	28,21	33,96	62,52	64,55	9,27	1,49

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha
Elaborado pela autora,2020

Antes de esclarecermos os dados da tabela 1, faz-se necessário conceituar os termos apresentados nesta, com o intuito de deixar mais claro para o leitor tais classificações, a saber: eficiência acadêmica, conclusão do ciclo, evasão do ciclo e retenção do ciclo. A eficiência acadêmica expressa os percentuais dos alunos que conseguiram concluir o curso dentro do período programado ou que tem potencial para alcançar a certificação; já a conclusão do ciclo mede a porcentagem de alunos concluintes em um ciclo de matrícula; por evasão do ciclo, compreende o percentual de aluno que perdeu o vínculo com a instituição antes de concluir o curso ;e, por retenção do ciclo, refere-se ao aluno que consta como matriculado por período superior aquele programado para a integralização do curso. (PNP,2018).

Pelos dados oriundos da tabela 1, notamos que a evasão é claramente uma grande “pedra” no caminho das instituições de ensino. Dos 11 (onze) IFECTs, 05 (cinco) deles apresentam um percentual de concluintes no ciclo menor que a taxa de evasão deste mesmo período. Ou seja, o número de estudantes que evadiu durante o ciclo do curso foi maior do que os alunos que se formaram, que conseguiram uma certificação. As cinco instituições são: IFAL, IFBA, IFCE, IFPE e IFSERTÃO-PE.

Já o IFBAIANO,IFPB,IFPI,IFRN e IFS mesmo com índice de concluintes no ciclo maior que a taxa de evadidos, apresentam percentuais de evasão acima de 30%, o que , não está de acordo com a meta, que é de “90% para a taxa de

conclusão prevista no Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação 2011-2020, ou mesmo da taxa de 80% para todas as modalidades de cursos ofertados pelos institutos prevista no Termo de Acordo de Metas” (BRASIL, 2013, p. 11), conforme já destacamos na Introdução deste trabalho. Assim, os números extraídos da PNP revelam o quão é urgente fomentar ações que impactem na redução destes percentuais.

No que tange ao IFMA, é o IFECT que apresenta os melhores resultados no que diz respeito a eficiência acadêmica, percentual de conclusão de ciclo e taxa de evadidos. Esta instituição só não apresenta um resultado ainda mais positivo, porque a percentagem de retidos no ciclo é maior que 10%, conforme nota-se na tabela agora analisada. No entanto, também se percebe que, de 2017 para 2018, o percentual de alunos retidos diminuiu 1,47%. É um percentual baixo, se comparamos a redução visualizada pelo IFS e IF Sertão-PE, às quais foram as melhores visualizadas.

Após revelarmos este panorama acerca da evasão na educação profissional, apresentaremos um quadro que foi resultante de uma pesquisa no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - cuja busca pelo título “Evasão nos cursos técnicos integrados”, revelou um resultado de 12.563 produções. A busca foi referente aos anos de 2014 a 2018 e a pesquisa foi realizada no mês de março de 2019. Muitos resultados apontaram para estudos acerca da evasão em cursos superiores, na modalidade EaD, na forma subsequente, dentre outros. Sendo assim, optamos por selecionar os trabalhos que versavam acerca da evasão somente nos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Dentre esses, filtramos, ainda, aqueles que analisaram as causas desse fenômeno na rede federal. No total, encontramos 04 (quatro) produções acerca dessa temática, conforme podemos visualizar no quadro 3 a seguir.

Quadro 3: A evasão nos cursos técnicos integrados dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Autor	Título	Objetivo Geral do Estudo	Fatores que contribuíram para Evasão	Medidas Preventivas/Colaborativas/Reflexões
Ferraz (2015)	Exclusão na escola das políticas afirmativas: reprovação e evasão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Barreira sob o olhar dos atores envolvidos no processo.	Compreender o fenômeno da evasão e da reprovação dos estudantes do IFBA - <i>Campus</i> de Barreiras, a partir de suas relações com a categoria de gênero, e das percepções dos sujeitos envolvidos no processo no contexto das políticas de ações afirmativas no Instituto. (FERRAZ, 2015,p.22)	De acordo a pesquisa, na visão dos estudantes , a autora sintetizou os seguintes fatores: metodologia inadequada, tempo para o lançamento de notas, reprovação. (FERRAZ,2015. p.149). Na visão dos professores: Falta de apoio familiar, procura do curso só para ingressar na universidade, base precária no Ensino Fundamental, currículo inadequado, opção pelo curso em função da escolha da família, falta de esforço e dedicação dos estudantes, dentre outros;(FERRAZ,2015, p.154). Na visão dos pais: renda familiar, falta de base, medo de reprovação e falta de rigor no trabalho pedagógico, com relação ao lançamento de notas; (FERRAZ,2015, p.167). Na visão da equipe multidisciplinar: fatores motivacionais, relacionados à metodologia dos docentes, condições socioeconômicas dos estudantes e relacionados ao processo de ensino-aprendizagem, como este ocorre.	Na visão dos alunos: aulas extras, docente se preocupar com a aprendizagem do educando, fortalecer as relações entre professor e aluno, considerar as necessidades dos discentes; (FERRAZ 2015.p. 149-150); Na visão dos professores: a) criação de mecanismos para suprir as necessidades do docente (seleção de professores ou realização de concurso público) da Instituição; b) implementação de monitoria no turno oposto às aulas; c) acompanhamento sistematizado dos estudantes pela equipe pedagógica; d) articulação entre a escola e a família; e) adaptação do currículo de Matemática às necessidades dos estudantes; f) desenvolvimento de um trabalho de incentivo a respeito da metodologia de estudo; g) atividades extracurriculares; h) mais integração entre a comunidade externa e a Instituição; i) articulação da escola com a vida cultural da comunidade; j) reorganização do Ensino Fundamental; k) diminuição da quantidade de estudantes na sala de aula; l) mudança na proposta do curso, com os dois primeiros anos somente com as disciplinas do núcleo comum, e dois últimos anos do curso com disciplinas

(FERRAZ,2015,p.173).

profissionalizantes; (FERRAZ,2015, p.156).

Na visão dos pais: articulação entre a família e a escola, acompanhamento do trabalho pedagógico, necessidade de políticas públicas e programas de assistência aos estudantes de baixa renda, contratação de forma mais eficiente de profissionais da educação; (FERRAZ,2015, p.168)

Na visão da equipe multidisciplinar: elaborar um projeto no sentido de sanar algumas deficiências básicas trazidas do Ensino Fundamental, incorporadas ao calendário da Instituição; rever o seu currículo, de modo a introduzir nas matrizes curriculares algumas disciplinas que sejam básicas para as demais do Ensino Médio, disciplinas preparatórias ou introdutórias; realizar o nivelamento com as disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa; ampliar e dar agilidade aos programas da assistência estudantil, para que haver maior efetividade e eficácia, no sentido de cobertura do número de estudantes atendidos, dos valores e dos benefícios; planejar e articular, de forma eficiente, as ações docentes e técnicas com o objetivo de criar condições de aprendizagem favoráveis; adequar à metodologia utilizada pelos docentes à demanda da turma, ou do estudante; desmistificar a ideia de que estudar no IFBA é muito difícil, pois os estudantes chegam à Instituição com esse medo e, quando não conseguem avançar, alguns evadem. (FERRAZ,2015,p.173-174).

<p>Balta (2017)</p>	<p>Oportunidade versus evasão no ensino médio integrado na perspectiva dos estudantes</p>	<p>Analisar as causas da evasão sob a perspectiva fundamentalmente dos estudantes dos cursos médios de Informática e Eletrotécnica que iniciaram os cursos no ano de 2012 e concluíram em 2015/1, e em segundo plano com professores.(BALTA, 2017,p.7)</p>	<p>Na pesquisa, destacam-se os seguintes fatores que contribuíram para a não permanência dos alunos: reprovação/retenção, conciliar trabalho e estudos ,transporte, acesso à escola e greve/paralisações. Na pesquisa, o autor verificou que os foram os fatores externos à escola que provocaram evasão. No entanto, ele também alerta que os fatores internos relacionados a práticas pedagógicas em desarmonia com a realidade dos discentes e de seus universos simbólicos se configuram como grandes empecilhos à permanência destes. (BALTA,2017, p.7)</p>	<p>O autor propôs levantar reflexões mais amplas acerca dos desafios da permanência dos educandos nos espaços escolares. Sugere, ainda, que sejam realizadas pesquisas mais aprofundadas sobre esta temática, suscitando práticas educativas que favoreçam o diálogo, numa relação de harmonia entre os sujeitos envolvidos. (BALTA,2017,p.142)</p>
----------------------------	---	--	--	---

Silvas (2018)	<p>Evasão Escolar na Educação Profissional: trajetórias e motivos que levam ao abandono definitivo ou temporário dos cursos técnicos de nível médio.</p> <p>Compreender os fatores que motivam a evasão escolar na EPTNM no CEFET-MG, tomando como objeto de estudo os fatores limitantes das expectativas de diplomação expressos pelos estudantes em situação de repetência e/ou evasão.</p> <p>(SILVAS,2018, p. 25)</p>	<p>Na percepção dos gestores, a autora sintetizou os seguintes determinantes para evasão escolar apontados pelos entrevistados consistem em fatores de três ordens. Primeiro, referem-se às características individuais dos estudantes. Foram citados aspectos como a personalidade, escolha precoce do curso, descoberta de novos interesses, dificuldades de adaptação ao ambiente escolar, defasagem na formação escolar anterior, desencanto ou desmotivação com o curso, incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho.</p> <p>Segundo, referentes aos fatores internos à instituição. Foram atribuídas como possíveis causas da evasão, currículos extensos, projetos pedagógicos dos cursos desatualizados, critérios injustos de avaliação do desempenho discente, pouca oferta de iniciação científica e programas de monitoria.</p> <p>Por último, referentes aos fatores externos à instituição, foram citados aspectos como reconhecimento social da carreira escolhida,</p>	<p>A partir das entrevistas, a autora revela os apontamentos dos entrevistados para conter a evasão, a saber: ampliar as políticas de apoio e acompanhamento pedagógico e assistencial, de forma que ocorram de forma abrangente, consistente e continuada. Também foi destacada a necessidade de aperfeiçoamento dos currículos, projetos pedagógicos dos cursos da EPTNM, critérios de avaliação do desempenho discente, bem como a ampliação da oferta de iniciação científica e programas de monitoria. As ações de prevenção à evasão, em nível institucional, na avaliação dos profissionais entrevistados deveriam se desenvolver de forma sistêmica e articulada entre os departamentos que atuam diretamente com a questão.</p> <p>(SILVAS,2018, p.96).</p> <p>A autora ainda aponta que deverá haver acompanhamento pedagógico e assistencial, visando à melhoria da aprendizagem e à produção de informações que subsidiem a identificação dos sinais da evasão e a criação de mecanismos de prevenção</p>
----------------------	--	--	---

baixas perspectivas quanto ao mercado de trabalho, defasagem na qualidade do ensino fundamental das escolas públicas, dificuldades da instituição em atualizar-se frente aos avanços tecnológicos, econômicos e sociais da contemporaneidade, ausência de políticas de expansão consistentes e continuadas para a educação. (SILVAS,2018, p.70-71)

Na entrevista com os estudantes, a pesquisadora definiu quatro categorias de análise específicas acerca da evasão escolar: configuração e mobilização familiar a respeito da vida escolar, necessidade de trabalhar, dificuldades de aprendizagem e projeto de vida. A autora ainda aponta alguns fatores que se revelaram mais significativos nas relações com a evasão escolar, como: o fato de serem estudantes advindos do interior, com trajetórias acidentadas na educação básica, possuírem baixos propósitos acadêmicos e se reconhecerem como diferentes dos demais estudantes da instituição.(SILVAS,2018 p.78-79)

<p>Lopes (2017)</p>	<p>Evasão e Fracasso Escolar de Alunos de Comunidades Indígenas do Instituto Federal de Roraima/Cam pus Amajari: um estudo de caso</p> <p>Identificar o que leva os alunos de comunidades indígenas matriculados nos cursos técnicos articulados ao ensino médio do IFRR/CAM à evasão e fracasso escolar. (LOPES, 2017,p.18)</p>	<p>Por meio de questionário e entrevista realizadas com os alunos das comunidades indígenas e um docente, o pesquisador elenca as seguintes causas da evasão: logística do transporte, não identificação com os cursos ofertados, jornada diária desgastante, dificuldade em acompanhar o ritmo dos cursos, problemas de relacionamento com o professor e reprovação. (LOPES,2017,p.104)</p>	<p>Na pesquisa, percebemos as seguintes sugestões: O professor entrevistado cita, por exemplo, como favorecimento da permanência estudantil, as seguintes medidas: trazer os pais para a escola, ofertar nivelamento para os alunos, valorização da cultura indígena. (LOPES,2017, p.77).</p> <p>O autor também aborda a importância da articulação entre gestores , técnicos educacionais e professores na busca uma metodologia própria, com conteúdos contextualizados e que levem em consideração os anseios dos alunos, procurando, ainda, enxergá-los como membros de uma comunidade indígena.(LOPES,2017.p.106).</p>
----------------------------	--	--	---

A partir do quadro 3, é reafirmado, mais uma vez, que a evasão estudantil é realmente resultante de múltiplas causas, como problemas com transporte, deficiências no ensino fundamental, reprovação, escolha precoce do curso, pouca inserção no mercado de trabalho, dentre outras citadas pelos autores.

Cada aluno evadido tem sua história, inquietações e motivos para essa fuga. Perceber o aluno, enxergá-lo como um sujeito importante para a instituição, buscar alternativas para as falhas educacionais anteriores ou atuais é valorizá-lo e acreditar que objetivo da educação é transformar vidas e a sociedade. Sendo assim, é relevante que cada instituição promova ações que identifiquem os motivos causadores da evasão, pois embora algumas causas prevaleçam, cada IFECT tem uma realidade. Conhecer, portanto, o contexto dos atores envolvidos neste processo, é fundamental para traçar ações que visem a permanência deste aluno no ambiente escolar.

Rumberger (2011) afirma que as pesquisas acerca do desempenho escolar estudantil, em praticamente todas elas, é constatado que a família exerce uma influência poderosa. Acreditamos nessa premissa também, pois a família é base, representa a primeira instância de contato do indivíduo. O modo como os familiares enxergam a educação, as relações construídas no ambiente familiar irão ser de uma relevância excepcional para influenciar no caminho trilhado pelo estudante: o da permanência ou da evasão. Coleman 1988 (apud RUMBERGER, 2011) também vem destacar a importância da família no ambiente estudantil. O autor argumenta que o capital social, entendido como as relações que os pais estabelecem com seus filhos, com outras famílias e com a própria escola, influencia o desempenho escolar do aluno.

No quadro abordado acima, Ferraz (2015) e Lopes (2017) também destacaram, a importância da articulação entre família e escola para uma melhor permanência estudantil. Juntando estes elos (família e escola), fortalecendo-os, a probabilidade de o estudante conseguir sucesso escolar, avanço pessoal, certamente, aumenta. Lembrando que a nossa Carta Magna, como é conhecida a Constituição de 1988, estabelece no capítulo III, artigo 205 que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Sendo assim, é imperioso refletir e promover ações para que estas duas instâncias se

aproximem mais, pois a constituição deixa claro que a educação é um dever do Estado e também da família.

Outro fator que contribui para evasão no ensino médio é a aprendizagem deficitária no ensino fundamental. De acordo com dos dados divulgados pelo SAEB, Sistema de Avaliação da Educação Básica, em agosto de 2018, os estudantes matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental possuem, em média, o Nível 3 de 9 em Língua Portuguesa e cerca de 70% dos estudantes do 9º ano que participaram do SAEB 2017 apresentaram aprendizagem insuficiente em matemática. Participaram dessa avaliação estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª e 4ª séries do Ensino Médio (tradicional e integrado). Estes realizaram provas de Língua Portuguesa e Matemática. É previsto que no ano de 2019, os estudantes do nono ano passem por questões de ciências da natureza e ciências humanas. A educação infantil também será avaliada no referido ano. O SAEB teve início em 1990. (INEP, 2018). Portanto, a partir dos dados publicados pelo SAEB, notamos que a trajetória da aprendizagem anterior ao ensino médio, ainda é bastante precária. Esse déficit no ensino fundamental vem gerar retenção, desmotivação por não acompanhar o ritmo de estudos e, se nenhuma medida de prevenção for realizada, a evasão acontecerá de fato.

Então, com o aprofundamento das discussões aqui realizadas, notamos, também, como refletem Dore, Araújo e Mendes (2014, p.386) que a evasão é “ um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais, que podem resultar na saída provisória do aluno da escola ou na sua saída definitiva do sistema de ensino”. Dessa forma, ao analisar os fatores relacionados à evasão, é necessário avaliá-los em contextos variados: como individuais, internos e externos à instituição, como destacam as autoras mencionadas acima. Foi baseado na análise destes fatores, que delineamos o questionário aplicado com os estudantes evadidos no IFBA, objetivando identificar as motivações que culminaram na evasão e, conseqüentemente, apresentar reflexões e propostas que colaborassem com uma maior permanência do estudante.

Após essas considerações, vamos apresentar, a seguir, a composição metodológica deste trabalho.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo revela os procedimentos metodológicos adotados para alcançar os objetivos e responder ao problema de pesquisa, bem como, destaca como ocorreu o processo de construção e avaliação do produto educacional.

A metodologia utilizada neste trabalho foi baseada no quadro resumitivo apresentado por Prodanov e Freitas (2013), em que revelam os tipos de pesquisa e as características primordiais destas. Sendo assim, o presente estudo utilizou-se de uma pesquisa: quanto à forma de abordagem do problema (quantitativa e qualitativa – métodos mistos), quanto aos fins da pesquisa (exploratória, explicativa e descritiva), quanto aos procedimentos, (bibliográfica, documental, *ex-post-facto* e estudo de caso), quanto ao instrumento, (questionário semiaberto para os discentes e entrevista *on-line* para o diretor, professores e técnicos) que explicitaremos melhor nos parágrafos seguintes.

5.1 Abordagem da pesquisa

O presente estudo adotou os métodos mistos como forma de abordagem investigativa, pois este promove um estudo mais profícuo de um problema de pesquisa do que analisar a perspectiva quantitativa ou qualitativa de forma isolada. Creswell e Clark (2013).

Segundo Creswell (2010), nos métodos mistos há uma combinação dos métodos predeterminados das pesquisas quantitativas com os métodos emergentes dos estudos qualitativos. Assim, nos estudos que envolvem os métodos mistos, percebemos tanto questões abertas, quanto fechadas, formas múltiplas de dados, há análise estatística e também de texto. Ainda em conformidade com Creswell (2010, p. 43), na abordagem de métodos mistos, “o pesquisador baseia a investigação supondo que a coleta de diversos tipos de dados garanta um entendimento melhor do problema pesquisado”. Ainda se reportando aos métodos mistos, Flick (2013, p.185) destaca o seguinte: “[...] os métodos mistos têm sido usados cada vez mais desde o final da década de 1990 para superar as tensões entre a pesquisa qualitativa e quantitativa”.

Antes de continuarmos os esclarecimentos acerca dos métodos mistos, faz-se necessário compreendermos o que é a abordagem quantitativa e, também, o que se entende por pesquisa qualitativa. Vejamos.

A pesquisa quantitativa, como próprio nome sugere, tem como objetivo quantificar os dados coletados. Esta quantificação dos dados pode ser visualizada através de recursos matemáticos e também estatísticos, como (porcentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc.). Já a pesquisa qualitativa, esta privilegia não a quantificação dos dados, mas sim, sua descrição, buscando um retrato amplo dos elementos presentes na realidade estudada. (PRODANOV, FREITAS, 2013).

De acordo com Lakatos (2003, p. 24) não há “quantificação sem qualificação” e destaca: “se alguém quer saber a distribuição das cores num jardim de flores, deve primeiramente identificar o conjunto de cores que existem no jardim, somente depois disso pode-se contar as flores de determinada cor”. Nesta pesquisa, o “jardim” foi o IFBA – Campus Paulo Afonso – BA, as “flores”, foram os alunos dos cursos integrados que evadiram e também os professores, técnicos e gestor do *campus*. As “cores das flores” foram os fatores que influenciaram a evasão dos alunos e a percepção de professores, técnicos e gestor em relação a este fenômeno.

Ainda relacionado aos estudos qualitativos e quantitativos de forma combinada, Fonseca (2002, p. 20) argumenta: “ A utilização da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente”. Sendo assim, as abordagens quantitativas e qualitativas (métodos mistos) foram combinadas com o propósito de integrá-las, revelando, ao leitor, uma compreensão mais abrangente da evasão no *Campus* analisado.

No estudo desenvolvido por Creswell (2010), são reveladas três estratégias gerais para a pesquisa envolvendo os métodos mistos, a saber: métodos mistos sequenciais, métodos mistos concomitantes e métodos mistos transformativos, os quais estão definidos no quadro 4 abaixo.

Quadro 4: Procedimentos com os Métodos Mistos

Tipo de Procedimento	Definição
Métodos mistos sequenciais	O pesquisador elabora ou expande o resultado de um método com outros métodos. Pode iniciar com uma abordagem qualitativa e prosseguir com uma quantitativa. Também pode ocorrer o inverso.
Métodos mistos concomitantes	O pesquisador agrega ou mistura tantos os

	dados qualitativos quanto os quantitativos, com o intuito de revelar uma análise mais abrangente do problema da pesquisa; a coleta de dados ocorre de forma simultânea e, após isso, os resultados são integrados para se chegar a uma interpretação geral.
Métodos mistos transformativos	O pesquisador faz uso de um enfoque teórico como uma perspectiva mais abrangente em um projeto, fazendo uso tanto de dados qualitativos quanto quantitativos. A coleta de dados pode envolver tanto uma abordagem sequencial ou concomitante.

Fonte: Creswell (2010)

Depreende-se, a partir dos dados do quadro 4, que a abordagem de métodos mistos concomitante foi a mais adequada para a condução desse estudo, pois como vimos pela definição exposta no quadro acima, ele combina tantos os dados qualitativos como também os quantitativos, objetivando revelar uma compreensão mais abrangente do problema investigado. Como o objetivo geral dessa pesquisa foi o de “analisar as causas da evasão nos cursos técnicos do IFBA – modalidade integrada”, procuramos compreender este fenômeno por meio do questionário aplicado com os alunos (etapa quantitativa), como também com as entrevistas realizadas, pelo *e-mail*, com o gestor, professores e técnicos (etapa qualitativa) com o anseio de apresentar um retrato mais amplo da evasão no *Campus*.

Portanto, este estudo apoiou-se na investigação com uso dos métodos mistos, uma vez que se buscou quantificar os dados oriundos do questionário aplicado aos estudantes, através dos recursos da estatística descritiva e das tabelas criadas no Excel, focalizando os percentuais de cada indicador de evasão, bem como a mediana e a moda destes e, também, qualificar, por meio das análises das categorias resultantes das entrevistas aplicadas com o gestor, professores e equipe multidisciplinar do IFBA – *Campus* Paulo Afonso.

5.2 Fins da pesquisa

No que tange aos fins da pesquisa, compreendemos que é exploratória, pois como revela Gil (2008, p.27): “este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”. Como já foi constatado neste trabalho,

pesquisas acerca da evasão na educação profissional ainda são poucas e carecem de maiores debates, sendo assim, torna-se relevante este aprofundamento.

Considerou-se, também, que é explicativa, pois como define Severino (2007, p.123): “é aquela que além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas[...]”. Como nosso interesse foi justamente verificar as causas que contribuíram para evasão dos alunos e analisá-las, fez-se necessário este tipo de verificação.

Ainda inferimos que esta pesquisa teve um viés descritivo, uma vez que esta “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno[...]”. (GIL, 2008, p. 28). Assim, procuramos descrever a população investigada: os alunos evadidos dos cursos integrados do IFBA, traçando o perfil socioeconômico dos mesmos.

5.3 Procedimentos

No que diz respeito aos procedimentos adotados neste trabalho, fizemos pesquisa bibliográfica, documental, identificamos que é *ex-post-facto* e, ainda, consideramos como um estudo de caso, conforme detalhamento a seguir.

Em conformidade com os estudos de Lakatos e Marconi (2005, p. 183), a pesquisa bibliográfica: “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.”. Sendo assim, pesquisamos no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, trabalhos que versassem sobre a evasão escolar na educação profissional. Com a inserção do título: “Evasão nos cursos técnicos integrados”, alcançamos um resultado de 12.563 produções. A busca foi referente aos anos de 2014 a 2018 e a pesquisa foi realizada no mês de março de 2019. Muitos resultados apontaram para estudos acerca da evasão em cursos superiores, na modalidade EaD, na forma subsequente, dentre outros. Sendo assim, optamos por selecionar os trabalhos que tratavam acerca da evasão somente nos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Dentre esses, filtramos, ainda, aqueles que analisaram as causas desse fenômeno na rede federal. No total, encontramos 04 (quatro) produções acerca dessa temática, conforme já retratado no quadro dois deste estudo. Após esse levantamento no banco da CAPES, partimos

para a fundamentação teórica desta pesquisa. Assim, foi possível aprofundamos os estudos nas temáticas acerca da história da educação profissional, ensino médio integrado e evasão escolar. Concernente a este último, destacamos autores do contexto nacional e internacional. Os autores visitados estão descritos no quadro 5 que segue.

Quadro 5 – Autores visitados para a construção do referencial teórico

Educação Profissional		Ensino Médio Integrado		Evasão Escolar	
Autor	Ano	Autor	Ano	Autor	Ano
Moura, Lima Filho e Silva	2015	Frigotto, Ciavatta e Ramos	2014	Gaioso	2005
Lima, F. Silva e L. Silva	2015	Moura	2013	Baggi e Lopes	2011
Rocha	2005	Ramos	2014	Digiácomo	2005
Peres	2005	Saviani	2007	Lüscher e Dore	2011
Palma Filho	2005	Ciavatta	2012	Dore e Lüscher	2011
Canali	2009	Araújo e Frigotto	2015	Tinto	1975
Manfredi	2017	Rodrigues e Araújo	2017	Rumberger	2011
Moura	2007			Massi;Villani	2015
Moura	2013			Cislaghi	2008
Freire	1978			Dore,Araújo e Mendes	2014
Ramos	2014			Maduro Silva	2018
Kuenzer	2007			Silva Filho et al	2007
Pacheco	2010			Dourado, Mutim e Alecrim	2018
Lemos et al	2017			Oliveira	2013
Ferreti, Ribeiro da Silva	2017			Ferraz	2015
Oliveira	2015			Balta	2017
				Silvas	2018
				Lopes	2017

Fonte: Elaborado pela autora,2020

A pesquisa documental também foi relevante para este estudo. Como o próprio nome sugere esta privilegia a consulta a documentos e estes podem ser classificados como sendo de primeira mão e de segunda mão. Os primeiros são aqueles que não sofreram tratamento analítico e podem ser encontrados em arquivos de instituições públicas e privadas, são exemplos destes: cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. Já os segundos, incluem aqueles que, de alguma maneira, já sofreram análise, como por exemplo: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL,2008).

Ainda segundo apontam Lüdke e André (1986, p. 38) “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando

aspectos novos de um tema ou problema”. Assim, conforme refletem Kripka; Scheller; Bonotto (2015, p.245), “o documento a ser escolhido para a pesquisa dependerá do problema a que se busca uma resposta, portanto não é aleatória a escolha”. Deste modo, apreciamos os seguintes documentos elencados no quadro 6 para compor esta pesquisa.

Quadro 6 – Lista com os documentos examinados

Tipo de Documento	Caracterização
Acórdão nº 506/2013 –Tribunal de Contas da União	Tem por objetivo avaliar as ações de estruturação e também da expansão no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras	Estudo que reúne dados acerca do desempenho das universidades públicas do Brasil no tocante aos índices de diplomação, retenção e evasão dos estudantes de graduação. Foi um dos primeiros trabalhos a debruçar sobre a evasão escolar no nível superior
Decreto nº 7.566/1909	Instituiu a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices (EAAS)
Decreto 4.1217/1942	Estabeleceu a organização da rede federal de ensino e transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas (EITS)
Decreto 2.208/1997	Regulamentou o artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394/1996, conhecida como LDB – Lei de Diretrizes e Bases
Decreto 5.154/2004	Regulamentou o § 2º do artigo. 36 e os artigos. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Decreto 6.302/2007	Estabelece o Programa Brasil Profissionalizado
Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Documento elaborado em resposta ao Acórdão nº 506/2013 do TCU, com o propósito de orientar o fomento de ações capazes de ampliar a permanência e êxito dos estudantes da rede federal de ensino, tantos dos cursos técnicos, como os da graduação.
Planilha com os dados dos alunos evadidos dos cursos de Informática, Eletromecânica e Biocombustíveis - modalidade integrada, nos anos de 2015 a 2018 do IFBA – <i>Campus</i> Paulo Afonso	A planilha foi enviada pela CORES - Coordenação de Registros Escolares do IFBA, <i>Campus</i> Paulo Afonso, contendo nome do aluno, ano de ingresso, ano do desligamento ,motivo do desligamento, curso, e-mail, endereço e telefone
Relação dos Professores dos cursos técnicos de Informática, Eletromecânica e Biocombustíveis - modalidade integrada, diretor da instituição e equipe multidisciplinar do <i>Campus</i>	O documento foi enviado pela Chefe de Gabinete – Substituta, do IFBA, <i>Campus</i> Paulo Afonso, para o e-mail da pesquisadora, contendo a listagem com os nomes e e-mail institucional dos professores, diretor e equipe multidisciplinar

Fonte: Elaborada pela autora,2020

Continuando com as explicações dos tipos de procedimentos adotados nesta pesquisa, constatamos que é *ex-post-facto*, já que analisamos um fenômeno já ocorrido na instituição (evasão escolar), tentando explicá-lo e compreendê-lo. Prodanov, Freitas, (2013).

Utilizaremos ainda, do estudo de caso. Segundo Merriam (1988), citado por Biklen e Bogdan (1994, p.89) este “consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de acontecimento específico”. Sendo assim, fez-se pertinente este tipo de procedimento (estudo de caso), já que debruçamos nas análises do contexto (individual, institucional e externo à instituição) para entendermos as influências destes para com a evasão escolar.

5.4 Caracterização do campo da pesquisa

O *lócus* da pesquisa foi o IFBA, *Campus* Paulo Afonso-BA, inaugurado no ano de 2010. Este funciona nas instalações do antigo COLEPA – Colégio Paulo Afonso, que foi reformado para atender a demanda da instituição, contando, também, com uma Usina de Biodiesel. O referido *Campus* ofereceu, inicialmente, os cursos de Biocombustíveis, Eletromecânica e Informática, nas modalidades integrada e subsequente. Atualmente, o curso de Biocombustíveis na modalidade subsequente não está sendo mais ofertado. (IFBA, 2020).

Nos referidos cursos técnicos, são disponibilizadas 30 (trinta) vagas, por curso, anualmente. No Integrado, o aluno estuda o Ensino Médio e o curso técnico simultaneamente. Tais cursos têm duração de três ou quatro anos, a depender do curso. Já no Subsequente, o foco é o ensino técnico. O aluno já deve ter concluído o Ensino Médio ou concluí-lo até a data da matrícula. A duração é de dois anos. O instituto também oferta o curso superior de Engenharia Elétrica, já reconhecido pelo MEC. A escolha dos referidos cursos, foram por meio de audiências públicas na comunidade. (IFBA, 2020).

O mencionado IFECT beneficia vários estudantes de Paulo Afonso, cidade sede, como também, aqueles das cidades inseridas num raio de até 120 km. Assim, percebe-se a importância desse *Campus* para a região e como o mesmo potencializa o acesso à educação gratuita e de qualidade, tanto no nível médio técnico, quanto no superior, ofertando, aos seus alunos “formação permanente, para

aquisição de competências e habilidades do aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver no mais amplo sentido do desenvolvimento pessoal, social e profissional”. (IFBA, 2020).

5.5 Participantes

Os sujeitos participantes desse estudo foram os alunos evadidos dos cursos integrados de Eletromecânica, Biocombustível e Informática, do IFBA – *Campus* Paulo Afonso – BA. Incluímos, ainda, o diretor do Campus, equipe multidisciplinar e professores do IFBA. No caso dos professores, foram incluídos somente aqueles pertencentes aos cursos técnicos da modalidade integrada já citados.

Para contatarmos os alunos evadidos, solicitamos a listagem dos mesmos a CORES, no período de 2015 a 2018. O recorte temporal envolve quatro anos porque acreditamos que é um intervalo viável para visualizar as ocorrências da evasão no instituto. Solicitamos, ainda, uma lista com nome e e-mail institucional dos professores, equipe multidisciplinar e gestor. No caso dessa listagem, foi solicitada ao diretor da instituição.

A escolha desses participantes deu-se com o intuito de compreender o fenômeno da evasão no *Campus* de forma mais holística, captando as motivações tanto por parte dos alunos, como também, por meio da compreensão do gestor, professores e técnicos da instituição com relação ao problema da evasão escolar.

Um melhor detalhamento dos sujeitos que participaram dessa pesquisa será retratado no próximo capítulo deste estudo.

5.6 Instrumento para a coleta de dados

Durante o processo de coleta de dados, foram realizados contatos institucionais relativos à solicitação de adesão à pesquisa. A partir do aceite institucional, solicitou-se a contribuição dos setores envolvidos, sendo estes (CORES e Direção) com o propósito da disponibilização dos documentos necessários para comporem a fonte das informações e subsidiar o intermédio de contato entre pesquisador-aluno.

Quanto ao instrumento utilizado nesta pesquisa, aplicamos o questionário, com perguntas semiabertas, o qual foi enviado via e-mail para os alunos evadidos

dos cursos integrados já citados. (Apêndice C). O referido questionário foi construído tomando por base o questionário de Moreira (2012) e Documento Orientador da Evasão (SETEC) sobre evasão na rede federal (BRASIL,2014). Os objetivos do questionário foram identificar quais fatores influenciaram a evasão dos estudantes e construir o perfil socioeconômico dos mesmos.

Aplicamos, também, entrevista *on-line*, sendo que esta foi direcionada para o diretor do *Campus*, equipe multidisciplinar e professores dos cursos integrados, objetivando ampliar o leque de compreensão, acerca do fenômeno da evasão no *Campus*, conforme (Apêndices D, E e F). Estas apresentam alguns conceitos do questionário e roteiro de entrevista desenvolvidos por Ferraz (2015).

Segundo Severino (2007, p.125), o questionário tem função de “levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo”.

Os questionários aplicados com os alunos colaboraram para identificar aspectos de ordem social, econômica, trabalho, dificuldades na aprendizagem, avaliação do trabalho docente, da equipe pedagógica e administrativa, avaliação da infraestrutura da instituição, dentre outros. Ainda, neste questionário, destacamos os indicadores da evasão em três categorias: contexto individual do estudante, interno e externo à instituição. Para estas categorias, disponibilizamos as seguintes grades de respostas: Concordo totalmente, concordo parcialmente, não concordo, nem concordo, discordo parcialmente e discordo totalmente. Nesta escala de *Likert* de 5 pontos, os alunos sinalizaram quais foram os fatores que contribuíram para evasão no curso. Em se tratando da escala de *Likert*, é a de maior aplicabilidade nas ciências sociais e comportamentais, à qual faz associação de números aos níveis de concordância. (BARBOZA et al., 2013). Corroborando com esta afirmação, Silva Júnior e Costa (2014, p. 4), explicam:

O modelo mais utilizado e debatido entre os pesquisadores foi desenvolvido por Rensis Likert (1932) para mensurar atitudes no contexto das ciências comportamentais. A escala de verificação de Likert consiste em tomar um construto e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância.

No que tange à entrevista para o diretor do *Campus*, equipe multidisciplinar e professores dos cursos integrados, estas focalizaram perguntas acerca do reconhecimento da evasão no campus e ações que estão sendo tomadas para evitar

tal fenômeno. Para este grupo, também enviamos de forma *on-line*. (Apêndice D, E e F). A opção por envio dos questionários eletronicamente, é que esta forma, conforme reflete Lakatos e Marconi (2017), há mais praticidade para o pesquisador e também abrange uma área geográfica maior. Foi também acreditando nisso, que optamos por esta forma de envio. Ainda, nos apoiamos em Flick no que diz respeito às entrevistas on-line, quando revela:

Como alternativa, você pode organizar as entrevistas on-line de uma forma assíncronica, em que você envia suas perguntas aos participantes e eles encaminham suas respostas de volta mais tarde: neste caso, vocês não precisam necessariamente estar conectados ao mesmo tempo. Esta [...] é realizada principalmente mediante trocas de e-mails ou pelas redes sociais e se aproxima do que você faz em um estudo de questionário. (FLICK, 2013, p.168).

Além disso, como a pesquisa envolvia alunos evadidos e muitos não residiam mais na cidade que estudaram, por motivo de trabalho ou de graduação, conforme realmente constatamos durante o processo de captação dos dados, assim, foi mais plausível utilizar a forma eletrônica. Então, conforme também sinaliza Flick (2013), com a pesquisa *on-line*, o pesquisador pode economizar tempo e custos para alcançar o público que se encontra distante.

Ainda concernente ao questionário, Lakatos e Marconi (2017, p 202) lista algumas vantagens e desvantagens desse instrumento, as quais destacamos o quadro 7 abaixo:

Quadro 7: Vantagens e Desvantagens do uso do Questionário

VANTAGENS	DESVANTAGENS
Economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados	Percentagem pequena de devolução de questionários
Atinge maior número de pessoas simultaneamente.	Grande número de perguntas sem respostas
Abrange uma área geográfica mais ampla	Inaplicação a pessoas analfabetas
Economiza pessoal, tanto em treinamento quanto em trabalho de campo	Impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas.
Obtém respostas mais rápidas e mais precisas	Dificuldade de compreensão, por parte dos informantes, leva a uma uniformidade aparente
Há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato	Possibilidade de, na leitura de todas as perguntas, antes de respondê-las, poder uma questão influenciar a outra.

Há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas.	Devolução tardia prejudicar o calendário ou sua utilização
Há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador	Desconhecimento das circunstâncias em que foram preenchidos os questionários, o que torna difícil o controle e a verificação
Há mais tempo para responder e em hora mais favorável	Possibilidade de o escolhido não ser quem responde ao questionário, invalidando, portanto, as questões
Há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento.	Exigência de um universo mais homogêneo

Fonte: Marconi e Lakatos (2017)

De acordo com o quadro 7, entendemos que, para esta pesquisa, o questionário apresentou mais vantagens que desvantagens, em virtude de o questionário, por exemplo, ser elaborado no *Google Forms*, o qual tem a opção de configurar para que todas as questões tenham respostas obrigatórias, ou seja, o formulário não permite avançar se uma ou mais questão não for respondida. Esta ação exclui a desvantagem citada “Grande número de perguntas sem respostas”. A desvantagem citada “impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas”, também tem como ser minimizada ou excluída, pois, no formulário, constava o e-mail da pesquisadora para o respondente entrar em contato em caso de eventuais dúvidas em relação à pesquisa. Além disso, procuramos elaborar as perguntas de modo claro e objetivo. Assim, compreende-se que as vantagens são mais abundantes que as desvantagens. Inferimos, também, que essa é uma amostra pequena no universo dos cursos técnicos profissionalizantes, no entanto, entende-se que servirá de subsídio para a busca da compreensão do fenômeno da evasão nos demais cursos da educação profissional do IFBA.

5.7 Análise dos dados

No que diz respeito ao tratamento dos dados do questionário para os alunos evadidos, utilizamos os recursos da estatística descritiva para a primeira etapa da análise (caracterização do perfil) e, para a segunda etapa (fatores influenciadores da

evasão), os dados coletados foram tabulados no ³ *Excel* 2016, destacando a frequência absoluta/percentuais/mediana e a moda de cada contexto analisado, a saber: fatores individuais, internos e externos à instituição. Assim, para cada fator deste, analisamos a frequência absoluta e os percentuais em conformidade com a escala de *Likert* disposta no questionário.

No que tange à compreensão da mediana, Seward e Doane (2014, p.115) esclarecem que “a mediana é a medição do meio em uma sequência ordenada se n for um número ímpar [...]”. Já a moda, segundo os autores agora citados, é descrita como sendo o valor que apresenta a maior frequência de ocorrências nos dados analisados. Ela também é vista por estes como uma medida estatística “útil para descrever uma variável discreta com um pequeno intervalo de variação (por exemplo, resposta em uma escala de *Likert* de 5 pontos)”. (SEWARD; DOANE 2014, p.116).

Concernente à estatística descritiva, Guedes et al. (2017) destaca que esta objetiva resumir valores de uma mesma natureza, permitindo percebê-los numa visão mais ampla. O autor ainda enfatiza, que estes valores podem ser visualizados através de tabelas, gráficos e de medidas descritivas. Os dados descritivos da amostra foram obtidos por meio do programa estatístico SPSS, optamos por proceder algumas avaliações com técnicas descritivas, analisando as regularidades de comportamento por escala, todas realizadas por meio do software R.

Neste trabalho, optamos por apresentar os dados coletados através de gráficos, pois o *Google Forms* - ferramenta disponível pelo *Google* que auxilia a criação de formulários *on-line*, já cria os gráficos baseados nas respostas dos participantes. A escala de concordância de Likert, é de maior aplicação nas ciências sociais e consiste na atribuição de números associados a níveis de concordância com determinada afirmação relativa a um construto. As variações nas escalas Likert são diversas, mas usualmente as mais comuns são de 5 (de 1 a 5), 7 (de 1 a 7), 10 (de 1 a 10) e 11 (de 0 a 10) pontos (BARBOZA et al., 2013).

Para análise das respostas da entrevista enviada ao diretor, professores e equipe multidisciplinar, cujo objetivo foi compreender o contexto da evasão no

³ De acordo com o *site* da *Microsoft*, o *Excel* apreende os padrões e organiza os dados para economizar tempo. Cria planilhas facilmente com base em modelos ou por conta própria e usa fórmulas modernas para realizar cálculos. (MICROSOFT,2020)

Campus, organizamos os dados coletados por categorias e analisamos o discurso destes sujeitos concernente à evasão no instituto.

As análises oriundas do questionário com os alunos evadidos e da entrevista com o diretor, professores e equipe multidisciplinar colaboraram para o desenvolvimento do produto educacional (*e-book*), que também é um dos objetivos desta pesquisa. No *e-book*, apresentamos os capítulos principais da pesquisa e sugestões que minimizem a saída do estudante da instituição. Ainda, no *e-book*, inserimos imagens, *Qr codes*, gráficos, tabelas, quadros, *link* de vídeos dentre outros recursos, com o objetivo de tornar o livro digital mais atrativo para os seus leitores e, conseqüentemente, despertar o interesse pela leitura da obra completa.

Ainda, concernentes às análises, apoiaremos nos estudiosos citados no referencial teórico desta pesquisa e outros que tratam da temática da evasão para enriquecer as averiguações.

5.8 Processo de construção e avaliação do produto educacional

O produto educacional gestado a partir desta pesquisa, o *e-book*, se enquadra, segundo a classificação do documento da área de Ensino da CAPES para os cursos de Mestrados Profissionais, como um material textual. De acordo com (VASSILOU; ROWLEY, 2008, p.363 apud DUARTE *et al*, 2013, p.3), um *e-book* é entendido como:

(1) Um *e-book* é um objeto digital com conteúdo textual e/ou outro tipo de conteúdo, que deriva como um resultado da integração do conceito familiar de um livro com características que podem ser oferecidas numa ambiente eletrônico. (2) *E-books* possuem funcionalidades embutidas tais como funções de busca e referência cruzada, links hipertextuais, bookmarks, anotações, destaques, objetos multimídia e ferramentas interativas.

Assim, conforme conceituação abordada acima, o *e-book* traz funcionalidades que, ao nosso ver, torna o processo de leitura mais dinâmico e atrativo. No *e-book* produzido para este trabalho, também procuramos inserir figuras, *links*, *Qr codes*, dentre outros recursos, com o objetivo de torná-lo um material mais atrativo a seus leitores. Para elaboração do *e-book*, usamos o *Canva*, uma ferramenta de design gráfico, bastante intuitiva, que permite a criação e edição de uma variedade de projetos. Todo processo é realizado *on-line* e o material criado, pode ser baixado ou compartilhado através de um *link* gerado. Para ter acesso ao *e-book*, basta clicar no seguinte *link*: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/573828>.

Após a conclusão do *e-book*, criamos um questionário no *Google Forms*, com questões que avaliavam desde o layout (cores, imagens, elementos gráficos, tabelas) ao conteúdo propriamente dito. As questões apresentaram grades de respostas que iam desde a concordância total a discordância total (escala de *Likert*), já debatida neste trabalho. Assim, os leitores puderam expressar a opinião acerca do material produzido. Ainda, havia neste, uma pergunta aberta para o participante tecer outras constatações sobre o *e-book*. O questionário para avaliação do material produzido foi enviado, por meio de *link* ou *WhatsApp*, para os professores do IFBA, gestor e equipe multidisciplinar do *Campus* Paulo Afonso, estudantes de pós-graduação e professores do ProfEPT Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, no IF Sertão – PE, *Campus* Salgueiro e também para os professores e outros profissionais da educação de Paulo Afonso - BA.

Após o detalhamento metodológico realizado na pesquisa, vamos apresentar, no próximo capítulo, os resultados dos dados coletados.

6 O PROCESSO DA PESQUISA: DESDE A EXPERIÊNCIA AOS RESULTADOS DOS DADOS COLETADOS

O presente capítulo revela a análise dos dados oriundos do questionário aplicado com os alunos evadidos durante os anos de 2015 a 2018, dos cursos técnicos de Biocombustíveis, Eletromecânica e Informática do IFBA – *Campus* Paulo Afonso - modalidade integrada e também a entrevista com os docentes, equipe multidisciplinar, diretor do *Campus*.

No entanto, antes da revelação da análise dos dados, apresentamos, ao leitor, um breve relato da experiência com a pesquisa. Mostramos, ainda, o real alcance desse estudo, quantos sujeitos participaram de fato, entre alunos, professores, técnicos e gestor. Também exibimos um panorama inicial da evasão no IFBA, realizado a partir dos dados coletados na CORES.

Após estas considerações, analisamos os questionários aplicados com os estudantes evadidos do IFECT investigado. Primeiramente, traçamos o perfil deste aluno respondente, usando as técnicas da estatística descritiva e, a seguir apresentamos os resultados dos fatores que influenciaram a saída deste, destacando os fatores individuais, internos e externos à instituição. Complementando as investigações, revelamos os resultados decorrentes da entrevista aplicada com os professores, técnicos e gestor do *Campus*. Na última parte deste capítulo, expomos, ainda, a integração dos resultados quantitativos e qualitativos estabelecendo, assim, um retrato mais amplo desse fenômeno imerso de complexidade que é a evasão escolar. Prossigamos, então.

6.1 Experiência com a pesquisa: da motivação para pesquisar ao início da coleta de dados

O anseio de pesquisar acerca da evasão escolar deu-se por uma situação familiar. Quando o meu sobrinho ingressou no IFBA – *Campus* Paulo Afonso, no ano de 2014, toda família ficou bastante feliz, pois ingressar numa instituição pública federal, era e ainda é, um bom motivo para comemoração. Isso porque são instituições que prezam pelo ensino público de qualidade e apresentam avaliações positivas no cenário educacional, conforme já frisamos na Introdução deste trabalho.

No entanto, o entusiasmo pela aprovação, cedeu lugar, depois de alguns meses do ingresso do estudante, a uma situação desconfortável e preocupante: a desmotivação para frequentar às aulas. O que aconteceu neste curto percurso acadêmico? O que gerou descontentamento? Quais fatores contribuíram para a evasão? Por que a motivação inicial não foi mantida? Neste mar de perguntas que atingiu nossas mentes e a de muitas pessoas que enfrentam esta mesma situação, que surgiu a motivação para pesquisar esta temática.

Da motivação inicial ao processo de construção do Projeto de Pesquisa e, posteriormente a aprovação pelos comitês de ética do IF Sertão-PE, CAAE 14400619.8.0000.8052 e do IFBA, CAAE 14400619.8.3001.5031, muitos sentimentos foram experimentados. A cada livro lido, artigo e outras publicações acadêmicas frequentadas para a composição do referencial teórico foi-nos revelado a complexidade que permeia os estudos sobre evasão; a começar pelo conceito até a variedade de fatores que culminam no processo de saída da instituição de origem. Mas, nesta viagem de subterfúgio do estudante, que traz influências do contexto individual, institucional e externo à instituição, compreendemos que a melhor forma de trabalhar com esta fuga, é a prevenção.

Após a aprovação do projeto pelos comitês de ética, fizemos visitas ao IFBA – *Campus* Paulo Afonso, com o intuito de captar as informações necessárias para o prosseguimento da pesquisa. Encaminhamos um Ofício a CORES, solicitando a listagem de alunos evadidos no *Campus*, no recorte temporal que havíamos escolhido, também entregamos um outro Ofício ao Diretor do *Campus*, ocasião que foi solicitado a listagem com o nome e e-mail institucional de professores e técnicos administrativos para envio de convites para participar da pesquisa. Após o repasse das informações solicitadas, iniciamos o processo de coleta de dados.

Nos próximos parágrafos, vamos conhecer melhor como foram abordados os sujeitos participantes deste estudo e os resultados das informações coletadas por meio do questionário e entrevista. Vamos iniciar esta apresentação pelos alunos, já que estes, quantitativamente falando, compuseram o maior número de investigados. Logo após, prosseguiremos com a apresentação da investigação realizada com os professores, equipe multidisciplinar e gestor do *Campus*.

6.2 Aplicação do questionário com os alunos evadidos

Para contatar os alunos e alunas, requeremos à CORES - Coordenação de Registros Escolares, a listagem dos discentes evadidos dos cursos integrados de Eletromecânica, Biocombustível e Informática, do IFBA – *Campus* Paulo Afonso – BA, dos anos de 2015 a 2018, conforme já explicitado na metodologia deste estudo. Fez-se necessária essa solicitação para podermos atingir os objetivos um e dois desta pesquisa, a saber: “analisar as causas da evasão nos cursos técnicos do IFBA – modalidade integrada [...]” e “Traçar o perfil dos estudantes evadidos”.

O contato com os alunos deu-se por meio de ligações para o telefone residencial ou celular, *WhatsApp*, SMS e, também por e-mail. Não conseguimos contatar todos os alunos, pois muitos haviam mudado o telefone ou o e-mail não estava correto, o que impossibilitou o contato. Sendo assim, é relevante que as instituições de ensino promovam atualização cadastral dos alunos, sempre que possível, uma vez que, informações que dependam de evadidos ou egressos, por exemplo, terão um alcance maior por parte dos pesquisadores.

No entanto, para aqueles que os números se encontravam válidos, destacamos a importância da pesquisa e, conseqüentemente, a relevância em participar, mas sempre pautando pela ética, deixando claro que, a participação era voluntária. Os referidos alunos expressaram sua opinião através de um questionário eletrônico (Apêndice C) desenvolvido no *Google Forms*, conforme já sinalizado na metodologia deste trabalho. Juntamente com este, foi enviado o TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) com as informações inerentes a pesquisa, riscos e benefícios da mesma e aspectos éticos. O envio do questionário utilizando esta ferramenta do *Google* foi avaliado positivamente, pois o mesmo apresentou fácil manuseio e também organização na geração dos dados coletados. No total, participaram 42 (quarenta e dois alunos e alunas) da pesquisa. Sendo 17 (dezessete) do curso de Informática, 16 (dezesseis) de Eletromecânica e 09 (nove) do curso de Biocombustíveis.

Para uma melhor compreensão, elaboramos a tabela abaixo que detalha o real alcance da pesquisa. Esta expressa o número de questionários enviados, os que foram devolvidos, o número de alunos que não conseguimos contatar e, ainda, aqueles que foram excluídos da pesquisa porque não faziam parte do recorte temporal delineado para este trabalho, conforme pode ser notado na tabela a seguir.

Tabela 2: Alcance da Pesquisa com os alunos evadidos do IFBA

Curso	Questionários Enviados	Questionários Devolvidos	⁴ Problema com o contato	⁵ Excluídos
Informática	30	17	21	6
Eletromecânica	18	16	21	9
Biocombustíveis	31	9	27	7
Total	79	42	69	22

Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

De acordo com os dados apresentados na tabela 2, a taxa de retorno dos questionários foi a seguinte: curso de Informática (56,66%), Eletromecânica (88,88%) e Biocombustíveis (29,03%). Consideramos que o percentual de alunos que retornaram os questionários dos cursos de Informática e Eletromecânica foi bastante positivo, com taxa acima de 50%. Já o curso de Biocombustíveis, teve uma taxa de devolução mais baixa, conforme vimos no parágrafo acima.

Após essa análise do alcance da pesquisa com os alunos, iremos abordar como se deu o contato com os professores, equipe multidisciplinar e gestor, conforme detalhamento a seguir.

6.3 Aplicação da entrevista *on-line* com os professores, equipe multidisciplinar e gestor

A aplicação da entrevista *on-line* com os professores, equipe multidisciplinar e gestor do IFBA, *Campus* Paulo Afonso, foi através do e-mail institucional. Juntamente com a entrevista (Apêndices D, E e F), enviamos o TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B).

Para conseguirmos os contatos, elaboramos um Ofício direcionado ao gestor da instituição, solicitando a relação dos professores dos cursos técnicos de Informática, Eletromecânica e Biocombustíveis - modalidade integrada, equipe multidisciplinar e diretor do *Campus*. De posse dos dados, enviamos o roteiro da entrevista para 28 (vinte e oito) professores do *Campus*, englobando os três cursos técnicos. Como o retorno foi baixo, reenviamos para os *e-mails* informados e reforçamos a importância da participação na pesquisa.

⁴ Número de alunos que não conseguimos contatar devido alterações nos números de telefone ou não resposta ao e-mail;

⁵ Número de alunos que não faziam parte do recorte temporal da pesquisa (2015 a 2018).

No entanto, mesmo fazendo o reenvio, o *feedback* foi baixo. Assim, decidimos ir ao *Campus* mais uma vez e solicitar apoio ao gestor. Para este, solicitamos que repassasse para os coordenadores dos cursos ou para os professores, como também para a equipe multidisciplinar, que havia sido enviado um roteiro de entrevista para o *e-mail* institucional dos mesmos e que a participação destes era muito importante. Aguardamos as respostas e conseguimos o quantitativo expresso na tabela abaixo.

Tabela 3: Alcance da Pesquisa com os professores, técnicos e gestor do IFBA

Servidores	Entrevistas Enviadas	Entrevistas Devolvidas
Professores	28	3
Equipe Multidisciplinar	7	1
Diretor	1	1
Total	36	5

Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

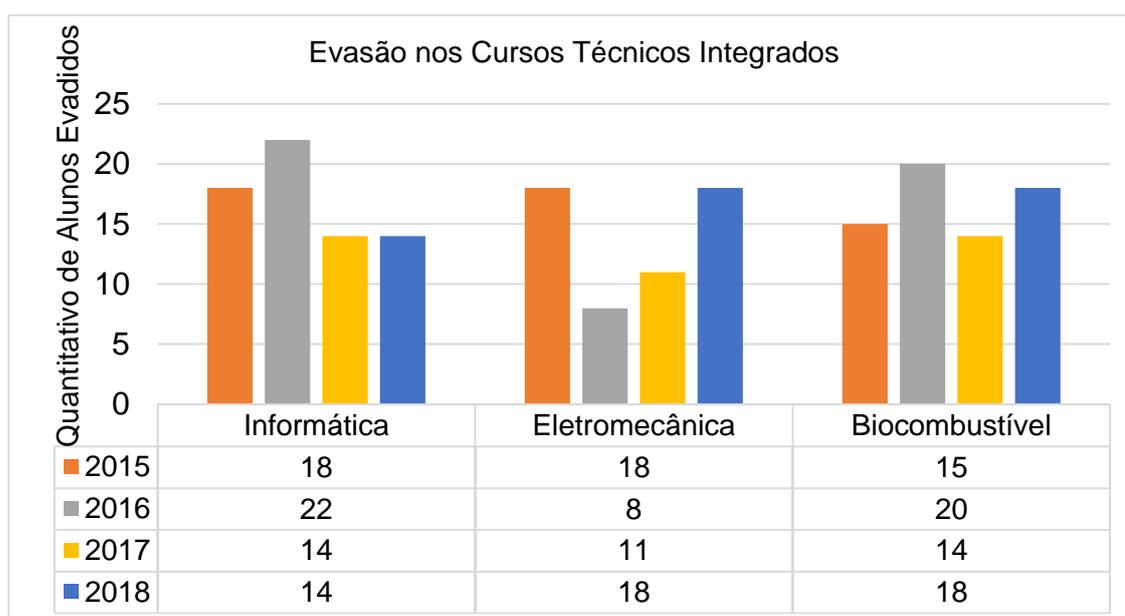
Como podemos perceber pelos dados da tabela 3, a taxa de retorno foi baixa, mesmo com os esforços que fizemos. No que tange aos professores tivemos uma taxa de retorno de 10,71%, para a equipe multidisciplinar foi de 14,28% e para o diretor 100%. O roteiro de entrevista para este segundo grupo também foi desenvolvido no *Google Forms* e enviado para os mesmos por meio da geração de um *link*. Depois desta apresentação da forma de captação dos dados e alcance da pesquisa, partiremos, agora, para revelação do panorama da evasão no IFBA, *Campus* Paulo Afonso a partir das informações coletadas.

6.4 Retrato da evasão no IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - *Campus* Paulo Afonso

Qual o panorama da evasão nos cursos técnicos integrados do IFBA – *Campus* Paulo Afonso? Essa pergunta vamos responder, inicialmente, através de um gráfico e uma tabela, elaborados a partir dos dados repassados pela CORES do instituto em análise. Após essas apreciações, prosseguiremos entendendo a evasão no *Campus*, por meio das análises dos discursos dos participantes. Agora, seguem as primeiras interpretações.

O gráfico 3, a seguir, demonstra o quantitativo de alunos evadidos por ano e em conformidade com o curso. Já a tabela, revela a quantidade de estudantes que desistiu dos cursos de acordo com o motivo do desligamento, a saber: reprovação por falta, cancelamento/transferência/não renovação de matrícula, não entrega de relatório de estágio/TCC. Vamos iniciar as análises com o gráfico.

⁶Gráfico 3: Evasão nos Cursos Técnicos Integrados de Informática, Eletromecânica e Biocombustível



Fonte: CORES
Elaborado pela autora, 2020

Em conformidade com o gráfico 3, percebemos que o curso que teve o maior número de evadidos, somando-se os quatro anos, foi o de Informática, com 68 (sessenta e oito) alunos desistentes, na sequência, o de Biocombustíveis, com 67 (sessenta e sete) alunos e, por último, o curso de Eletromecânica com 54 (cinquenta e quatro) alunos.

Ao analisarmos os dados dos dois últimos anos, inferimos que a evasão aumentou em dois cursos: o de Eletromecânica, houve um aumento de 2017 para 2018 de 63,63% e o de Biocombustíveis, progrediu 28,57%. Já o curso de Informática permaneceu estável nestes dois últimos anos. Os dados analisados, nesses dois últimos anos, nos fazem refletir o quão é relevante adotar medidas preventivas para que os índices de evasão venham a decrescer e, assim, instituição

⁶ Na listagem repassada pela CORES, também havia o quantitativo de alunos e alunas evadidos no ano de 2019, mas descartamos estes por não fazer parte do recorte temporal da pesquisa. Os números expressos neste gráfico consideram várias entradas de alunos no IFBA, *Campus Paulo Afonso*, que vão de 2011 a 2018.

e alunos tenham maior êxito. Após análise do gráfico acima, segue a tabela contendo o quantitativo de alunos de acordo com o motivo do desligamento do curso e ano ocorrido, conforme exposto na tabela 4 a seguir.

Tabela 4: Evasão no IFBA de acordo com o motivo de desligamento

INFORMÁTICA	Motivo do Desligamento	2015	2016	2017	2018	Total
	Reprovação por falta	10	4	8	7	29
	Cancelamento/Transferência/Não renovação de matrícula	8	18	6	5	37
	Não entrega de Relatório de Estágio/TCC	0	0	0	2	2
ELETROMECAÂNICA	Motivo do Desligamento	2015	2016	2017	2018	Total
	Reprovação por falta	11	5	5	5	26
	Cancelamento/Transferência/Não renovação de matrícula	7	3	3	10	23
	Não entrega de Relatório de Estágio/TCC	0	0	3	3	6
BIOCOMBUSTÍVEIS	Motivo do Desligamento	2015	2016	2017	2018	Total
	Reprovação por falta	7	12	7	5	31
	Cancelamento/Transferência/Não renovação de matrícula	8	8	2	9	27
	Não entrega de Relatório de Estágio/TCC	0	0	5	4	9

Fonte: CORES
Elaborado pela autora, 2020

Examinando os dados da tabela 4, nota-se que, no curso de Informática, o cancelamento/transferência/não renovação de matrícula, foi o principal motivo do desligamento, correspondendo a 54%. A reprovação por falta, por sua vez, englobou 42% e, a não entrega de relatório de estágio/TCC, apareceu neste curso com o percentual de 4%; já no curso de Eletromecânica, a reprovação por falta foi responsável por 47,27%, depois tivemos o cancelamento/transferência/não renovação de matrícula com 41,81% e, por último, não entrega de relatório de estágio/TCC com 10,92%; destacando agora o curso de Biocombustíveis, notamos a mesma tendência do curso de Eletromecânica: com a reprovação por falta aparecendo como primeira motivação, 46,26%, depois vem cancelamento/transferência/não renovação de matrícula, com 40,29% e, por último, a não entrega de relatório de estágio/TCC com 13,45%.

Pelos dados revelados na tabela 4, a reprovação por falta foi o principal motivo de desligamento dos estudantes em dois cursos: o de Eletromecânica e o de Biocombustíveis. O que influenciou estes alunos a se ausentarem das aulas? Foi dificuldade financeira? Desmotivação com o curso? Aprendizagem insatisfatória? Dificuldade em conciliar trabalho e estudo...? Assim, procurar conhecer as motivações para esta fuga, acompanhar a infrequência do aluno no cotidiano escolar, perceber de fato este aluno, é fundamental para tentar minimizar os números da evasão ou evitá-los. Como afirma Rumberger (2011), a intervenção realizada de forma precoce pode ser a forma mais econômica e poderosa para prevenir o abandono escolar.

Após estas considerações introdutórias acerca do retrato da evasão no IFBA, *Campus* Paulo Afonso, vamos analisar o questionário aplicado com os estudantes evadidos do IFECT investigado.

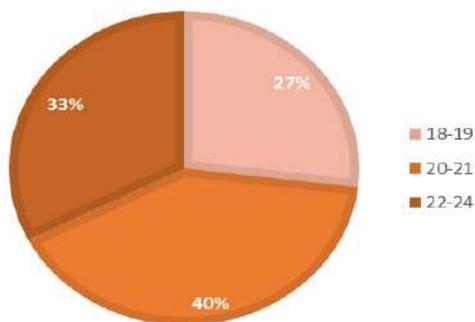
6.5 Caracterização do perfil do aluno evadido

6.5.1 Idade

Em conformidade com os dados coletados, a maior parte dos respondentes, tinha entre 20 e 21 anos de idade (40%), os que tinham entre 22 a 24 totalizaram 33% e aqueles entre 18 e 19 anos, representaram 27% dos pesquisados. Ainda de acordo com as informações analisadas, especificamente para 50% dos alunos, a evasão escolar ocorreu ainda no primeiro ano do curso. Este dado dialoga com a visão de Machado (2009, p. 51) que diz: “Há alunos que desistem logo nas primeiras semanas de aulas e ainda outros que permanecem por um ou dois anos na escola, mas acabam por desistir e voltam à sua origem [...]”.

O gráfico 4 revela a faixa etária dos respondentes.

Gráfico 4 – Faixa etária

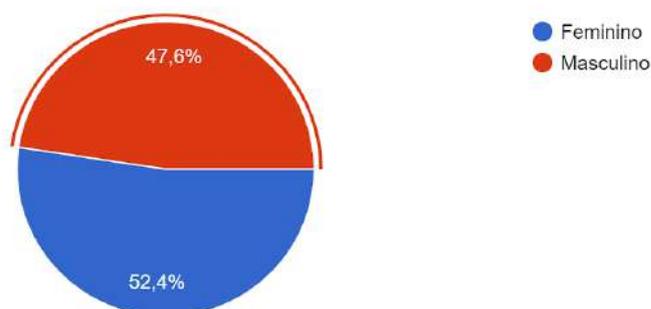


Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

6.5.2 Gênero

Os estudantes que evadiram, em sua maioria, declararam pertencer ao sexo feminino, o que correspondeu a 52,4% dos pesquisados. Historicamente, sabemos das discrepâncias envolvidas na educação para homens e mulheres. Elas não tinham o direito de estudar, cabendo apenas serem instruídas para atividades do lar. De acordo com (LOURO,2001 apud BARROS; MOURÃO,2018), mesmo quando as mulheres conseguiram serem inseridas nas escolas, este processo não foi o mesmo para todas, pois aquelas das classes mais baixas tiveram dificuldades para estudar devido terem responsabilidades extras, como cuidar das atividades domésticas, agrícolas e também cuidar dos membros da família. Já para aquelas que pertenciam as famílias mais nobres, era focalizado o ensino da leitura, escrita, noções de matemática, piano e ensino religioso. Assim, provavelmente para estas da primeira categoria, a evasão escolar era quase uma certeza. Ainda relacionado a este contexto, (STEARNS; GLENNIE 2006 apud FIGUEIREDO, 2014, p. 39), concluem: “estudantes do sexo feminino e estudantes não pertencentes à raça branca, tem maior tendência a deixar a escola por responsabilidades familiares [...]”. Então, percebemos que os velhos problemas ainda se fazem presentes. Portanto, um olhar atento e ações mais pontuais voltadas para esta categoria, podem ser válidas para evitar a fuga dessas meninas da escola. O gráfico 5, a seguir, demonstra a participação na pesquisa de acordo com o gênero.

Gráfico 5 – Gênero

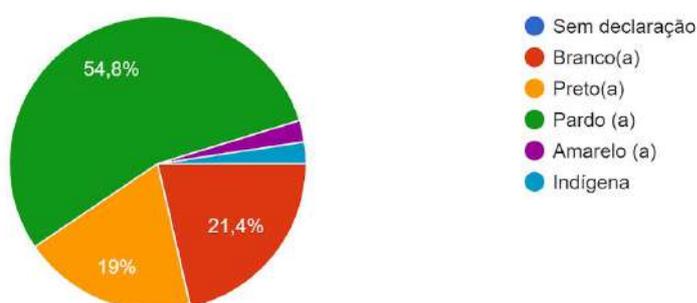


Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

6.5.3 Cor/raça

Indagamos também acerca da raça/cor que os respondentes se declaravam. De acordo com as respostas obtidas, a maior parte dos ex-alunos (54,8%) se declarou como pardos, 21,4% brancos, 19% pretos e 2,4% se declararam indígena e amarelo. A Síntese de Indicadores Sociais 2019 também traz informações importantes no que tange a este aspecto. De acordo com os dados publicados entre os jovens de 15 a 17 anos, os pretos e pardos, representados pelos percentuais de (8,4%), evadem mais do que aqueles que se declaram brancos, que aparecem com a porcentagem de 6,1%). (IBGE, 2019).

Gráfico 6 – Cor/Raça

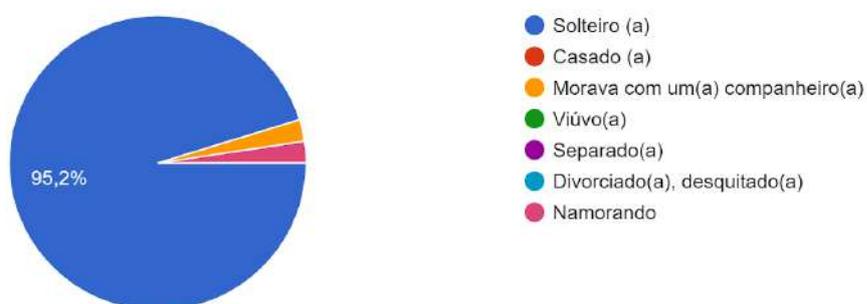


Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

6.5.4 Estado civil

Perguntamos, ainda, acerca do estado civil dos ex-alunos e as repostas demonstraram que 95,2% dos participantes se declararam solteiro (a). Já 2,4% declararam que moravam com um (a) companheiro (a) ou namorando, como explicitado no gráfico 7 que segue.

Gráfico 7 – Estado Civil

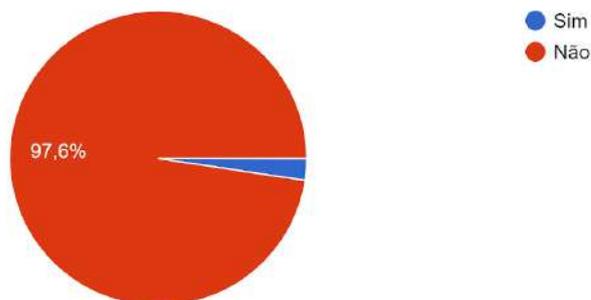


Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

6.5.5 Filhos

Como última pergunta para fechar essa primeira etapa da caracterização do perfil, indagamos aos participantes se tinham filhos. Apenas 01(um) respondente, afirmou ter filho. Assim, 97,6% não tinham filhos na época que estudavam, conforme demonstração a seguir.

Gráfico 8 – Filhos



Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

Após o levantamento das características individuais do estudante, iremos apresentar o percurso escolar deste, conforme análise abaixo realizada.

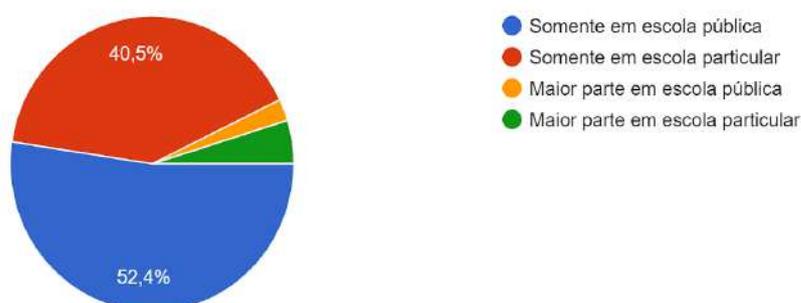
6.6 Percurso escolar do estudante

6.6.1 Tipo de instituição que cursou o ensino fundamental

No questionário, perguntamos aos ex-alunos acerca do tipo de instituição que frequentaram à época do ensino fundamental. De acordo com as respostas, a maioria fez o ensino fundamental somente na escola pública, especificamente, 52,4% destes. Já 40,5% dos respondentes cursaram o ensino fundamental somente em escola particular. Em seguida, tivemos 4,8% que declararam ter realizado ensino fundamental a maior parte em escola particular. Por último, 2,4% disseram ter realizado este segmento de estudo a maior parte em escola pública.

As vagas nos processos seletivos para os cursos técnicos do IFBA são preenchidas do seguinte modo: 50% para estudantes de escolas públicas, 45% para alunos oriundos da rede particular e 5% para os candidatos que apresentarem alguma deficiência. Podemos inferir de acordo com os dados coletados que o discente oriundo das escolas públicas, foram mais propensos a evadir que aqueles que vieram da rede particular. Assim, é mais um dado observado que pode colaborar com a instituição para o direcionamento de ações preventivas da evasão. Os dados agora tratados podem ser vistos no gráfico 9.

Gráfico 9 – Realização do ensino fundamental

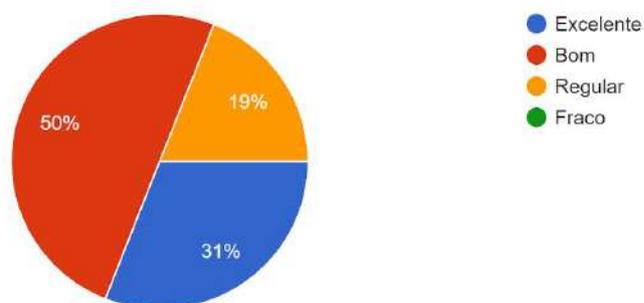


Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora,2020

6.6.2 Desempenho no ensino fundamental

Os participantes desta pesquisa, 50% deles, consideraram que o desempenho no ensino fundamental foi bom. Já para 31%, a trajetória escolar nesta etapa analisada foi considerada excelente. Tivemos também 19% que apontaram o desempenho no ensino fundamental como regular, conforme visualiza-se no gráfico seguinte. Entendemos que é muito relevante conhecer o percurso escolar do aluno ingressante na instituição e analisar como foi o desempenho deste na etapa anterior de ensino, quais são as fragilidades e potencialidades que carrega. A partir deste diagnóstico, o direcionamento de metas para melhorar ou potencializar a aprendizagem pode ser mais eficaz e isso também pode contribuir com uma maior permanência do estudante na instituição.

Gráfico 10 – Desempenho no Ensino Fundamental



Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora,2020

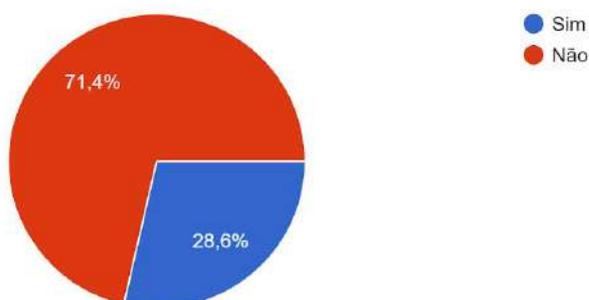
6.6.3 Lacuna entre o fim do ensino fundamental II e ingresso no técnico integrado

Elaboramos também uma pergunta acerca da distância temporal entre o fim do ensino fundamental II e início o ensino médio técnico para os ex-alunos. As respostas contabilizaram os seguintes percentuais: 71,4% afirmaram que deram

continuidade nos estudos assim que terminaram o ensino fundamental II e 28,6% ficaram sem estudar neste íterim das etapas.

Indagamos também por quanto estes alunos ficaram sem estudar e, de acordo com as respostas, eles permaneceram sem contato com a escola em média 6 meses. O gráfico 11 revela os percentuais agora discutidos.

Gráfico 11 – Lacuna entre o fim do ensino médio fundamental II e ingresso no médio integrado

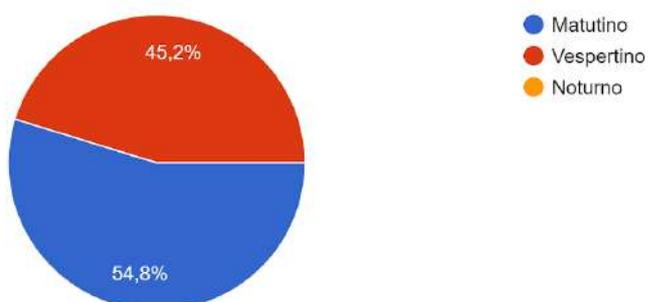


Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

6.6.4 Turno que cursou o médio integrado

A respeito do horário que os alunos frequentavam os cursos, a maior parte (54,8%) revelou estudar pela manhã e o restante (45,2%) no turno vespertino, conforme exposto no gráfico 12 a seguir.

Gráfico 12 – Turno que cursou o ensino médio



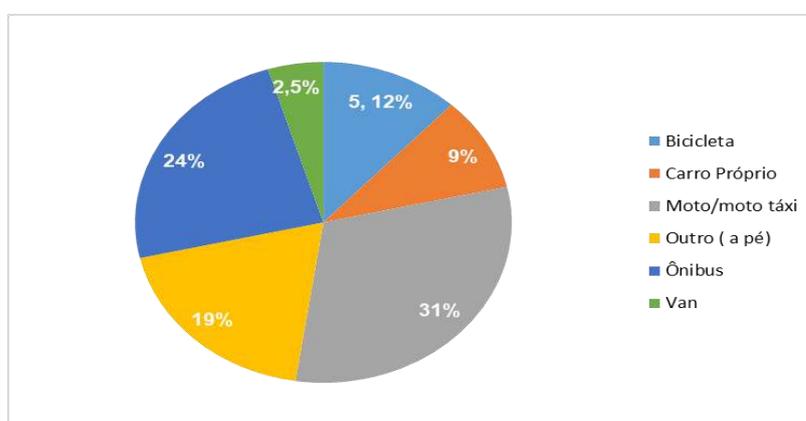
Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

6.6.5 Meio de transporte utilizado e despesas originárias deste

Em conformidade com as respostas, tivemos os seguintes meios de transportes utilizados para o deslocamento até o IFBA: 31% usavam moto, 24% ônibus, 19% a pé, 9% carro próprio, 5,12% bicicleta e 2,5% utilizavam van. Ainda relacionado ao transporte, indagamos se as despesas com este foram elevadas. As respostas indicaram que, para a maioria (57,1%), as despesas não foram consideradas altas, já para 42,9% dos respondentes, o gasto com transporte foi alto.

Averiguar o meio de transporte utilizado pelo discente para chegar à instituição, é fundamental para entender se este está sendo um empecilho, um fator que pode motivar uma futura evasão. Desse modo, acreditamos que uma sondagem realizada no ato do ingresso do aluno, pode ser eficaz na prevenção da evasão. Assim, também, como o fomento de acordos e parcerias com o estado ou município para apoiar o transporte para o instituto. Ainda, a gestão pode buscar outras alternativas para o acesso ao *Campus*.

Gráfico 13 – Meio de Transporte



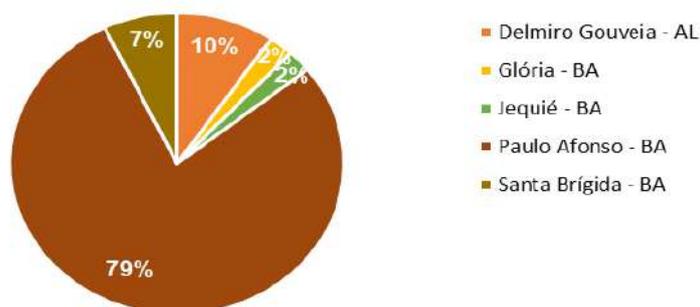
Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

6.6.6 Cidade

Os alunos evadidos do IFBA, a maior parte deles, residia na cidade sede do instituto, Paulo Afonso, representando um percentual de 79%. Havia também alunos de Delmiro Gouveia – AL (10%), Santa Brígida – BA (7%) e Glória e Jequié – BA, com 2% cada uma. Os percentuais agora revelados podem ser conferidos no gráfico

14, o qual revela como o *Campus* é importante, não somente para os estudantes da cidade de Paulo Afonso, mas também para outros que residem em outras localidades nas proximidades, como Delmiro Gouveia, Santa Brígida e Glória e até mais distante, como Jequié.

Gráfico 14 – Cidade

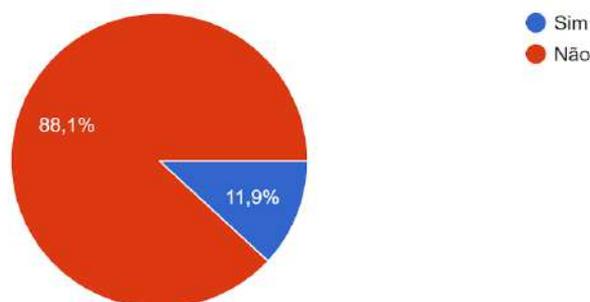


Fonte: Dados da Pesquisa,
Elaborado pela autora, 2020

6.6.7 Percepção da evasão no *Campus*

Elaboramos também uma questão acerca de da percepção antecipada em relação à evasão no instituto, ou seja, se antes de evadir o/a estudante foi procurado por alguma assistência educacional. As respostas revelaram um alto percentual dessa não percepção, ou seja, 88,1% dos respondentes afirmaram que não foram procurados por nenhuma assistência educacional antes de tomar a atitude de evadir. Os 11,9% restantes disseram que sim, que foram contatados.

Assim, os percentuais apresentados exibiram que a percepção dos alunos que mostraram riscos de evadir, como por exemplo, aqueles que apresentaram faltas sucessivas, não ocorreu de forma profícua no instituto, revelando assim, que deve haver uma maior efetividade, quanto a este aspecto. Entretanto, uma visão mais completa das ações existentes de combate à evasão no *Campus*, vamos verificar quando analisarmos o roteiro de entrevista aplicado com o gestor, professore e técnicos. Essa é apenas a percepção do corpo discente evadido. O gráfico 15 mostra os percentuais agora discutidos.

Gráfico 15 – Percepção da Evasão no *Campus*

Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

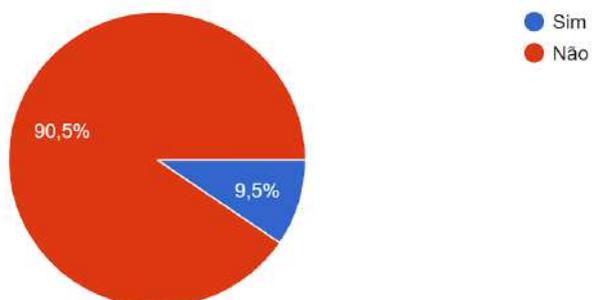
Após estas análises do contexto escolar do estudante, vamos analisar a subseção do envolvimento dos pesquisados com o mundo do trabalho, conforme explicitado a seguir.

6.7 Trabalho e curso técnico

Nesta seção, indagamos para o grupo dos alunos evadidos se os mesmos trabalhavam e, se sim, por quantas horas. Perguntamos, também, se a atividade profissional desenvolvida tinha relação com o curso técnico escolhido e, ainda, para aqueles que trabalhavam, indagamos o porquê dessa necessidade.

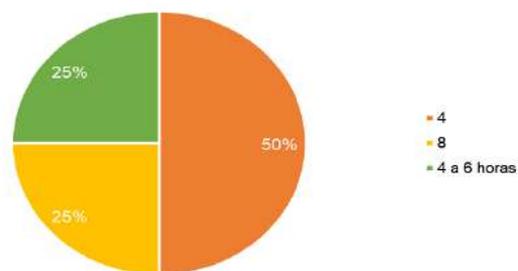
Nas respostas, os seguintes percentuais foram revelados: 90,5% dos alunos responderam que não trabalhavam quando cursavam o técnico integrado e 9,5% disseram que sim, que trabalhavam e estudavam. Destes que afirmaram trabalhar, 50% trabalhavam 4 (quatro) horas por dia, 25% de 4 a 6 horas e o restante, 8 horas diárias. Ainda relacionado a estes que trabalhavam, (0%) desenvolvia trabalhos na área do curso escolhido e responderam que a necessidade de trabalhar era para poder pagar as despesas com o curso técnico (2,4%), para ter o próprio dinheiro (2,4%), para contribuir com as despesas da família (2,4%) e para sustentar a família. (2,4%). Os dados agora mencionados podem ser visualizados nos gráficos 16 ao 19.

Gráfico 16 – Trabalho



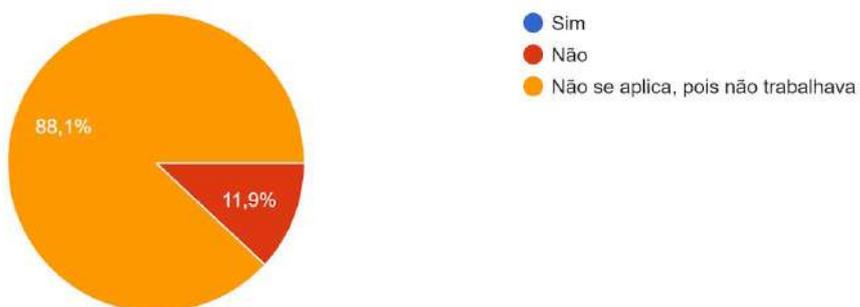
Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

Gráfico 17 – Horas trabalhadas



Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

Gráfico 18 – Relação com o curso



Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

Gráfico 19 – Motivo de trabalhar



Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

Após as análises acima, vamos para a próxima subseção que tratará acerca do contexto familiar do estudante, conforme exposto a seguir.

6.8 Contexto familiar do estudante

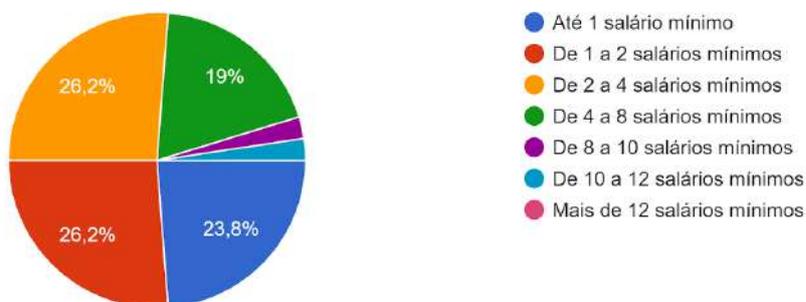
Qual o perfil da família dos alunos e alunas que desistiram dos cursos? Procurar conhecer aspectos relacionados à família é muito relevante, pois permite que a instituição trace um perfil mais completo dos estudantes evadidos e também o planejamento de ações preventivas pode ser mais eficiente. Nesta perspectiva, trazemos as reflexões de Dore e Lüscher (2011, p. 776) que abordam:

Na perspectiva do indivíduo, o *background* familiar (nível educacional dos pais, renda familiar e estrutura da família) é, reconhecidamente, o mais importante fator isolado para o sucesso ou para o fracasso do estudante em algum ponto de seu percurso escolar.

Assim, realmente confirmamos que conhecer este contexto é bem pertinente para uma análise mais abrangente dos fatores influenciadores da evasão.

A primeira pergunta deste setor analisado, foi referente à composição da renda da família. As respostas foram as seguintes: 26,2% disseram que a renda família era de 1 a 2 salários mínimos, em igual percentual (26,2%) responderam que a renda era de 2 a 4 salários mínimos, já 23,8% dos ex-estudantes, afirmaram que as famílias recebiam até 1 salário mínimo. Tivemos também famílias que recebiam de 4 a 8 salários mínimos, estas com percentual de 19% e, ainda, os que responderam haver famílias que recebiam de 8 a 10 e de 10 a 12 salários mínimos, estes respondentes contabilizaram 2,4% dos pesquisados.

Gráfico 20 – Composição da renda familiar



Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

Pelo gráfico 20, podemos concluir que metade dos estudantes que responderam à pesquisa, pertenciam às famílias classificadas como sendo de baixa renda, às quais são aquelas que recebem até três salários mínimos de renda mensal.

Indagamos também sobre quem era o responsável financeiro pela família. A maior parte dos investigados (71,2%) disse que eram os pais. Para o restante, as seguintes respostas foram contabilizadas: mãe (7,2%), irmãos, avós e mãe, avó (4,8%) cada um desses, eu e outras pessoas, somente eu, somente o pai (2,4%) cada um.

6.8.1 Moradia, computador e acesso à *internet*

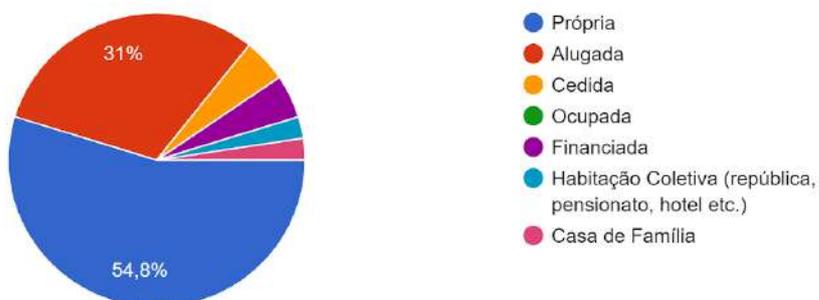
Relacionado à moradia, a maioria (54,8%) respondeu que morava em casa própria, 31% afirmaram que a residência era alugada, 4,8% disseram que a casa era financiada. Com o mesmo percentual (4,8%), apareceram os que disseram morar em casa cedida, e, o restante, abordaram que moravam em habilitação coletiva (república, pensão, hotel etc) e casa de família.

Perguntamos, também, se os estudantes possuíam computador em casa. Os resultados apontaram que 83,3% dos alunos tinham computador em suas residências e 16,7% afirmaram não dispor deste equipamento.

Quanto o acesso à *internet*, perguntamos de que local eles acessavam. Os respondentes disseram, em sua maioria, que acessavam à *internet* em suas residências (88,1%), para 9,5% o acesso ocorria na escola e apenas 1 entrevistado

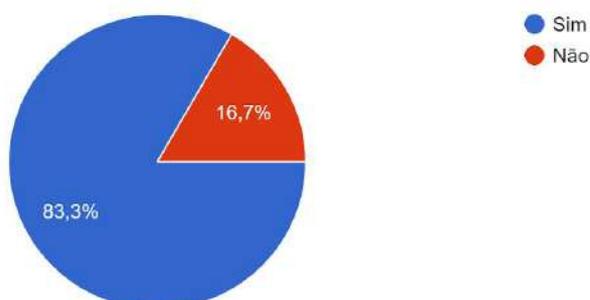
(2,4%) afirmou não ter acesso à *internet*. Os percentuais dessas categorias agora descritas podem ser visualizados nos gráficos 21 ao 23.

Gráfico 21 – Moradia



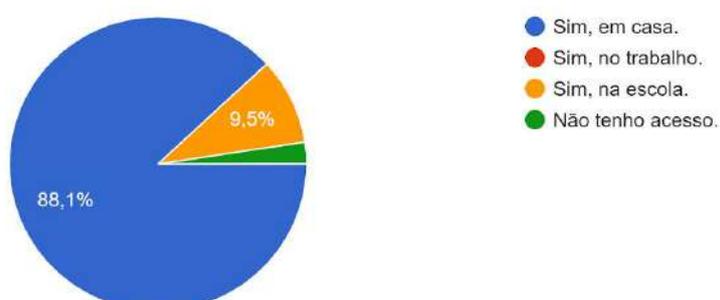
Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

Gráfico 22 – Computador na residência



Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

Gráfico 23 – Acesso à internet

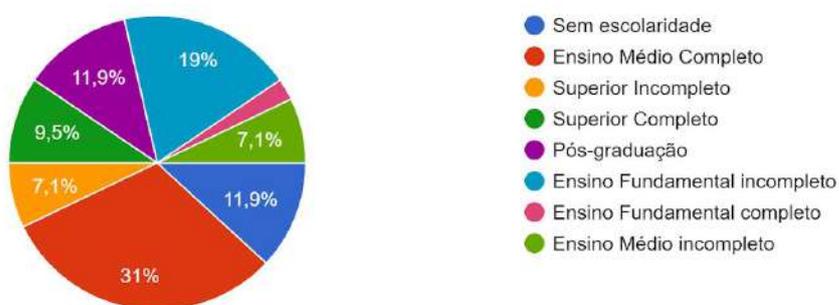


Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

6.8.2 Grau de escolaridades dos pais

Para concluir esta etapa do perfil do aluno evadido, perguntamos qual o grau de estudo do pai, mãe, padrasto ou madrasta. As respostas mostraram percentuais variados, desde os que declararam terem pais sem escolaridade à pós-graduação. Percebemos também, nas análises, que as mães ou madrastas possuíam um grau de escolaridade maior que os pais ou padrastos, conforme podemos notar nos gráficos oriundos da pesquisa.

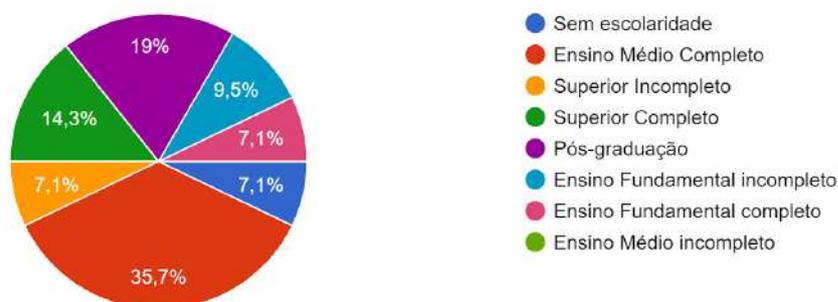
Gráfico 24: Grau de escolaridade do pai ou padrasto



Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

Os percentuais revelados apontaram que 31% dos estudantes declararam terem pais ou padrastos com ensino médio completo, 19% possuíam o ensino fundamental incompleto, sem escolaridade ou com pós-graduação apareceram na mesma proporção (11,9%), aqueles que tinham o superior completo somaram 9,5%, os que apareceram com superior incompleto e ensino médio incompleto somaram 7,1% cada um destes e com ensino fundamental completo apenas 1 respondente declarou essa categoria, ou seja, 2,4%.

Gráfico 25: Grau de escolaridade da mãe ou madrasta



Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

Quanto à escolaridade das mães ou madrastas, também notamos um gráfico bastante diverso, o que demonstra que o acesso à educação não foi igualitário para todas. Assim como no gráfico analisado anteriormente, neste, também há desde mães sem escolaridade até aquelas que conseguiram avançar e alcançar o nível superior. Então, o gráfico foi assim representado: 35,7% afirmaram terem mães ou madrastas com ensino médio completo, 19% com pós-graduação, 14,3% alcançaram o nível superior completo, 9,5% com ensino fundamental incompleto e com os percentuais de 7,1% cada, tivemos: superior incompleto, sem escolaridade e ensino fundamental completo.

Finalizada esta etapa da caracterização do perfil do aluno evadido, vamos analisar, agora, os fatores que influenciaram à evasão dos alunos e alunas do *Campus* investigado. Estes serão apresentados em três contextos, a saber: individual, interno e externo à instituição. Continuemos, então.

6.9 Análise dos fatores influenciadores da evasão no contexto do *Campus* Paulo Afonso

Conforme vimos no capítulo acerca da evasão escolar desta pesquisa, em que apresentamos os estudos de Tinto (1975; 1993) e Rumberger (2011), a evasão está associada a uma gama de fatores, que podem ser oriundos do plano individual, do institucional ou do contexto externo. Ainda compreendemos com Tinto (1975), que analisar os fatores de pré-entrada estudantil é de suma importância para detectar problemas relacionados à evasão, como fizemos através do questionário

aplicados com os estudantes evadidos, em que, dentre outras nuances, foi-nos revelado o contexto familiar e aspectos relacionados à escolaridade anterior dos mesmos. Este autor (TINTO, 1975) também enfatizou que o estudante que tem uma boa integração acadêmica e social na instituição terá maiores oportunidades de concluir o curso.

Também refletimos com Rumberger (2011), que analisar os fatores individuais e institucionais nos quais os estudantes estão inseridos é de suma importância para entender o porquê ocorre à evasão escolar, pois as consequências decorrentes deste problema são graves.

Realizada esta breve recapitulação acerca da evasão escolar, vamos analisar, agora, quais foram os principais fatores individuais que influenciaram a saída do aluno da instituição em comento. Após, analisaremos os fatores internos e, por último, os fatores externos à instituição.

Para cada fator analisado, elaboramos uma tabela no *Excel* em que constam a frequência absoluta, a porcentagem das respostas de acordo com a grade utilizada na escala de x , os cálculos da mediana e ⁷moda, conforme já sinalizado na metodologia desta pesquisa. Os mesmos cálculos foram realizados nas tabelas que serão analisadas posteriormente.

Nas análises dos dados da tabela, focamos os fatores que apresentam os maiores percentuais de respostas para o segmento “concordo totalmente” e também aqueles com porcentagem acima de 20% para também estas categorias marcadas com a disposição “concordo totalmente”. Desse modo, vamos englobar um número maior de análises, ampliando, assim, o leque de investigação.

Abaixo, seguem as tabelas e as inferências realizadas por meio desta.

⁷ Para referenciar os valores da mediana e moda, atribuímos a seguinte numeração: 1 concordo totalmente, 2 concordo parcialmente, 3 não concordo, nem discordo, 4 discordo parcialmente e 5 discordo totalmente. Assim, por exemplo, se o maior número de alunos marcou a opção discordo totalmente, a moda será 5.

6.9.1 Análise dos fatores individuais

Tabela 5: A evasão segundo os fatores individuais

	Frequência Absoluta/Percentual (%)						Mediana	Moda
	Fatores Individuais							
	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Não Concordo, nem discordo	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente			
Não me identifiquei com o curso	9(21,4)	12(28,6)	2(4,7)	5(11,9)	14(33,3)	2,5	5	
Não analisei o curso antes de me inscrever	8(19,4)	11(26,1)	2(4,7)	8(19,4)	13(30,9)	4	5	
Não tinha os conhecimentos básicos que o curso exigia	8(19,4)	8(19,4)	5(11,9)	2(4,7)	19(45,2)	3,5	5	
Faltava tempo para revisar os assuntos	6(14,2)	11(26,1)	6(14,2)	6(14,2)	13(30,9)	3	5	
Apresentava dificuldade na aprendizagem	9(21,4)	10(23,8)	1(3,8)	6(14,2)	16(38,0)	4	5	
Reprovação em disciplinas	10(23,81)	11(26,19)	4(9,52)	2(4,76)	15(35,71)	2,5	5	
Chegava muito cansado à instituição	12(28,5)	9(21,4)	3(7,1)	5(11,9)	13(30,9)	2,5	5	
Apresentei dificuldades em conciliar trabalho e estudos	2(4,7)	8(19,4)	0(0)	0(0)	32(76,1)	5	5	
Não tinha com quem deixar meus filhos	2(4,7)	2(4,7)	2(4,7)	0(0)	36(85,6)	5	5	
Apresentei dificuldades em conciliar estudos e trabalhos domésticos	3(7,1)	9(21,4)	0(0)	3(7,1)	27(64,2)	5	5	
Não estava satisfeito com meu rendimento escolar	14(33,3)	8(19,4)	3(7,1)	3(7,1)	14(33,3)	2	1	
Senti-me desmotivado no decorrer do curso	23(54,7)	8(19,4)	3(7,1)	1(2,38)	7(16,6)	1	1	
Ingressei em outro curso	9(21,4)	2(4,7)	1(2,38)	0(0)	30(71,4)	5	5	
Locais de estágio distante	7(16,67)	4(9,52)	11(26,19)	1(2,38)	19(45,24)	5	5	
Sofri algum tipo de discriminação	4(9,5)	2(4,7)	0(0)	2(4,7)	34(80,9)	5	5	
Dificuldade financeira	5(11,9)	10(23,8)	2(4,7)	2(4,7)	23(54,74)	5	5	
Gravidez	0(0)	2(4,7)	0(0)	1(2,38)	39(92,8)	5	5	
Serviço Militar	2(4,7)	1(2,38)	0(0)	1(2,38)	38(90,4)	5	5	
Tive problemas de saúde	5(11,9)	4(9,5)	0(0)	1(2,38)	32(76,1)	5	5	

Problemas de saúde com familiares	3(7,1)	5(11,9)	1(2,38)	4(9,5)	29(69,0)	5	5
-----------------------------------	--------	---------	---------	--------	----------	---	---

Fonte: Dados da Pesquisa
Elaborada pela autora, 2020

Pela tabela 5, visualizamos que os fatores individuais que mais contribuíram para a saída do estudante no *Campus* investigado, considerando as respostas “concordo totalmente”, foram os seguintes: em primeiro lugar aparece a desmotivação no decorrer do curso (54,7%), em segundo, a insatisfação com o rendimento escolar (33,3%), logo após, com a porcentagem de 28,5%, vem a categoria “chegava cansado à instituição”, “reprovação em disciplina” abrange (23,81%) e, com os percentuais de 21,4% respectivamente, aparecem: não identificação com o curso, apresentação de dificuldade na aprendizagem e ingresso em outro curso.

Por que razão o aluno se sente desmotivado em um curso? Uma variedade de fatores pode ter influenciado negativamente para ocorrer a desmotivação e, conseqüentemente, o estudante romper o elo que se tinha com a instituição.

A desmotivação também foi o fator predominante na pesquisa realizada nos cursos técnicos do CEFET – RJ pelos estudiosos Bastos e Gomes (2014). Segundo os autores agora citados, a desmotivação foi citada como causa da evasão por 57,9% dos estudantes investigados.

Machado (2009) apontou como uma das causas para a desmotivação a não-identificação com o curso, conforme a pesquisa que realizou na Escola Agrotécnica de Inconfidentes – MG, ao investigar, dentre outros, o curso de Informática. Segundo a autora, a falta de identificação com o curso provoca a desmotivação do estudante que, por sua vez, é refletida na falta de interesse pelas aulas técnicas. Esse fator (falta de identificação) também foi mencionado pelos estudantes respondentes desta pesquisa, o qual predominou para 21,4%, conforme exposto nos parágrafos acima. Compreendemos, também que o discente que não se identifica com o curso escolhido, colabora para aumentar os índices de outro indicador, o do ingresso em outro curso, já que este também foi sinalizado por 21,4% como “concordo totalmente”. Este ingresso pode estar relacionado a cursos de nível médio como também àqueles de nível superior, já que houve aluno que sinalizou ter evadido porque conseguiu a certificação do ensino médio, foi aprovado no ENEM e ingressou no ensino superior. Essa identificação foi citada no questionário, quando indagamos se havia outros motivos para a evasão.

Ainda destacando acerca da desmotivação, algo também que pode contribuir com esta, é o não preenchimento das expectativas. Ao ingressar em um curso, em

uma instituição, o discente carrega perspectivas que se concentram, inicialmente, de forma positiva, mas se estas expectativas não forem mantidas, continuadas, elas vão ao encontro de outro polo, o da desmotivação. A partir daí, como refletiu Feijó (2009) é concebido um descompromisso no que tange ao processo de ensino-aprendizagem, o que faz gerar danos irreparáveis aos discentes, argumenta o autor.

O segundo maior motivo apontado pelos estudantes como influenciador da evasão foi a “insatisfação com o rendimento escolar” (33,3%). Esse indicador tem forte ligação com outros revelados pelos estudantes: reprovação em disciplina (23,81) e “apresentava dificuldade na aprendizagem”. Isso porque o discente que apresenta aprendizagem deficitária, reflete essa falta de integração acadêmica, conforme Tinto (1975) nomeia, que é visualizada nas notas e no progresso intelectual do aluno. Outro fator que ainda é passível de ligação, que pode influenciar essa insatisfação com rendimento escolar e dificuldade na aprendizagem, é o desempenho que o estudante teve na etapa anterior ao ingresso no curso técnico. Neste quesito, os alunos participantes desta pesquisa, (19%) destes, consideraram que o desempenho no ensino fundamental II foi regular. Assim, como também considera Tinto (1975) analisar os fatores de pré-ingresso estudantil (contexto familiar, atributos individuais e escolaridade anterior) são de suma relevância para perceber elementos que podem contribuir com a não-permanência no ambiente escolar.

Outro indicador mencionado pelos estudantes (28,5%) do total dos respondentes, foi “chegava cansado à instituição”. Este pode ser influenciado pelo trabalho, já que 9,5% dos estudantes afirmaram trabalhar. Também pode estar relacionado à distância entre o IFBA e a residência do aluno, já que 29% dos estudantes sinalizaram residir fora da cidade sede da instituição.

Assim, acreditamos que estes fatores analisados (desde o 2º lugar ao de menor percentual) contribuíram com o fator mais predominante, o da desmotivação durante o curso.

Realizadas estas compreensões dos indicadores referentes aos fatores individuais, vamos para as análises dos fatores institucionais.

6.9.2 Análise dos fatores institucionais

Tabela 6: A evasão segundo os fatores institucionais

	Frequência Absoluta/ Percentual (%)					Mediana	Moda
	Fatores Institucionais						
	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Não Concordo, nem discordo	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente		
Falta de infraestrutura adequada para o curso (sala de aula, laboratórios, biblioteca...)	2(4,7)	10(23,8)	6(14,28)	7(16,66)	17(40,5)	4,00	5
Falta de programa de apoio pedagógico:	3(7,14)	13(30,95)	6(14,28)	2(4,76)	18(42,86)	3,00	5
Monitoria, grupos de estudos, aulas extras etc.	3(7,14)	13(30,95)	5(11,9)	7(16,67)	14(33,33)	3,50	5
Falta de apoio psicológico e de da assistência social	4(9,52)	15(35,71)	4(9,52)	2(4,76)	17(40,48)	3,00	5
Professor (a) desmotivado (a) com o curso	5(11,9)	11(26,19)	8(19,04)	5(11,9)	13(30,95)	3,00	5
Professor (a) muito exigente	19(45,23)	11(26,19)	6(14,28)	1(2,38)	5(11,9)	2,00	1
Falta de professor (a)	3(7,14)	11(26,19)	8(19,05)	6(14,28)	14(33,33)	2,50	2
Professor (a) não revisava os conteúdos	9(21,43)	12(28,57)	5(11,9)	5(11,9)	11(26,19)	3,00	5
Falta de articulação entre teoria e prática	10(23,81)	11(26,19)	7(16,67)	1(2,38)	13(30,95)	2,50	5
Poucas aulas práticas	13(30,95)	13(30,95)	4(9,52)	3(7,14)	9(21,43)	2,00	1
Excesso de disciplinas por módulo	13(30,95)	8(19,05)	5(11,9)	7(16,67)	9(21,42)	2,50	1
Excesso de trabalhos para casa	12(28,57)	10(23,8)	5(11,9)	6(14,28)	9(21,43)	2,00	1

Dificuldades de relacionamento com o professor (a)	7(16,66)	8(19,05)	8(19,05)	2(4,76)	17(40,48)	3,00	5
Dificuldades de relacionamento com os (as) colegas do curso	4(9,52)	8(19,05)	3(7,14)	2(4,8)	25(59,52)	5,00	5
Dificuldades de relacionamento com o (a) coordenador (a) do curso	2(4,76)	8(19,05)	3(7,14)	4(9,52)	25(59,52)	5,00	5
Dificuldades com a metodologia de ensino do professor (a)	12(28,57)	15(35,71)	5(11,9)	4(9,52)	6(14,28)	2,00	2
Falta de promoção de eventos relacionados ao curso	11(26,19)	11(26,19)	4(9,52)	5(11,9)	11(26,19)	2,00	1
Parcerias poucas ou insuficientes da instituição com empresas para estágio	10(23,81))	13(30,95))	9(21,43)	3(7,14)	7(16,67)	2,00	2
Atendimento inadequado para o (a) deficiente(físico, auditivo, visual etc.)	6(14,28)	1(2,38)	9(21,43)	3(7,14)	23(54,76)	5,00	5
Dificuldade de conseguir auxílio e apoio financeiro (bolsa de estudo, auxílio alimentação etc.)	5(11,9)	12(28,57)	4(9,52)	3(7,14)	18(42,86)	3,50	5

Fonte: Dados da pesquisa
Elaborado pela autora,2020

Os fatores relacionados à instituição, seguindo o mesmo parâmetro da análise realizada na tabela anterior, foram os seguintes: com o maior percentual aparece o fator “ professor muito exigente” (45,23%), em segundo aparecem “poucas aulas práticas” e “excesso de disciplina por módulo” com 30,95% cada, em terceiro foram citados “excesso de trabalho para casa” e “dificuldade com a metodologia de ensino do professor” com 28,57% cada e, na sequência, temos a “falta de promoção de eventos relacionados ao curso” (26,19%), “parcerias poucas ou insuficientes da instituição com empresas para estágio com (23,81%), “falta de articulação entre teoria e prática” também com (23,81%) e “professor que não revisava os conteúdos” com (21,43%).

Relacionados mais diretamente à prática pedagógica do professor, ao convívio na sala de aula, podemos agrupar os seguintes fatores: professor muito exigente, excessos de trabalhos para casa, dificuldades com a metodologia, falta de articulação entre teoria e prática e professor que não revisava os conteúdos. Assim, entendemos que refletir acerca das práticas pedagógicas é imprescindível para o desenvolvimento de um trabalho exitoso na sala de aula. Pois, como reflete os autores abaixo:

Os docentes de Ensino Superior e da Educação Profissional necessitam ter clareza de que seu conhecimento deve estar em constante ressignificação, desenvolvendo uma postura de professor transformador que reflete sobre sua prática, questionando, pensando, criticando, buscando soluções, refazendo conceitos. (OLIVEIRA; SILVA,2012, p. 196)

Freire (1996, p.33) também destaca a importância de se avaliar, de refletir sobre a prática pedagógica, quando revela: “Esta avaliação crítica da prática vai revelando a necessidade de uma série de virtudes ou qualidades sem as quais não é possível nem ela, a avaliação, nem tampouco o respeito do educando”. Assim, notamos como é imperioso que o professor tenha uma prática baseada na reflexão, na ressignificação do fazer docente, objetivando torná-la mais atrativa e significativa.

No que concerne aos campos investigados, “poucas aulas práticas”, “excesso de disciplina por módulo”, “falta de promoção de eventos relacionados ao curso” e

“⁸parcerias poucas ou insuficientes da instituição com empresas para estágio” acreditamos que estão mais relacionados ao PPC – Projeto Político do Curso.

É neste documento, o PPC, que são definidas as diretrizes pedagógicas inerentes à organização e funcionamento de cada curso proposto para a instituição. Neste, ainda é fundamental que haja uma concepção de currículo na qual priorize a formação total do sujeito, promovendo o desenvolvimento de suas amplas capacidades físicas e intelectuais, buscando trabalhar os conteúdos de forma interdisciplinar, promovendo, assim, uma integração da matriz tecnológica, do núcleo politécnico e dos conhecimentos básicos para a formação profissional.

Ciavatta (2012) ao citar os pressupostos para a formação integrada destaca que para haver realmente a integração, é necessário que sejam elaborados, de forma coletiva, as estratégias acadêmico-científico da educação integrada, destacando a necessidade de articular o geral e específico e a teoria e prática dos conteúdos. Assim, ao se promover eventos para os cursos, por exemplo, resplandece-se também a articulação dos pressupostos teóricos e práticos, revela, ainda, a importância de se trabalhar coletivamente, desenvolve habilidades e competências de todos os sujeitos participantes. Além disso, é uma ótima estratégia de a comunidade externa conhecer e apreciar os trabalhos desenvolvidos por alunos e professores, aumentando assim, a interação entre a instituição e a sociedade.

Após estas explanações, segue a tabela com os resultados coletados por meio do questionário, focalizando o contexto externo.

⁸ Pelas informações do portal do IFBA – Paulo Afonso, o aluno pode optar entre a prática do estágio ou elaboração de um TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, para cumprir os créditos da disciplina.

6.9.3 Análise dos fatores externos

Tabela 7: A evasão segundo os fatores externos

	Frequência Absoluta/ Percentual (%)					Mediana	Moda
	Fatores Externos						
	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Neutro	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente		
Profissão com baixo reconhecimento financeiro	6(14,28)	8(19,05)	3(7,14)	10(23,81)	15(35,71)	4,00	5
Baixa inserção no mercado de trabalho pelos os que já concluíram	13(30,95)	11(26,19)	5(11,9)	5(11,9)	8(19,05)	2,00	1
Dificuldades de adaptação na cidade onde o curso é ofertado	7(16,67)	10(23,81)	2(4,76)	3(7,14)	20(47,62)	4,00	5
Dificuldade de chegar ao campus no horário	6(14,28)	11(26,19)	1(2,38)	3(7,14)	21(50)	4,50	5
Necessidade de morar em outra cidade	10(23,81)	3(7,14)	5(11,9)	0(0)	24(57,14)	5,00	5
Greve dos servidores	15 (35,71)	11(26,19)	6(14,28)	0(0)	10(23,8)	2,00	1
Aumento da violência na cidade	6(14,28)	5(11,9)	5(11,9)	3(7,14)	23(54,76)	5,00	5
Amigos ou familiares aconselharam para desistir do curso	5(11,9)	8(19,05)	3(7,14)	3(7,14)	23(54,76)	5,00	5

Fonte: Dados da pesquisa
Elaborada pela autora, 2020

Quanto às influências do contexto externo para a saída do estudante, seguindo o mesmo parâmetro adotado nas análises anteriores, os seguintes indicadores foram os mais recorrentes: “greve dos servidores” (35,71%), “baixa inserção no mercado de trabalho pelos os que já concluíram” (30,95%) e “necessidade de morar em outra cidade” com (23,81%).

Como fator mais predominante nesta categoria, os alunos (35,71%) mencionaram a ocorrência de greves. Na pesquisa realizada por Balta (2017), também foi apontada às greves/paralisações, como um dos motivos que levou o alunato a não-permanência no curso escolhido. No entanto, sabemos que a greve é um direito garantido constitucionalmente aos trabalhadores. A greve, no âmbito educacional, está relacionada aos cortes orçamentários, à luta por melhorias nas condições de trabalho, na remuneração dos servidores etc. Compreendemos que a deflagração de uma greve é o último recurso adotado pelos servidores/trabalhadores. No que tange à educação, é importante que haja diálogo com os alunos e que sejam explicitados para estes que a motivação para a realização de uma greve é a busca por melhorias, que é um direito dos trabalhadores. Também deixar claro, aos alunos, que as aulas serão repostas, mantendo, assim, o fluxo do processo de ensino-aprendizagem. Diálogos assim, podem contribuir para que o aluno compreenda o porquê da necessidade da greve e, retomem às aulas, assim que a greve for interrompida.

O segundo fator que teve maior incidência foi a “baixa inserção no mercado de trabalho pelos os que já concluíram” (30,95%), conforme vimos acima. Avaliar se os egressos dos cursos conseguiram ser inseridos no mundo do trabalho e, se essa inserção, foi no curso que formou, é uma avaliação eficaz, por parte das instituições de ensino, para se ter um panorama de como os que já concluíram os cursos estão sendo recebidos neste setor. Também é relevante para identificar se os mesmos estão progredindo nos estudos. Por meio dessas averiguações, a instituição pode identificar percalços na formação e direcionar ações para possíveis ajustes no currículo do curso, caso seja necessário. Pode, ainda, revelar trajetórias positivas daqueles os quais conseguiram vínculo empregatício e aqueles que avançaram para o ensino superior. Portanto, esse contato com os egressos colabora para aumentar o engajamento entre a instituição e estes.

Outro item também apontado pelos alunos evadidos, foi a necessidade de morar em outra cidade. Como já retratado, este foi mencionado por 23,81% dos investigados. Essa é uma decisão de cada família que opta pela mudança por motivos variados, que podem ser por vínculos empregatícios, saúde, educação etc.

Além desses fatores nas três tabelas analisadas, os alunos citaram também como causa da evasão estes: casamento (2,4%), desorganização do calendário letivo (2,4%), motivos religiosos (2,4%) e obtenção da certificação do ensino médio (2,4%).

Depois destas análises com o grupo de alunos, vamos focar, a seguir, qual a percepção dos professores, equipe multidisciplinar e gestor da instituição em relação ao fenômeno da evasão no *Campus*.

6.10 Percepção dos professores, equipe multidisciplinar e gestor no tocante à evasão escolar no *Campus*

Quadro 8: A evasão segundo os professores, equipe multidisciplinar e gestor

Categoria	Questões comuns a todos participantes			
Professores	1. Fatores que contribuem para a evasão no <i>Campus</i> , citar pelo menos três	2. Ações preventivas existentes de combate à evasão no <i>Campus</i>	3. Outras ações que podem ser realizadas para combater à evasão na instituição	4. Reflexão sobre o impacto da evasão na vida do discente
	Professor A: “Calendário acadêmico defasado por greves e paralisações, grau de exigência e dificuldade do formato dos cursos, vulnerabilidade social; Professor B: “dificuldades de adaptação ao meio acadêmico, formação básica deficitária dos estudantes, desmotivação com o curso escolhido”; Professor C: “ desmotivação com o curso, exigência nos componentes curriculares e problemas familiares”.	Professor A: “Não percebo nenhuma ação preventiva nesse sentido; Professor B: “Assistência Estudantil; Professor C: “desenvolvimento de ações de acolhimento e acompanhamento pedagógico dos estudantes, oferta de monitoria nas disciplinas com maiores índices de reprovação, oferta de bolsas pelo setor de assistência estudantil”.	Professor A: “ Monitorias e atendimentos complementares”. Professor B: “Desenvolvimento de ações de orientação de planejamento e organização dos estudos e ampliar espaços de interação entre a instituição, a família e a comunidade externa; Professor C: “ Implementar uma melhor forma institucional de acompanhar a vida do aluno”.	Professor A: “ Prejuízo de tempo é o principal. Além, é claro, de abrir mão de uma escola de qualidade”; Professor B: “Desmotivação para concluir o ensino médio, levando à busca de supletivos e Enceja, mais tempo para definir uma carreira e alcançar êxito profissional e material”; Professor C: “Sociais, pois se desmotivam e não continuam os estudos e econômicos , pois terminam não buscando uma boa formação para atuação profissional”.
Equipe Multidisciplinar	“Cursos que não atendem ao interesse e ao mercado da comunidade local, carga horária incompatível com estudantes trabalhadores, carga horária extensa, aliada à aulas e metodologias desmotivadoras”.	⁹ “Dentro do que é possível, sim. Temos um corpo técnico reduzido, ao nosso entendimento. A matriz CONIF diz que é o ideal, mas ao tratar de seres humanos, com diversas demandas e problemáticas, naturais de um	“ A porcentagem de carga horária à distância precisa ser discutida; metodologias de aulas inovadoras, também. São ações que não geram custos”.	“Impactos relacionados ao seu planejamento de vida; desmotivação para o “mundo dos estudos”; um estudante que desiste do curso, dificilmente retornará ao mesmo. Na melhor das hipóteses, ele buscará

⁹ Essa resposta diz respeito as ações preventivas de combate à evasão realizadas pelo setor da equipe multidisciplinar

		ambiente escolar, ainda temos dificuldades. A política de assistência estudantil tem sido nosso norte, mas o ambiente conservador e burocrático, do nosso instituto, trava algumas ideias que poderiam trazer avanços na temática da evasão”.		outras alternativas. Por que não oferta-las, dentro do IFBA?”.
Gestor	“Trabalho atualmente para mudar o curso de 4 para 3 anos, mudar o perfil do curso adequando melhor às disciplinas ofertadas, preparar palestras sobre a carreira profissional para que os alunos tenham um conhecimento melhor do mercado do trabalho”.	Não.	“Atuar na condução dos alunos para estágio, oferecendo uma lista de empresas que necessitam de mão-de-obra; Montar parcerias com os representantes das empresas de comércio, indústria e serviços”.	“Acredito na escola como parte formadora do aluno para enfrentar o mercado de trabalho com mais preparo. A evasão escolar deixa esta formação incompleta”.

Fonte: Dados da pesquisa
Elaborado pela autora,2020

Examinando os dados do quadro 8, com foco para o primeiro questionamento, percebemos que muitos indicadores citados pelos alunos como mais influenciadores para a evasão escolar, também foram mencionados, pelos professores, como: greves, calendário acadêmico defasado, grau de exigência, desmotivação com o curso etc. No tocante a este último fator (desmotivação), foi citado por dois professores e pela equipe multidisciplinar. Sendo que, para essa última, a desmotivação, foi relacionada às aulas e a metodologia adotada. Além destes em comum, os professores também citaram a vulnerabilidades social, dificuldades para se adaptar ao meio acadêmico, formação básica deficitária e problemas familiares.

A equipe multidisciplinar também trouxe como pontos de reflexão em relação à evasão, por exemplo, cursos que não atendem ao interesse e ao mercado da comunidade local, carga horária incompatível com estudantes trabalhadores e carga horária extensa. Este último fator também está relacionado às respostas dos estudantes, quando indicaram haver excesso de disciplina por módulos. Concernente a reflexão de que os cursos não atendem ao interesse e a comunidade local, segundo as informações contidas na página eletrônica do MEC (2016), os IFECTs têm autonomia para a criação de cursos, mas devem ser observados o potencial de desenvolvimento econômico e social da região. Além disso, devem ser realizadas audiências públicas com representantes do segmento escolar, sociedade, organizações políticas e representantes de classe, para que, em conjunto, decidam acerca dos cursos. No tocante ao *Campus*, lócus dessa pesquisa, consta, na página eletrônica deste, que a escolha dos cursos foi mediante audiência pública.

No que tange à visão do gestor do *Campus*, o mesmo citou a questão da duração dos cursos, que trabalha no sentido de diminuir de 4 para 3 anos, também citou o perfil do curso, adequando-o melhor às disciplinas ofertadas. Esta compreensão, dialoga com a visão dos professores os quais citaram também como causas da evasão, a “dificuldade no formato do curso” e “exigência nos componentes curriculares”. Ainda se correlacionam com as respostas dos alunos, quando sinalizam, por exemplo, que há “excesso de disciplina por módulo”. Todas essas motivações podem ser discutidas no âmbito do Projeto Político do Curso. Assim, parece haver uma necessidade de novas discussões neste âmbito, buscando, quem sabe, reformulações neste documento.

Quanto à duração dos cursos (03 anos), identificamos que, por exemplo no Nordeste, temos institutos como IFAL, IFMA, IFPI, IFSE, IFBAIANO que adotam esse regime de três anos. Ainda relacionada a temporalidade dos cursos, trazemos, ao debate, as autoras abaixo citadas às quais discorrem no artigo intitulado “ Caminhos para a consolidação do currículo da educação profissional integrada ao ensino médio: a experiência do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Acre”, dentre outras nuances, essa perspectiva de redução do tempo para integralização do curso. Assim, as autoras agora mencionadas destacam:

Nesse sentido, considerando a complexidade da proposta de revisão/atualização dos PPC's, associada à necessidade premente de rever o tempo de duração dos cursos, foi construído o Plano de Trabalho para Integração Curricular, em caráter plurianual, o qual previu a consolidação do trabalho a partir de etapas interdependentes [...] (ALVAREZ; ACÁCIO 2019, p. 12).

As etapas que as autoras comentam no excerto acima foram as seguintes: (2016) reformulação dos PPC's, focando a redução do tempo de integralização dos cursos e início do processo de integração;(2017) publicação da 1ª versão dos PPC's e execução das matrizes; (2018) amadurecimento da lógica de integração curricular e (2019) integração curricular nos cursos técnicos. As referidas autoras ainda refletem que o “IFAC tem orientado suas ações institucionais para que a integração curricular seja vivenciada de forma cada vez mais efetiva, por meio da intensificação das discussões entre gestão e comunidade docente”. (ALVAREZ; ACÁCIO 2019, p. 13). Assim, percebemos o quanto foi dialogado e planejado as ações conjuntas que culminaram na revisão e atualização dos PPC's do IFAC.

Concernente à segunda questão, as ações preventivas de combate à evasão no *Campus*, notamos um diálogo descompassado, exigindo, assim, maiores reflexões neste sentido. As respostas foram estas: para 1/3 dos professores, não há percepção de ações nesse sentido, o gestor também afirmou não existir nenhuma ação. Na visão de outro professor, a assistência estudantil é o que se percebe de ação preventiva da evasão. Já o professor C, elencou as seguintes estratégias perceptivas: “desenvolvimento de ações de acolhimento e acompanhamento pedagógico dos estudantes, oferta de monitoria nas disciplinas com maiores índices de reprovação, oferta de bolsas pelo setor de assistência estudantil”. Vale salientar, ainda, referente a ações preventivas da evasão, que no questionário aplicado para os estudantes, 88,1% destes afirmaram que não foram procurados por nenhuma

assistência educacional antes de tomar a atitude de evadir. Portanto, essas inferências revelam que a instituição necessita refletir sobre estes resultados, pois como já mencionado nesta pesquisa, a prevenção é arma mais poderosa que se tem para a batalha contra esse problema que traz perdas das mais variadas possíveis ao estudante, a instituição e a sociedade.

Ainda relacionada à questão anterior, a equipe multidisciplinar diz que faz ações preventivas dentro do que é possível, pois acredita que por se ter um corpo técnico reduzido, essas ações são dificultadas. Ainda é citada que a assistência estudantil é o norte para ações neste sentido.

Acerca do terceiro questionamento, ações que podem ser realizadas para combater a evasão no *Campus*, os professores destacaram as monitorias, atendimento complementares, desenvolver ações de orientação de planejamento e organização dos estudos, a busca da ampliação da interação entre a instituição, família e a comunidade externa e implementação de uma forma institucional de acompanhar a vida do aluno. Já equipe multidisciplinar, destacou que deve haver discussão em torno da percentagem da carga horária a distância e metodologias mais inovadoras para as aulas. Para o gestor do *Campus*, ações que perpassam para a condução dos alunos para o estágio e firmar parcerias com os representantes dos segmentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, foram as elencadas. Por meio das respostas desses participantes, percebemos haver várias contribuições referentes às ações que podem ser realizadas no *Campus* no tocante à evasão escolar. Notamos, ainda, a importância de se ouvir as várias vozes que constituem o IFECT em análise, no que concerne às proposições relativas a este fenômeno tão multifacetado que é a evasão.

Relativo à questão sobre o que a evasão causa na vida dos alunos, o impacto disso, os professores citaram o prejuízo de tempo, o abandono quanto a uma escola de qualidade, a desmotivação para terminar o ensino médio e a busca por alternativas como cursos supletivos e ENCEJA, foi citado também a questão da amplitude do tempo para a definição de uma carreira, além destes, outro educador pontuou impactos de ordens sociais e econômicos. A equipe multidisciplinar também apontou como consequência da evasão a desmotivação para a continuidade dos estudos e impactos no planejamento de vida. Já para o gestor, a evasão impede a formação completa para atuação no mercado de trabalho. Então, como podemos

também confirmar pelas respostas dos professores, técnicos e gestor e como já vimos nas discussões do referencial teórico em torno da evasão, ela traz prejuízos tanto para os estudantes, quanto para a sociedade. Como já destacado por Silva Filho et al. (2007, p.642): “ [...] as perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos”. Assim, a busca coletiva por alternativas que impactem em uma maior permanência do estudante na instituição, é uma ação benéfica para toda a sociedade.

Além das perguntas analisadas agora, fizemos, também, outras questões mais específicas para as categorias em discussão, conforme apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 9: Percepção da evasão segundo os professores, equipe multidisciplinar e gestor

Categoria	Perguntas	Respostas
Professores	Quando um aluno apresenta faltas sucessivas na disciplina ou tem dificuldade de aprendizagem, o (a) professor (a) comunica estes problemas a algum setor? Qual é a ação tomada? Comente.	Professor A: “ Costumo relatar ao setor multidisciplinar, que normalmente dá encaminhamento a algum tipo de acompanhamento profissional”. Professor B: “ Sim. A CORES e o Coordenador são informados”. Professor C: “ É informado à Coordenação de Registros Escolares e a Coordenação do Curso”.
Equipe Multidisciplinar	Quanto à estrutura física e composição pedagógica da instituição, o (a) senhor (a) acredita que contribui para a permanência do estudante? Sim ou não? Justifique.	“No caso do nosso <i>Campus</i> , a estrutura física contribui, em partes, pelas aulas práticas, laboratórios, etc. Mas, as salas são quentes e insalubres, prejudicando o aprendizado. Quanto à composição pedagógica (não ficou claro para mim), mas em termos do planejamento do ensino acredito que precisa avançar, pois é, em partes, desmotivador. Precisamos de metodologias inovadoras”.
Gestor	Em sua opinião, o <i>Campus</i> apresenta número de servidores suficientes para trabalhar de forma conjunta objetivando refletir sobre estratégias/política de combate à evasão? Comente.	“Sim. Precisamos apenas definir processos de acompanhamento de evasão”.

Fonte: Dados da pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

Examinando às respostas da categoria dos professores no quadro 9, identificamos que 66,66% dos respondentes mencionaram que costumam informar a CORES e o Coordenador do Curso, quando percebem que os alunos estão com faltas constantes ou tem problemas relacionados a aprendizagem. Já o outro respondente, informou que relata esses problemas ao setor multidisciplinar.

Percebemos, diante dessas respostas, que deve ficar mais evidente na instituição, para qual setor/coordenação devem ser encaminhadas situações como essa, pois a priori, parece não está bem definida essa questão.

Para a equipe multidisciplinar, indagamos se a estrutura física e a composição pedagógica contribuíam ou não para a permanência do estudante. A resposta revelou que contribui em parte, pelas aulas práticas, laboratórios etc, mas, por outro lado, foi posto que as salas de aulas são quentes e insalubres, o que prejudica o aprendizado. Quanto à composição pedagógica, com destaque para o planejamento do ensino, foi relatado, mais uma vez, a necessidade de metodologias inovadoras.

Para concluir as análises para essas categorias, perguntamos ao diretor se havia no *Campus* servidores suficientes para trabalhar em conjunto visando a construção de estratégia/política de combate à evasão. A resposta foi sim, que falta apenas a definição de processos para acompanhar a evasão.

Apresentadas às respostas deste segundo grupo investigado (professores, equipe multidisciplinar e gestor) e as inferências realizadas, partiremos, agora, para a integração dos dados qualitativos e quantitativos, fazendo, assim, uma interpretação geral do problema investigado.

6.11 Panorama geral da evasão no *Campus* Paulo Afonso: uma interpretação a partir dos dados quantitativos e qualitativos

Realizadas as análises acerca da evasão escolar no IFBA, *Campus* Paulo Afonso, desde as informações repassadas pela CORES até a averiguação dos dados com os ex-alunos e perpassando pelas inferências construídas por intermédios das respostas dos professores, equipe multidisciplinar e gestor, podemos ratificar o que os autores Dore, Araújo e Mendes (2014, p.386) raciocinam, de que a evasão é realmente “ um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais, que podem resultar na saída provisória do aluno da escola ou na sua saída definitiva do sistema de ensino”.

No *Campus* investigado, a evasão, no período que compreendeu a pesquisa, atingiu todos os cursos e, analisando os dois últimos anos do recorte delineado para

o trabalho (2017-2018), notamos que houve um crescimento em dois cursos: o de Eletromecânica e o de Biocombustíveis. Para o primeiro curso, o percentual de aumento foi de 63,63% e, para o outro, o acréscimo foi de 28,57%. Já o curso de Informática, manteve o mesmo número de evadido do ano anterior. Ainda inferimos, a partir das informações repassadas pela CORES, que a reprovação por faltas foi o fator com maior predominância nos dois cursos que a taxa de evasão evoluiu: o de Eletromecânica e de Biocombustíveis. Já no curso de Informática, o cancelamento/transferência/não renovação de matrícula, foi o principal motivo do desligamento, correspondendo a 54%.

Em conformidade com os dados do questionário aplicado com os alunos, os fatores influenciadores da evasão foram originários mais do contexto institucional, depois vem o individual e, por último, o contexto externo. No tocante ao institucional, os mais recorrentes foram: com o maior percentual aparece o fator “ professor muito exigente” (45,23%), em segundo, aparecem “poucas aulas práticas” e “excesso de disciplina por módulo” com 30,95% cada, em terceiro, foram citados “excesso de trabalho para casa” e “dificuldade com a metodologia de ensino do professor” com 28,57% cada e, na sequência, temos a “falta de promoção de eventos relacionados ao curso” (26,19%), “parcerias poucas ou insuficientes da instituição com empresas para estágio com (23,81%), “falta de articulação entre teoria e prática” também com (23,81%) e “professor que não revisava os conteúdos” com (21,43%). No plano individual, os seguintes percentuais foram contabilizados: em primeiro lugar aparece a desmotivação no decorrer do curso (54,7%), em segundo, a insatisfação com o rendimento escolar (33,3%), logo após, com a porcentagem de 28,5%, vem a categoria “chegava cansado à instituição”, “reprovação em disciplina” abrange (23,81) e, com os percentuais de 21,4% respectivamente, aparecem: não identificação com o curso, apresentação de dificuldade na aprendizagem e ingresso em outro curso. Já para o contexto externo, foram citados: “greve dos servidores” (35,71%), “baixa inserção no mercado de trabalho pelos os que já concluíram” (30,95%) e “necessidade de morar em outra cidade” com (23,81%). Os dados, agora discutidos, estão representados na tabela 8.

Tabela 8 - Fatores que mais contribuíram para a saída do aluno

	Indicadores de Evasão Predominantes	Percentuais
Institucional	Professor muito exigente	45,23%
	Poucas aulas práticas	30,95%
	Excesso de disciplina por módulo	30,95%
	Excesso de trabalho para casa	28,57%
	Dificuldade com a metodologia de ensino do professor	28,57%
	Falta de promoção de eventos relacionados ao curso	26,19%
	Parcerias poucas ou insuficientes da instituição com empresas para estágio	23,81%
	Falta de articulação entre teoria e prática	23,81%
	Professor não revisava os conteúdos	21,43%
Individual	Desmotivação no decorrer do curso	54,70%
	Insatisfação com o rendimento escolar	33,30%
	Chegava cansado à instituição	28,50%
	Reprovação em disciplina	23,81%
	Não identificação com o curso	21,40%
	Apresentação de dificuldade na aprendizagem	21,40%
	Ingresso em outro curso	21,40%
Externo	Greve dos servidores	35,71%
	Baixa inserção no mercado de trabalho	30,95%
	Necessidade de morar em outra cidade	23,81%

Fonte: Dados da pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

Na pesquisa, também indagamos aos professores, diretor e equipe multidisciplinar acerca dos fatores que contribuíram para a evasão no *Campus* e, constatamos, que as respostas também dialogam com as dos estudantes, como: menção a greves, exigência curriculares, desmotivação etc. Este outro grupo investigado também citou como causas para evasão: problemas familiares, vulnerabilidade social, duração dos cursos, dentre outros.

Assim, investigar as motivações que culminaram na evasão é, ao nosso entendimento, uma maneira de trabalhar com indicadores mais precisos e promover ações mais direcionadas para os segmentos elencados com maiores chances de influenciar negativamente na saída do discente. Também é uma forma de mensurar, futuramente, se as ações direcionadas contribuíram para a redução dos índices ou se precisam de melhores ajustes.

Outro ponto analisado nesta pesquisa, foi relacionado ao tempo para evadir. Assim, investigamos depois de quanto tempo que o discente ingressou no curso, a evasão ocorreu. De acordo com as informações que analisamos, especificamente para 50% dos alunos, a evasão escolar ocorreu ainda no primeiro ano do curso. Portanto, o estabelecimento de ações preventivas deve ocorrer o mais cedo possível. Quanto a este quesito, prevenção da evasão, os dados analisados no questionário aplicado com os alunos, revelaram que 88,1% dos respondentes não

foram procurados por nenhuma assistência educacional antes de tomar a atitude de evadir. O diretor da instituição também revelou que ainda não ocorre nenhuma ação preventiva neste sentido no *Campus*. Já para os professores participantes, especificamente para 66,66%, há ações perceptíveis com este direcionamento preventivo, para o restante dessa categoria, não é percebida. E, para a equipe multidisciplinar, os programas de assistência estudantil, é o direcionamento que norteia ações nesse contexto. Assim, percebe-se que a instituição necessita melhor raciocinar acerca de direcionamentos preventivos da evasão no *Campus*.

Acompanhar a infrequência do aluno, mantendo regularidade nesta averiguação, por exemplo, pode ser uma avaliação eficaz de diagnóstico dos primeiros sinais rumo à evasão, já que, como foi identificado neste estudo, a reprovação por falta é o principal motivo para o desligamento em dois cursos investigados. A partir da percepção das primeiras faltas, deve-se contatar o aluno com o intuito de identificar a dificuldade enfrentada pelo mesmo, buscando alternativas ou formas de colaboração para o entrave identificado. É uma forma de a instituição dizer: você é importante aqui; desejamos a sua permanência! Como nos exorta Paulo Freire (1996, p. 40), “não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade”. Assim, que essa intervenção seja planejada e executada o mais cedo possível, colaborando, assim, com índices mais positivos de permanência estudantil.

E por mencionar permanência, inferimos que conhecer o perfil do aluno ingressante, é também uma maneira de identificar possíveis percalços que podem contribuir para a saída do aluno do contexto escolar. Nesta pesquisa, ao examinarmos o perfil destes alunos, percebemos que a maior parte pertence ao sexo feminino, correspondendo a 52,4% dos pesquisados. Captamos, ainda, que os alunos evadidos são, em sua maioria, provenientes da escola pública, especificamente, 52,4% destes. Ainda foi sinalizado por 50% dos respondentes que o desempenho no ensino fundamental II, foi considerado como “bom”, 31% como “excelente” e 19% como “regular”.

A pesquisa revelou, também, que a maioria reside na cidade sede (79%), mas o restante vem de outras cidades, o que também é importante saber, para verificar se o aluno está tendo algum problema com o transporte para a instituição ou

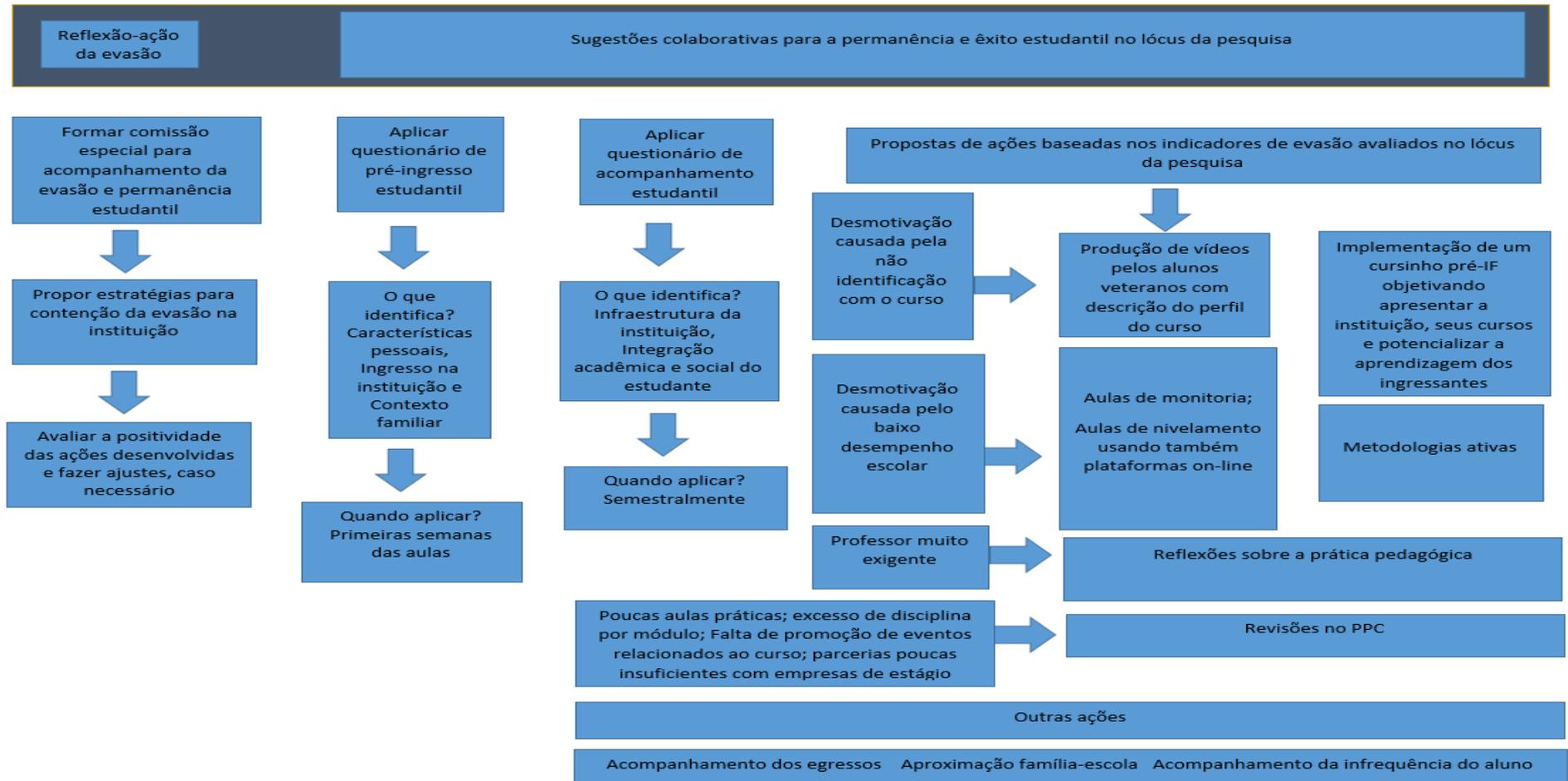
até se há dificuldades em conseguir um estabelecimento para morar, por exemplo. Ainda, nesta, identificamos aspectos ligados ao *background* familiar e os resultados demonstraram que metade dos estudantes vem de famílias consideradas como de baixa renda, que são aquelas que recebem até três salários mínimos por mês. Neste contexto, também, detectamos o nível de escolaridade dos pais dos ex-alunos. Os dados exibiram um quadro bastante diverso neste aspecto: desde pais e mães sem escolaridade a pais e mães com nível superior e pós-graduação. A partir destes dados, também, observamos que as mães possuem níveis de escolaridade maior que os pais. Estes foram alguns pontos mensurados no levantamento do perfil do aluno, um resumo completo deste, o leitor poderá conhecer no E-book, produto educacional gestado a partir desta pesquisa.

Assim, compreendemos que um levantamento desse tipo (perfil do aluno) também contribui para entender o universo no qual este pertence, possibilitando, através desse conhecimento, o planejamento e execução de ações mais pontuais que possam contribuir para a não interrupção dos estudos. Temos consciência, entretanto, que o trabalho para conter a evasão não é uma tarefa fácil, exige, principalmente um esforço conjunto dos vários segmentos que fazem o ambiente escolar, familiar e social, mas é preciso, é necessária essa atitude que demanda reflexão-ação para que as nossas crianças e jovens pertençam a uma escola mais inclusiva, e não, o oposto. Como dialoga Charlot (2014, p. 8):

Transformar as escolas em suas práticas e culturas tradicionais e burocráticas que, por intermédio da retenção e da evasão, acentuam a exclusão social, não é tarefa simples nem para poucos. O desafio é educar as crianças e os jovens propiciando-lhes um desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico, de modo que adquiram condições para fazer frente às exigências do mundo contemporâneo. Tal objetivo exige esforço constante do coletivo da escola – diretores, professores, funcionários e pais de alunos – dos sindicatos, dos governantes e de outros grupos sociais organizados. Não se ignora que esse desafio precisa ser prioritariamente enfrentado no campo das políticas públicas. Todavia, não é menos certo que os professores são profissionais essenciais na construção dessa nova escola.

Como pudemos comprovar pela citação acima, o trabalho coletivo é de suma relevância para enfrentar os desafios inerentes à educação. E, o professor, nessa missão, desempenha papel essencial.

Além das reflexões nesta subseção discutidas, elaboramos um quadro em que consta um resumo das ações pensadas para atenuar a evasão no *locus* da pesquisa conforme quadro 10 revelado a seguir.

Quadro 10: Resumo de ações para o *lócus* da pesquisa¹⁰

Fonte: Dados da pesquisa
Elaborado pela autora, 2020

¹⁰ Os questionários mencionados neste quadro encontram-se no produto educacional. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/573828>

7 PRODUTO EDUCACIONAL: DA APRESENTAÇÃO DO E-BOOK AO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

7.1 Apresentação do produto educacional

O produto educacional desenvolvido a partir dessa pesquisa foi um *e-book*, cujo título é: “ A evasão na educação profissional: do entendimento da problemática a propostas de enfrentamento”. A referida produção foi elaborada com o objetivo de ser uma fonte de pesquisa para estudantes de graduação, pós-graduação, professores da EPT e demais profissionais do setor educacional interessados em conhecer sobre a história da Educação Profissional, ensino médio integrado e, principalmente, sobre o problema da evasão que é tão presente na realidade brasileira. Isso porque, como foi constatado neste trabalho, as pesquisas que versam sobre a evasão na rede federal de educação profissional, ainda são incipientes, como observou-se em Dore, Araújo e Mendes (2014, p.18). “Carecemos desse debate, pois há poucas pesquisas na educação profissional que problematizam temas, como evasão, dificuldades de aprendizagem, formação docente, entre outros”. Além da reflexão em torno da evasão, apresentamos algumas sugestões que podem ser adotadas para prevenir e colaborar para a diminuição dos índices relativos a esta problemática, principalmente, no âmbito dos IFECTs.

No que concerne à estrutura do *e-book*, o mesmo foi dividido em quatro capítulos, a saber: o primeiro contemplou um breve histórico da educação profissional, no segundo, apresentamos as discussões acerca do Ensino Médio Integrado, dando destaque à relevância deste para uma formação mais ampla do indivíduo, em que os pressupostos do ensino politécnico podem ser vislumbrados, no terceiro, debruçamos nas reflexões sobre evasão, procurando conceituá-la e entender as causas e consequências deste fenômeno multifacetado, no quarto, revelamos algumas estratégias colaborativas para prevenir e enfrentar este percalço que é comumente encontrado na educação. No prosseguimento, foram apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas.

No referido livro digital, o leitor ainda pode desfrutar de um "mergulho" a mais na compreensão dos capítulos discutidos, observando a seção " vamos saber mais",

em que trazemos produções de pesquisadores do ProfEPT, que enriquece e aprofunda os diálogos por ora debatidos. Nestas seções, estas produções podem ser acessadas por *QR Code* "Código de Resposta Rápida" ou por meio de *link*. Para acessar o *QR Code*, é necessário que o leitor tenha instalado um aplicativo em seu celular. Assim, será possível fazer a decodificação desses materiais. Caso o leitor não consiga ou não possa instalá-lo no aparelho, indicamos o acesso através do *link* para visualizar o material indicado.

Compreendemos que as discussões, no *e-book* postas, não devem ser esgotadas neste, mas sim, que sirvam como um material colaborativo e informativo sobre a evasão e permanência escolar. Portanto, nosso objetivo não foi apresentar uma "receita pronta", até porque, como já dito, a evasão é um fenômeno de causas múltiplas, portanto não se esgota em um único trabalho.

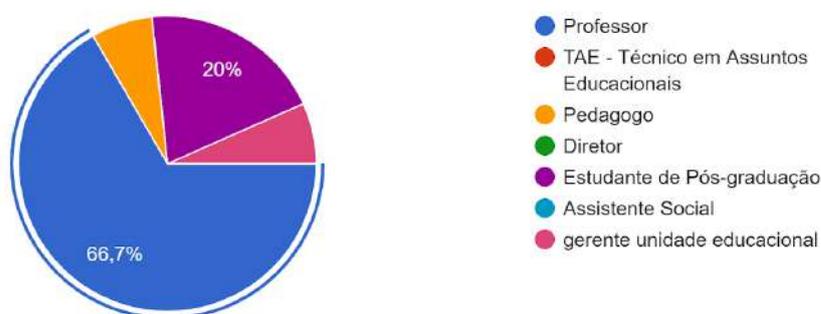
7.2 Avaliação do produto educacional

Para avaliação do produto, criamos um questionário no *Google Forms*, com questões que destacavam desde o layout (cores, imagens, elementos gráficos, tabelas) ao conteúdo propriamente dito. As questões apresentavam grades de respostas que iam desde a concordância total a discordância total (escala de *Likert*), já debatida neste trabalho. Assim, os leitores puderam expressar a opinião acerca do material produzido. Ainda, havia neste, uma pergunta aberta para o participante tecer outras constatações sobre o *e-book*.

O questionário para avaliação do material produzido foi enviado, por meio de *link* ou *WhatsApp*, para os professores do IFBA, gestor e equipe multidisciplinar do *Campus* Paulo Afonso, estudantes de pós-graduação e professores do ProfEPT, no IF Sertão – PE, *Campus* Salgueiro e também para os professores e outros profissionais da educação de Paulo Afonso - BA. As respostas das avaliações podem ser conferidas a seguir. No total, participaram 15 (quinze) avaliadores entre professores, estudantes, pedagogo e gerente educacional. As questões para avaliação são as que seguem abaixo.

Quanto ao perfil dos avaliadores, o resultado foi o seguinte: a maior parte dos respondentes foi professor (66,7%), 20% estudante de pós-graduação, 6,7% pedagogo e mais 6,7% gerente educacional, conforme notamos no gráfico 26.

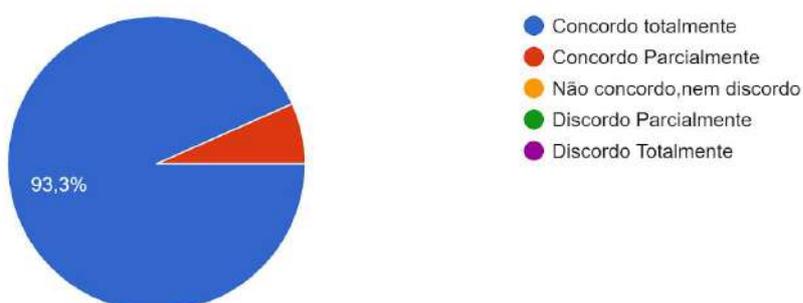
Gráfico 26: Perfil do respondente



Fonte: Dados da pesquisa

A primeira questão da avaliação indagava sobre o *layout* do *e-book*, se este apresentava cores, imagens, gráficos e tabelas com uma boa visualização para o leitor. As respostas foram muito positivas e apresentaram os seguintes percentuais: 93,3% dos avaliadores concordaram totalmente que o *e-book* apresentou um ótimo *layout*, conforme podemos perceber pela representação gráfica abaixo.

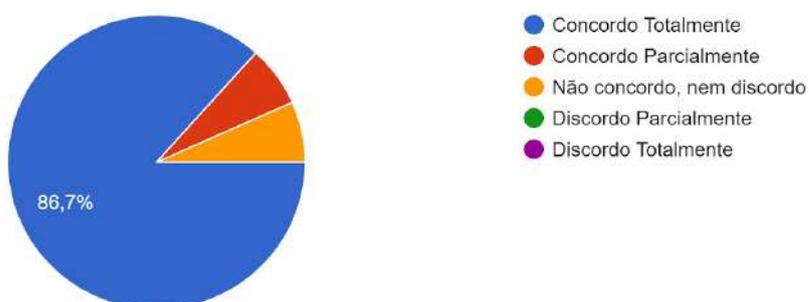
Gráfico 27: Layout do e-book



Fonte: Dados da pesquisa

A outra questão versava acerca sobre o conteúdo do *e-book*, se foi apresentado de forma clara ao leitor. As respostas também foram com um alto nível de concordância. Nesta, os percentuais ficaram assim: 86,7% concordaram totalmente, 6,7% concordaram parcialmente e mais 6,7% marcaram a opção de não concordo, nem discordo, conforme gráfico 28 expresso abaixo.

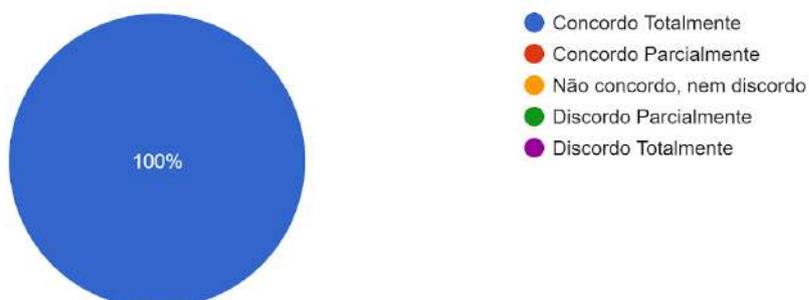
Gráfico 28: Conteúdo do e-book



Fonte: Dados da pesquisa

A próxima questão tratou sobre os capítulos apresentados no *e-book*, se estes traziam considerações importantes. Para esta pergunta, conseguimos o percentual de 100% para a disposição concordo totalmente.

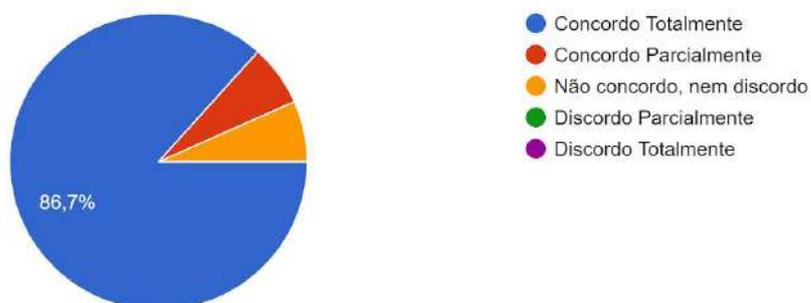
Gráfico 29: Relevância dos capítulos



Fonte: Dados da pesquisa

Na sequência, perguntamos se as propostas apresentadas para prevenção/enfrentamento da evasão foram consideradas positivas. As respostas foram as seguintes: 86,7% dos respondentes concordaram totalmente, 6,7% concordaram parcialmente e mais 6,7% não concordaram, nem discordaram, conforme exposto no gráfico 30.

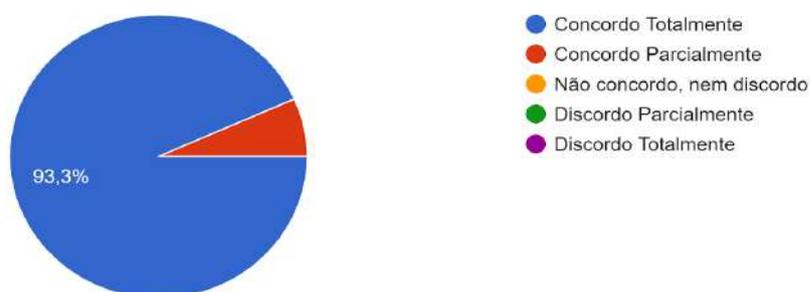
Gráfico 30: Avaliação das propostas de prevenção/enfrentamento da evasão



Fonte: Dados da pesquisa

Outra pergunta que fizemos foi em relação a seção “Vamos saber mais”, contida no *e-book*. Indagamos se esta colaborou para aprofundar os conhecimentos sobre os capítulos do livro. Para esta, os seguintes percentuais foram revelados: 93,3% avaliaram positivamente, marcando a proposição concordo totalmente, o restante, concordou parcialmente.

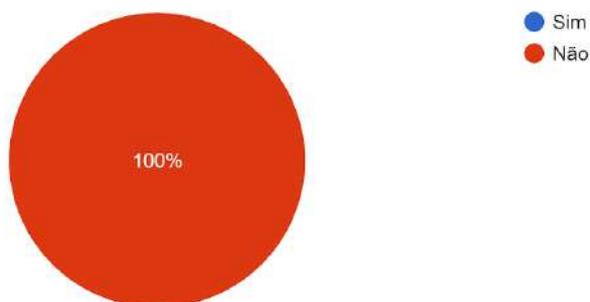
Gráfico 31: Avaliação da seção “vamos saber mais”



Fonte: Dados da pesquisa

Também perguntamos se o *e-book* apresentou algo que dificultasse a leitura, como travamentos, página em branco. Para esta questão, todos os participantes responderam que não, conforme revelado no gráfico 32.

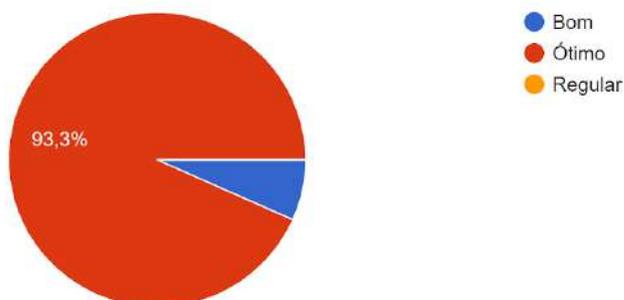
Gráfico 32: Problemas com a leitura do e-book



Fonte: Dados da pesquisa

Fizemos, ainda, uma pergunta sobre a avaliação geral do *e-book*. As respostas também expressaram uma ótima avaliação, pois 93,3% dos respondentes avaliaram como ótimo e o restante como bom, conforme representado no gráfico 33 desse questionário.

Gráfico 33: Avaliação geral do e-book



Fonte: Dados da pesquisa

Para finalizar, fizemos uma pergunta de caráter subjetivo, em que os participantes puderam expressar outras considerações, como críticas, sugestões ou outros apontamentos. Essas considerações contabilizaram 06 (seis) respostas, conforme podemos observar pelos excertos que seguem:

Respondente A: “Gostei muito da secção vamos saber mais. Não consegui encontrar a ref. FEITOSA, 2019, mencionada na p. 19”;

Respondente B: “Muito importante esse material para embasar a construção de projetos para o ensino médio e profissionalizante. Parabéns!! Corroboro com a

visão de que o espaço da escola deve ser espaço de empoderamento dos alunos onde eles possam encontrar a sua identidade, vocação, propósito na vida”.

Respondente C: “As informações contidas no e-book estão claras proporcionando um fácil entendimento a respeito da gravidade constante nos Institutos que é a evasão escolar. ”

Respondente D: “Parabéns pela iniciativa”.

Respondente E: “SEM CONSIDERAÇÕES”.

Respondente F: Excelente trabalho! Parabéns!

Assim, conforme exposto pelos gráficos acima e as considerações realizadas pelos respondentes, podemos afirmar que o *e-book* conseguiu atingir os objetivos propostos e obteve uma avaliação bastante positiva pelos seus avaliadores.

Após a exposição da avaliação do *e-book*, vamos apresentar as considerações finais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos nas discussões tecidas neste trabalho, a evasão é um problema educacional grave, pois, além de haver uma interrupção no percurso escolar do estudante, ela também se configura como um fator que gera desperdícios, tanto ao nível econômico, quanto pessoal e social. Assim, dedicar-se a estudar uma temática como essa, entendemos que é de suma relevância para a sociedade, pois a medida que mensuramos e buscamos caminhos para uma reflexão-ação desse fenômeno na instituição, estamos colaborando e reafirmando a relevância da educação para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Também, permite-nos compreender, ainda, que cada estudante é importante para a instituição e, entender os motivos que levou a saída, é fundamental para traçar estratégias que venham a inibir esta fuga ou amenizá-la.

Pelas análises aqui tecidas, a evasão no *Campus* investigado, é mais resultante dos fatores institucionais, conforme já amplamente discutido no penúltimo capítulo, mas isso não significa que as causas dos outros fatores não mereçam ser averiguadas. Pois, como foi refletido neste trabalho, para diminuir os índices de evasão, é preciso investigá-los de modo amplo e, ainda, exige uma atuação conjunta da escola, sociedade, família e agentes políticos para inibir o avanço desse entrave educacional.

O objetivo central deste trabalho foi o de “analisar as causas da evasão nos cursos técnicos do IFBA – modalidade integrada – *Campus* Paulo Afonso – BA, com vistas ao desenvolvimento de um material textual, cuja proposta ofereça uma melhor compreensão da evasão na educação profissional, científica e tecnológica e favoreça no direcionamento de ações para uma maior permanência estudantil”, assim, acreditamos que conseguimos alcançá-lo, pois através das investigações e todas as inferências realizadas por meio do questionário aplicado com os ex-alunos e entrevistas *on-line* com os professores, gestor e equipe multidisciplinar do *Campus*, obtivemos um panorama amplo da evasão no instituto. Além disso, conclamamos para a reflexão acerca da importância de se trabalhar preventivamente e coletivamente para anteceder-se a evasão.

Também percebemos que, das três hipóteses elencadas para esta pesquisa, duas foram comprovadas, a saber: “Os educandos evadem porque há uma baixa

inserção no mercado de trabalho por parte daqueles que já concluíram o curso” e “os alunos evadem porque descobrem, no decorrer do fluxo, uma não identificação com o curso escolhido”, pois estas foram também citadas pelos alunos quando estes responderam ao questionário dos fatores influenciadores da evasão.

Quanto às perguntas que nortearam este trabalho, “ quais foram os motivos que levaram os estudantes a evadirem dos cursos técnicos da modalidade integrada do IFBA, *Campus* Paulo Afonso?; Por que este aluno evadiu, mesmo estando em uma instituição pública e com ensino de qualidade? ”, acreditamos que também foram respondidas. Uma vez que, por meio das análises do questionário, entrevista e também todas as discussões postas, conseguimos captar as principais motivações que levaram o aluno a se afastar da instituição.

No que tange à divisão dos capítulos delineados para este trabalho, entendemos que foram fundamentais para uma melhor compreensão da temática abordada. Então, quando construímos o primeiro capítulo, “ Breve histórico da Educação Profissional”, por exemplo, foi porque, ao nosso entender, os profissionais envolvidos na EPT precisam se apropriar mais da história dessa modalidade de ensino. É preciso compreender os antecedentes que foram envolvidos na implementação e expansão dos IFECTs, para termos uma visão mais nítida da importância desses para a população, principalmente, para os filhos da classe trabalhadora. Da mesma forma, também entendemos que a compreensão dos fundamentos envolvidos no segundo capítulo, que discorre sobre o ensino médio integrado, a integração das matrizes, é de suma relevância para uma prática pedagógica relacionada à proposta educacional delineada para os institutos. No entanto, é preciso que os profissionais da educação e, principalmente, o corpo docente compreendam e vivenciem, de fato, esta proposta do EMI no cotidiano escolar. Já o terceiro capítulo, procuramos apresentar os estudos da evasão também de forma mais ampla, com reflexões dos teóricos internacionais e nacionais. A visita a estas referências proporcionou uma compreensão maior do tema investigado, bem como, colaborou para o desenvolvimento das propostas colaborativas delineadas para, quiçá, amenizar os índices de evasão no *Campus* lócus do estudo. No mesmo nível de importância, estão a escolha do processo metodológicos e o último capítulo analisado, que exhibe desde os dados da evasão repassado pela CORES à análise dos fatores influenciadores da evasão escolar.

Ainda, na pesquisa, constatamos que é preciso haver uma maior reflexão em torno da evasão escolar no instituto investigado, pois, pelos dados analisados, não percebemos um acompanhamento atento deste processo. Também é necessário que a instituição procure atualizar os dados cadastrais dos estudantes, pois constatamos que muitos contatos estavam desatualizados, o que inibiu um alcance maior dos sujeitos investigados. Por reconhecermos que a instituição é muito importante para a cidade de Paulo Afonso e também para as cidades próximas e, ainda, por acreditar que esta já possibilitou e possibilita uma formação de qualidade para os que concluem, é que conclamamos a estas reflexões para que, a formação proporcionada nesta, atinja mais jovens ainda.

No que tange a formas preventivas da evasão e uma possibilidade maior de permanência estudantil, destacamos essas proposições no e-book desenvolvido a partir deste estudo. Neste, apresentamos propostas que vão desde a aplicação de questionários para identificar possíveis percalços que atrapalham a permanência estudantil a sugestões a serem implementadas na instituição para acompanhamento da permanência e êxito dos estudantes, como por exemplo, a criação de uma comissão para este fim. Além disso, neste material criado, inserimos outras produções, que podem ser acessados por *Qr Code* ou *link*, os quais tratam de propostas que podem favorecer, também, a uma maior permanência do estudante no ambiente escolar.

Assim, pensamos que as propostas de prevenção contidas neste trabalho e também no *E-book* podem contribuir para o futuro estabelecimento de ações para evitar a evasão escolar no âmbito do IFECT investigado, como também podem ser adaptadas para outras instituições que lidem com essa problemática. No que tange, por exemplo, ao questionário de acompanhamento estudantil, sugerido como ação preventiva da evasão no quadro 10, este pode ser discutido, primeiramente, pelos membros da Comissão Especial de Permanência e Êxito ou outra comissão criada para este fim, objetivando avaliá-lo e fazer ajustes se necessário. Depois dessa avaliação, este poderia ser elaborado no *Google Forms*, pela CORES, e disponibilizado via e-mail para os alunos. No entanto, antes desse envio, membros da comissão fariam pequenas visitas aos alunos nas salas de aulas, destacando a importância da participação destes nessas avaliações diagnósticas, como também, enfatizar que tudo isso objetiva que o corpo discente possa ter uma melhor integração acadêmica e social na instituição. Quanto aos resultados destes

questionários, após tabulação dos dados pela CORES ou outro setor competente para este fim, seriam apresentados aos membros da Comissão Especial de Permanência e Êxito com o intuito de discutir os referidos resultados e direcionar as ações e setores responsáveis para acompanhamento e também tomada de ação para os entraves por hora identificados.

Portanto, acreditamos que este trabalho colaborará para os estudos acerca da evasão e permanência na educação profissional. Mas, para as pesquisas futuras, sugerimos que sejam investigadas as instituições de ensino que conseguiram diminuir gradativamente os índices de evasão escolar e, também, que sejam realizados no âmbito dos institutos, um acompanhamento dos egressos, pois avaliar se os egressos dos cursos conseguiram ser inseridos no mundo do trabalho e, se essa inserção, foi no curso que formou, é uma avaliação eficaz, por parte das instituições de ensino, para se ter um panorama de como os que já concluíram os cursos estão sendo recebidos neste setor. Também é relevante para identificar se os mesmos estão progredindo nos estudos. Por meio dessas averiguações, a instituição pode identificar percalços na formação e direcionar ações para possíveis ajustes no currículo do curso, caso seja necessário. Pode, ainda, revelar trajetórias positivas daqueles os quais conseguiram vínculo empregatício e aqueles que avançaram para o ensino superior.

Portanto, desejamos que este trabalho desperte ainda mais o raciocínio de que a busca por estratégias e soluções para o problema da evasão devem ser continuamente perseguidas, pois só com esforços conjuntos e desejo de mudança, conseguiremos avançar mais e tentar diminuir estes índices negativos. Como reflete (TINTO, 1987 apud LIMA JR., 2013, p. 10):

As instituições devem estar comprometidas com o bem-estar dos estudantes acima de quaisquer outras necessidades institucionais; As instituições devem estar comprometidas em primeiro lugar com a educação de todos e não somente de alguns; As instituições devem estar comprometidas com o desenvolvimento de comunidades sociais e educacionais capazes de dar suporte aos alunos e nas quais todos possam ser integrados como membros integrais.

Então, que professores, gestores, alunos, família, sociedade e o governo se unam nesse ofício de lutar por uma educação pública, de qualidade e com menores taxas de evasão. É o nosso desejo.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Carmem Paola T.; ACÁCIO, Maria Lucilene B. M. Caminhos para a consolidação do currículo da educação profissional integrada ao Ensino Médio: a experiência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. *In*: CRUZ SOBRINHO, Sidinei; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; RIBEIRO, Eduardo Augusto Werneck (org.). **Os “Nós” que fortalecem a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica**: experiência e expertises nos/dos Institutos Federais. Blumenau: IFC, 2019. p. 7-15. Disponível em: <http://editora.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/33/2019/12/Os-N%C3%B3s-que-fortalecem-a-Rede-Federal-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-Profissional-Cient%C3%ADfica-e-Tecnol%C3%B3gica-2.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015.
- BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 16, n. 2, p. 355-74, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v16n2/a07v16n2.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.
- BALTA, Orico dos Santos. **Oportunidade versus evasão no ensino médio integrado na perspectiva dos estudantes**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso de Sul, Parnaíba, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5072881. Acesso em: 4 mar. 2019.
- BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; MOURÃO, Luciana. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. 1-11, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822018000100214&script=sci_arttext. Acesso em: 10 maio 2020.
- BARBOZA, Stephanie Ingrid Souza et al. Variações de Mensuração pela Escala de Verificação: uma análise com escalas de 5, 7 e 11 pontos. **Teoria e Prática em Administração**, n. 3, v. 2, p. 99-120, 2013.
- BASTOS, Oliver Guimarães Armando; GOMES, Carlos Francisco Simões. A evasão escolar no Ensino Técnico: entendendo e enfrentando as dificuldades-Um estudo de caso do CEFET-RJ. *In*: **CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO**. 2014. p. 1-13. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/1133>. Acesso em: 20 mar 2019
- BIKLEN, Sari; BOGDAN, Roberto C. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino 238 profissionais primário e gratuito. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 6975, 26 set. 1909. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf . Acesso em: 02 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942**. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm . Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2009. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 26 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras - ANDIFES/ABRUEM, SESu. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. **Expansão da Rede Federal**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 2 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Surgimento das escolas técnicas**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2011/10/surgimento-das-escolas-tecnicas>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão TCU nº 506/2013**. Plenário. Relator: Ministro José Jorge. Seção de 13/03/2013. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:tribunal.contas.uniao;plenario:acordao:2013-03-13;506>. Acesso em: 11 jan. 2019.

CANALI Heloísa Helena Barbosa. A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional. *In*: SIMPÓSIO SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO, 5., 2009, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/imposionete/sites/default/files/CANALI,Heloisa.pdf>. Acesso em: 3 out. 2018

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez Editora, 2014

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 98-101.

CISLAGHI, Renato. **Um modelo de sistema de gestão do conhecimento em um framework para a promoção da permanência discente no ensino de graduação**. 2008. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91544/250753.pdf?sequence=1>. Acesso em: 3 mar. 2019.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF). **Instituições da Rede Federal reafirmam liderança no ENEM**. Disponível em: <http://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/2773-instituicoes-da-rede-federal-reafirmam-lideranca-no-enem?Itemid=609&fbclid=IwAR2IH5QwJ19pH0D8VqDBQFtvHpyzftRteXiM4msxhiDAO-kdNln1h0MLi2E>. Acesso em: 2 ago. 2019.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves; ZARPELON, Shirley Flores. Indígenas cotistas da UEMS: acesso, permanência e evasão dos primeiros ingressantes em 2004. **Educação e Fronteiras**, v. 1, n. 1, p. 65-79, 2011. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/1408>. Acesso em: 03 jun. 2020

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013

DIGIÁCOMO, Murilo José. **Evasão Escolar: não basta comunicar e as mãos lavar**. 2005. Disponível em: http://w.ww.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/evasao_escola_murilo.pdf. Acesso em: 3 jun. 2019

DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson César de; MENDES, Josué de Sousa. **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 770-89, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a07.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

DOURADO, Amanda Mendes Santana; MUTIM, Avelar Luiz Bastos; ALECRIM, Maria Aparecida Rafael da Silva. Evasão e permanência no IFBA-Irecê: velhos desafios, novos olhares. **Ensino em Foco**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.ifba.edu.br/index.php/ensinoemfoco/article/view/444/323>. Acesso em: 15 mar. 2019.

DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal *et al.* **Livro eletrônico**: o que dizem os bibliotecários da Universidade Federal de Minas Gerais. In: Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação-FEBAB. 2013. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2302>. Acesso em: 20 maio 2020.

FEIJÓ, Alexandre Araújo. **Fatores determinantes de Motivação/Desmotivação de alunos do Curso Técnico em Informática do Colégio Agrícola de Camboriú – UFSC**. Seropédica (RJ): 2009. 116 f. Dissertação (Curso de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/tede/125> Acesso em: 10 mar 2020.

FERRAZ, Maria do Carmo Gomes. **Exclusão na escola no contexto das políticas afirmativas**: reprovação e evasão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - Campus de Barreiras sob o olhar dos atores envolvidos no processo. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18168/1/16%20-SETEMBRO-%20DISSERTA%20c3%87%20c3%83O%20MESTRADO%20-%20MARIA%20DO%20CARMO%20GOMES%20FERRAZ%20-%20%20FACED%20UFBA.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2019.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 385-404, 2017.

FIGUEIREDO, Natália Gomes da Silva. **Análise dos fatores geradores de evasão no Curso Técnico em Telecomunicações do CEFET-RJ/UNED Petrópolis**: uma reflexão sobre qualidade em Educação Profissional. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) - Escola de Engenharia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: http://www.latec.uff.br/mestrado/sites/default/files/dissertacao/dissert_natalia_gomes_da_silva_figueiredo.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa—um guia para iniciantes. **Porto Alegre: Penso**, 2013.

FONSECA, João José da Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. (Apostila).

FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: é ela um quefazer neutro? **Educação e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 1, p. 64-70, set. 1978. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/2567/3/FPF_OPF_03_001.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.

GUEDES, Terezinha Aparecida et al. **Projeto de Ensino**: Aprender fazendo estatística. Disponível em: http://www.each.usp.br/rvicente/Guedes_et al_Estatistica_Descritiva.pdf. Acesso em: 3 mar. 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio Contínua. **Educação 2018**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/00e02a8bb67c dedc4fb22601ed264c00.pdf. Acesso em: 24 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese dos indicadores sociais. **Agência IBGE notícias**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>. Acesso em: 20 jun. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. **A História do Campus Paulo Afonso**. Disponível em: <http://portal.ifba.edu.br/paulo-afonso/institucional/a-historia>. Acesso em: 30 jan. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Aprovação escolar cresce, enquanto diminuem o abandono e a reprovação**. Brasília, 1998. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/informe-estatistico-do-mec-revela-melhoria-do-rendimento-escolar/21206. Acesso em: 4 set. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Brasil no PISA 2018**. Brasília, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/03.12.2019_Pisa-apresentacao-coletiva.pdf. Acesso em: 2 mar. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, Evidências da Edição 2017**. Brasília, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=94181-saeb-2017-versao-ministro-revfinal-1&category_slug=agosto-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 fev. 2019.

KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa Lara. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. **CIAIQ2015**, v. 2, 2015. Disponível em: <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/issue/view/4>. Acesso em: 22 abr. 2020

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1153-78, 2007.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

LAPLANTE, Matthew D. A epidemia da evasão escolar nos Estados Unidos: estratégias com impacto sobre a melhoria dos índices de formação e de oportunidades para manter viva a luta para acabar com a epidemia da evasão escolar. *In*: DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson César de; MENDES, Josué de Sousa. **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

LEMOS, Luiz Henrique de Gouvêa et al. A Reforma do Ensino Médio Integrado a partir da Lei 13.415/2017: nova lei – velhos interesses – um recorte histórico a partir do Decreto 2.208/97 aos dias atuais. *In*: ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (org.). **Ensino médio integrado no Brasil**: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017. v. 569. p. 456-457.

LIMA, Erika Silva; SILVA, Francisca Natália da; SILVA, Lenina Lopes Soares. Educação profissional para os jovens nas políticas educacionais da 1ª década do século XXI. **Holos**, Natal, v. 4, p. 119-29, 3 ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15628/holos.2015.3185>. Acesso em: 4 jun. 2019.

LIMA JUNIOR, Paulo R. Menezes. **Evasão do ensino superior de física segundo a tradição disposicionalista em sociologia da educação**. 2013. 329 p. Tese (Doutorado em Ensino de Física) - Instituto de Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/78438>. Acesso em 10 maio 2020.

LOPES, Mateus Sena. **Evasão e fracasso escolar de alunos de comunidades indígenas do Instituto Federal de Roraima/Campus Amaraji**: um estudo de caso.

2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6272025. Acesso em: 4 fev. 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LÜSCHER, Ana Zuleima; DORE, Rosemary. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 8, n. 1, p. 147-76, 2011.

MACHADO, Márcia Rodrigues. **A evasão nos cursos de agropecuária e informática/nível técnico da escola agrotécnica federal de Inconfidentes, MG (2002 a 2006)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8676>. Acesso em: 10 maio 2020.

MADURO SILVA, Denise Bianca. **Estudo Comparado sobre evasão escolar na Educação Profissional – Brasil e na Argentina**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-B46K7S/denise_bianca_maduro_silva_tese_doutoral.pdf?sequence=1. Acesso em: 4 fev. 2019.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**: atores e cenários ao longo da história. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.

MASSI, Luciana; VILLANI, Alberto. Um caso de contratendência: baixa evasão na licenciatura em química explicada pelas disposições e integrações. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 4, p. 975-92, 2015.

MORAES, Gustavo Henrique et al. **Plataforma Nilo Peçanha**: guia de referência metodológica. Brasília, DF: Editora Evobiz, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1WLWTxdjNej448_VMVGsbC-wLMi7r-9d/view. Acesso em: 5 mar. 2019.

MOREIRA, Priscila Rezende. **Evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-99MFAU>. Acesso em: 4 jan 2019.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, v. 2, p. 4-30, 2007.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 3, p. 705-20, 2013.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politécnica e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057-80, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

OLIVEIRA, Lucas Nonato. Investigação sobre fatores de sucesso e insucesso na disciplina de física no ensino médio técnico integrado na percepção de alunos e professores do Instituto Federal de Goiás–Campus Inhumas. **HOLOS**, v. 5, p. 347-68, 2013.

OLIVEIRA, V. S de; SILVA, R. de F. Ser bacharel e professor: dilemas na formação de docentes para a educação profissional e ensino superior. **Holos**, v. 2, p. 193-205, 2012.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

PALMA FILHO, João Cardoso. A República e a Educação no Brasil: Primeira República(1889-1930). *In*: PALMA FILHO, João Cardoso (org.). **Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação – História da Educação**. São Paulo: UNESP; Santa Clara Editora, 2005. p. 6-18.

PERES, Tirsa Regazzini. Educação brasileira no Império. *In*: PALMA FILHO, João Cardoso (org.). **Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação – História da Educação**. São Paulo: UNESP; Santa Clara Editora, 2005. p. 12-13.

PLATAFORMA Nilo Peçanha. **Índice de Eficiência Acadêmica**. Disponível em: <http://resultados.plataformanilopecanha.org/2018//>. Acesso em: 8 jul. 2019.

PLATAFORMA Nilo Peçanha. **Taxa de Evasão**. Disponível em: <http://resultados.plataformanilopecanha.org/2018//>. Acesso em: 7 jul. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

ROCHA, Maria Aparecida dos Santos. A educação pública antes da Independência. *In*: PALMA FILHO, João Cardoso (org.). **Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação – História da Educação**. São Paulo: UNESP; Santa Clara Editora, 2005. p. 6.

RODRIGUES, Denise Dalmás; DE ARAÚJO, Maria Cristina Pansera. A integração curricular na concepção dos docentes do curso técnico em agropecuária integrado

ao ensino médio. **Góndola, Enseñanza y Aprendizaje de las Ciencias: Góndola**, Ens Aprend Cienc, v. 12, n. 1, p. 13-26, 2017.

RUMBERGER, Russell. W. **Dropping out: why students drop out of high school and what can be done about it**. Cambridge: Harvard University Press, 2011. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/58p2c3wp>. Acesso em: 3 nov. 2018.

SAVIANI, Dermeval et al. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-80, jan./abr. 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SEWARD, Lori E.; DOANE, David P. **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. 4. ed. Tradução: Mauro Raposo de Melo. [S.]: AMGH Editora, 2014.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-59, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SILVA JÚNIOR, Severino Domingos da; COSTA, Francisco José. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de Likert e Phrase Completion. **PMKT– Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, v. 15, n. 1-16, p. 61, 2014. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/17semead/resultado/trabalhosPDF/1012.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

SILVA, Leonardo Thompson da. Política de educação e território: a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil e suas escalas de ação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO–REBRAGEO, 1., 2014. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Letra, 2014. p. 654-655.

SILVAS, Juliana Alvarenga. **Evasão escolar na Educação Profissional: trajetórias e motivos que levam ao abandono definitivo ou temporário dos cursos técnicos de nível médio**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6554346. Acesso em: 4 fev. 2019.

TINTO, Vincent. Dropout from higher education: A theoretical synthesis of recent research. **Review of educational research**, v. 45, n. 1, p. 89-125, 1975. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.874.5361&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 5 nov. 2018.

APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional pode ser acessado pelo *link* abaixo.

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/573828>

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução Nº 466/12 CNS)**

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **¹¹Evasão Escolar: uma análise a partir dos indicadores vislumbrados no IFBA – Campus Paulo Afonso**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora **Marivânia da Silva Feitosa**, cuja a instituição proponente é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IF Sertão-PE- Campus Salgueiro, situado no endereço BR 232, Km 504, sentido Recife, Zona Rural CEP 56000000, Salgueiro – PE, telefone (87) 3421-0050 , e-mail: cs.comunicacao@ifsertao-pe.edu.br e site <https://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/campus/salgueiro> e está sob a orientação de: **Cristiane Ayala de Oliveira**.

Ao ler este documento, caso haja alguma dúvida, entre em contato com a pesquisadora, para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido (a) sobre tudo que está respondendo. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, caso aceite em fazer parte do estudo, assinale no final deste documento. Em caso de recusa o (a) Sr. (a) não será penalizado (a) de forma alguma. Também garantimos que o (a) Senhor (a) tem o direito de retirar o consentimento da sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

¹¹ Este foi o título da pesquisa à época da aprovação pelos comitês de ética do IF Sertão – PE e IFBA.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A presente pesquisa terá como objetivo geral analisar as causas da evasão nos cursos técnicos do IFBA – modalidade integrada – *Campus* Paulo Afonso – BA, traçando o perfil dos estudantes que evadiram. Para isso, a metodologia empregada será por meio de um estudo de caso de natureza quali-quantitativa. Recorreremos, também, às pesquisas documentais sobre a Evasão na Educação Profissional, tanto em contexto nacional, quanto internacional, para compor o embasamento teórico. No intuito de identificar os motivos geradores da evasão, será aplicado questionário, com perguntas semiabertas, que será enviado via e-mail, para os alunos evadidos dos cursos integrados do referido campus, dos anos de 2015 a 2018. Somado a este, faremos também entrevista *on-line* para o diretor, equipe multidisciplinar e professores da modalidade integrada, para entender o fenômeno da evasão no campus, buscando trilhar caminhos para superação.

A referente pesquisa necessitará de sua participação como voluntário (a) no mês de novembro de 2019 a fevereiro de 2020. O contato será via e-mail, mas caso não consigamos, iremos entrar em contato por telefone, no período agora citado. Caso algum voluntário esteja sob qualquer forma de tratamento, assistência, cuidado, ou acompanhamento, faremos o recolhimento das informações para a pesquisa, de maneira mais cômoda para o mesmo, podendo as informações serem captadas por e-mail ou via telefone, por exemplo.

Acredita-se que os riscos que envolvem esta pesquisa são pequenos. Um deles pode ser o constrangimento ao responder ao questionário, no caso dos alunos ou da entrevista com o diretor, equipe multidisciplinar e professores. No entanto, este poderá ser reduzido pelo esclarecimento que a pesquisadora dará aos participantes, como: não divulgação dos nomes dos envolvidos na pesquisa, utilização dos dados com finalidade somente acadêmica e ênfase que o trabalho é de suma importância para a educação, mas que, em hipótese alguma, o convidado (a) será obrigado (a) participar da pesquisa. Portanto, será enfatizado que a participação será voluntária.

No que diz respeito aos benefícios, acreditamos que esta pesquisa apresentará relevantes benefícios para a instituição local, como também para a educação profissional técnica, como um todo, pois os ex-estudantes, diretor, equipe multidisciplinar e professores que participarão deste estudo, irão contribuir para

traçar um diagnóstico das causas da evasão nos cursos integrados do IFBA – Campus Paulo Afonso – BA, bem como, colaborarão para revelar uma análise mais profícua da realidade educacional do campus investigado. Portanto, os partícipes deste trabalho, cooperarão para que a pesquisadora identifique as causas da evasão no *Campus* e, conseqüentemente, a partir das informações coletadas, desenvolva ações que minimizem os índices de evasão na instituição, podendo também colaborar para estudos sobre evasão em outras instituições. Então, a participação e colaboração dos ex-estudantes, diretor, equipe multidisciplinar e professores serão de suma importância para a realização deste trabalho e para futuras pesquisas acerca da evasão na educação profissional, bem como, para apresentar ações que culminem na diminuição da evasão na instituição estudada.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação dos voluntários. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc), ficarão armazenados em (pastas de arquivo, computador pessoal), sob a responsabilidade da pesquisadora Marivânia da Silva Feitosa e a orientadora Cristiane Ayala de Oliveira, no seguinte endereço: Rua José de Alencar, 68, CEP: 48601-080, Paulo Afonso-BA, telefone (75) 98871 – 1250 (que aceita ligações, inclusive, a cobrar), e-mail: marifeitosamarques@hotmail.com pelo período de, no mínimo, 5 anos.

O (a) senhor (a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IF SERTÃO-PE no endereço: Reitoria - Rua Aristarco Lopes, 240, Centro, CEP 56.302-100, Petrolina-PE, Telefone: (87) 2101-2359 / Ramal 103, <http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa>, cep@ifsertao-pe.edu.br; ou poderá consultar a Comissão nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5877, conep.cep@saude.gov.br e também o Comitê de Ética em Pesquisa do IFBA no endereço Av. Araújo Pinho nº 39, Canela , Salvador -BA, Telefone 71 3221-0332, e-mail cep@ifba.edu.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo - **Evasão Escolar: uma análise a partir dos indicadores vislumbrados no IFBA – Campus Paulo Afonso**, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

APÊNDICE C – ¹²QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS EVADIDOS

Parte I

1. Indicadores da Evasão no curso técnico

Considerando os fatores abaixo relacionados, quais influenciaram no abandono do curso? Responda utilizando as indicações nos parênteses abaixo. Marque apenas 01 (um) fator predominante.

- (1) Concordo totalmente
- (2) Concordo parcialmente
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Discordo parcialmente
- (5) Discordo totalmente

CONTEXTO INDIVIDUAL	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Não me identifiquei com o curso					
Não analisei o curso antes de me inscrever (potencialidades, disciplinas, campo de trabalho)					
Não tinha os conhecimentos básicos que o curso exigia					
Faltava tempo para revisar os assuntos					
Apresentava dificuldade na aprendizagem					
Reprovação em disciplinas					
Chegava muito cansado à instituição					
Apresentei dificuldades em conciliar trabalho e estudos					
Não tinha com quem deixar meus filhos					
Apresentei dificuldades em conciliar estudos e trabalhos domésticos					
Não estava satisfeito com meu rendimento escolar					
Senti-me desmotivado no decorrer do curso					
Ingressei em outro curso					
Locais de estágio distante					
Sofri algum tipo de discriminação					
Dificuldade financeira					
Gravidez					
Serviço Militar					

¹² Baseado no “Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”, (BRASIL,2014) e no questionário de Moreira (2012).

Tive problemas de saúde					
Problemas de saúde com pessoas da família					
Outros fatores? Quais?					

CONTEXTO INTERNO (IFBA)	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Falta de infraestrutura adequada para o curso (sala de aula, laboratórios, biblioteca...)					
Falta de programa de apoio pedagógico: Monitoria, grupos de estudos, aulas extras etc.					
Falta de apoio psicológico e de assistência social					
Professor (a) desmotivado (a) com o curso					
Professor (a) muito exigente					
Falta de professor (a)					
Professor (a) não revisava os conteúdos					
Falta de articulação entre teoria e prática					
Poucas aulas práticas					
Excesso de disciplinas por módulo					
Excesso de trabalhos para casa					
Dificuldades de relacionamento com o professor (a)					
Dificuldades de relacionamento com os (as) colegas do curso					
Dificuldades de relacionamento com o (a) coordenador (a) do curso					
Dificuldades com a metodologia de ensino do professor (a)					
Falta de promoção de eventos relacionados ao curso					
Parcerias poucas ou insuficientes da instituição com empresas para estágio					
Atendimento inadequado para o (a) deficiente(físico, auditivo, visual etc.)					
Dificuldade de conseguir auxílio e apoio financeiro (bolsa de estudo, auxílio alimentação etc.)					
Outros fatores?					

Quais? _____ _____					
-----------------------	--	--	--	--	--

CONTEXTO EXTERNO	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Profissão com baixo reconhecimento financeiro					
Baixa inserção no mercado de trabalho pelos os que já concluíram					
Dificuldades de adaptação na cidade onde o curso é ofertado					
Dificuldade de chegar ao <i>Campus</i> no horário					
Necessidade de morar em outra cidade					
Greve de servidores					
Aumento da violência na cidade					
Amigos e/ou familiares aconselharam para desistir do curso					
Outros fatores? Quais?					

Parte II

2. Características do (a) Estudante

2.1. Data de Nascimento: -----/-----/-----

2.2. Gênero: () Masculino () Feminino

2.3. Em relação à sua cor/raça, como você se considera?

- () Sem declaração
 () Branco(a)
 () Preto(a)
 () Pardo (a)
 () Amarelo (a)
 () Indígena

2.4 .Estado civil quando estudava:

- () Solteiro(a)
 () Casado(a)
 () Morava com um(a) companheiro(a)
 () Viúvo(a)

- () Separado(a)
 () Divorciado(a), desquitado(a)
 () Outro. Qual? _____

2.5. Você tinha filhos?

- () Sim. Quantos? () () Não

3. Percurso Escolar do (a) Estudante

3.1. Em que tipo de escola você estudou no Ensino Fundamental?

- () Somente em escola pública
 () Somente em escola particular
 () Maior parte em escola pública
 () Maior parte em escola particular

3.2. Como você considera seu desempenho no Ensino Fundamental?

- () Excelente () Bom () Regular () Fraco

3.3. Você ficou sem estudar entre o término do ensino fundamental II e o início do curso técnico?

- () Sim. Por quanto tempo? _____
 () Não

3.4. Qual o nome do curso técnico que você abandonou? _____

3.5. Quando você iniciou o curso e quando resolveu abandoná-lo ?

Início: mês e ano: ____/____ Saída: mês e ano: ____/____

3.6. Em qual turno você frequentou o curso técnico?

- () Matutino () Vespertino () Noturno

3.7. No decorrer do curso técnico, você foi procurado por alguma assistência educacional antes de tomar a atitude de evadir.

- () Sim. () Não

3.8. Qual cidade você morava quando estudava o curso técnico? _____

3.9. Qual o tipo de transporte que você utilizava para chegar ao IFBA?

- () Carro Próprio () Bicicleta

- () Moto () Outro meio. Qual? _____
 () ônibus

4.0. Você considerava suas despesas com transportes elevadas?

- () Sim
 () Não

5. Trabalho e curso técnico

5.1. Você trabalhava quando estudava o curso técnico?

- () Sim. Quantas horas você trabalhava diariamente? _____.
 () Não.

5.2. A atividade profissional que você desempenhava era relacionada à área do curso técnico que você abandonou?

- () Sim () Não
 () Não se aplica, pois não trabalhava

5.3. Você trabalhava durante o curso por quê?

- () Para sustentar a família
 () Para contribuir com as despesas da família
 () Para ter meu próprio dinheiro
 () Para poder pagar as despesas com o curso técnico
 () Para adquirir experiência
 () Porque me sentia realizado no trabalho
 () Não se aplica, pois não trabalhava

5.4. Qual era a renda familiar mensal na época em que você cursava o ensino técnico?

- () Até 1 salário mínimo
 () De 1 a 2 salários mínimos
 () De 2 a 4 salários mínimos
 () De 4 a 8 salários mínimos
 () De 8 a 10 salários mínimos
 () De 10 a 12 salários mínimos
 () Mais de 12 salários mínimos

5.5. Quando você estudava o curso técnico, quem era o responsável pelo sustento da família?

- () Eu
 () Eu e outras pessoas
 () Meus pais
 () Meu cônjuge
 () Meus avós
 () Meus filhos
 () Meus irmãos
 () Outra: _____

6. Contexto Familiar do (a) estudante**6.1. A casa em que você morava quando fazia o curso técnico era:**

- Própria
- Alugada
- Cedida
- Ocupada
- Financiada
- Habitação Coletiva (república, pensionato, hotel etc.)
- Outra: Qual? _____

6.2. Você possuía computador em sua casa?

- Sim Não

6.3. Você possuía acesso à internet?

- Sim, em casa.
- Sim, no trabalho.
- Sim, na escola.
- Não tenho acesso.
- Outro. Cite-o-----

6.4. Qual o grau de escolaridade de seu pai ou padrasto?

- Sem escolaridade
- Ensino Médio Completo
- Superior Incompleto
- Superior Completo
- Pós-graduação
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto

6.5. Qual o grau de escolaridade de sua mãe ou madrasta?

- Sem escolaridade
- Ensino Médio Completo
- Superior Incompleto
- Superior Completo
- Pós-graduação
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O DIRETOR DO *CAMPUS*

Parte I – Identificação do participante

1. Dados pessoais

Nome completo:

Idade:

Gênero:

2. Formação acadêmica

Graduação:

Pós-Graduação:

3. Dados Profissionais

Local de trabalho:

Tempo de atuação na educação profissional:

¹³Parte II - Questionário

1 – O que o senhor acredita que contribui para a evasão nos Cursos Integrados do IFBA – *Campus* Paulo Afonso? Cite, pelo menos, três fatores.

2 - Em sua opinião, o *Campus* apresenta número de servidores suficientes para trabalhar de forma conjunta objetivando refletir acerca das estratégias/políticas de combate à evasão? Comente.

3 – Existem medidas preventivas de combate à evasão no *Campus*? Se sim, quais?

4 – Quais outras ações o senhor acredita que podem ser realizadas para combater à evasão na instituição?

5 - Na opinião do senhor (a), quais são os impactos da evasão escolar na vida dos estudantes?

¹³Há pergunta semelhante ao questionário e roteiro de entrevista aplicados por Ferraz (2015)

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Parte I – Identificação do Participante

1. Dados pessoais

Nome completo:

Idade:

Gênero:

2. Formação acadêmica

Graduação:

Pós-Graduação:

3. Dados Profissionais

Local de trabalho:

Tempo de atuação na educação profissional:

¹⁴Parte II - Questionário

1 – O que o (a) senhor (a) acredita que contribui para a evasão nos Cursos Integrados do IFBA – *Campus* Paulo Afonso? Cite pelo menos três fatores .

2 – Quanto à estrutura física e composição pedagógica da instituição, o (a) senhor (a) acredita que contribui para a permanência do estudante? Sim ou não? Justifique.

3- A equipe multidisciplinar do *Campus* realiza ações preventivas para combater à evasão no campus? Comente.

4 - Quais outras considerações o (a) senhor (a) pode tecer em relação à evasão na instituição?

5 - Na opinião do senhor (a), quais são os impactos da evasão escolar na vida dos estudantes?

¹⁴ Há pergunta semelhante ao questionário e roteiro de entrevista aplicados por Ferraz (2015).

APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS DOCENTES

Parte I – Identificação do Participante

1. Dados pessoais

Nome completo:

Idade:

Gênero:

2. Formação acadêmica

Graduação:

Pós-Graduação:

3. Dados Profissionais

Local de trabalho:

Tempo de atuação na educação profissional:

¹⁵Parte II - Questionário

1 – Considerando sua experiência como docente, o que o (a) senhor (a) acredita que contribui para a evasão nos Cursos Integrados do IFBA – *Campus* Paulo Afonso? Cite, pelo menos, três fatores.

2- Quando um aluno apresenta faltas sucessivas na disciplina ou dificuldade de aprendizagem, o professor comunica estes problemas a algum setor? Qual ação é tomada? Comente.

3 – Quais ações preventivas de combate à evasão o senhor percebe no *Campus*?

4 - Quais outras ações o (a) senhor (a) acredita que podem ser realizadas para combater à evasão na instituição?

5 - Na opinião do senhor (a), quais são os impactos da evasão escolar na vida dos estudantes?

¹⁵ Há pergunta semelhante ao questionário e roteiro de entrevista aplicados por Ferraz (2015).

APÊNDICE G - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

1) Perfil que se enquadra:

- Professor
- TAE – Técnico em Assuntos Educacionais
- Pedagogo
- Diretor
- Estudante de Pós-graduação
- Assistente Social
- Outros

2) Local de trabalho

3) Cidade

4) O *e-book* apresenta um *layout* (cores, imagens, elementos gráficos, tabelas) com uma boa visualização para o leitor?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

5) O conteúdo apresentado, no *e-book*, foi revelado de forma clara para o leitor?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Discordo parcialmente

Discordo totalmente

6) O (a) senhor (a) acredita que o referido *e-book* traz considerações importantes sobre a educação profissional, o ensino médio integrado ao técnico e a evasão escolar?

Concordo totalmente

Concordo parcialmente

Não concordo, nem discordo

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

7) Quanto às propostas de prevenção da evasão escolar apresentadas neste *e-book*, o senhor (a) as considera positivas?

Concordo totalmente

Concordo parcialmente

Não concordo, nem discordo

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

8) Os materiais indicados nas seções " Vamos saber mais" foram relevantes para aprofundar o conhecimento sobre os capítulos do livro?

Concordo totalmente

Concordo parcialmente

Não concordo, nem discordo

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

9) O *e-book* apresentou problemas com páginas em branco, travamentos ou outro aspecto que dificultou a leitura?

Sim

Não

10) De forma geral, o senhor (a) avalia o e-book como?

() bom

() ótimo

() regular

11) Outras considerações